

LUCAS DOS SANTOS FERREIRA

**DESENVOLVIMENTISMO LATINO-AMERICANO NO
SÉCULO XXI: OS CASOS DE ARGENTINA E BRASIL**

FLORIANÓPOLIS, 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**DESENVOLVIMENTISMO LATINO-AMERICANO NO
SÉCULO XXI: OS CASOS DE ARGENTINA E BRASIL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Grau de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Messias Bastos.

Área de Concentração:
Desenvolvimento Regional e Urbano.

FLORIANÓPOLIS 2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Ferreira , Lucas dos Santos
Desenvolvimentismo latino-americano no século
XXI: Os casos de Argentina e Brasil / Lucas dos
Santos Ferreira ; orientador, José Messias
Bastos, 2018.
178 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis,
2018.

Inclui referências.

1. Geografia. 2. Argentina. 3. Brasil. 4.
Transição Feudalismo-Capitalismo. 5. Neoliberalismo.
I. Bastos, José Messias. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Geografia. III. Título.

Lucas dos Santos Ferreira

Desenvolvimento latino-americano no século XXI: os casos de Brasil e Argentina

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor em Geografia”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

Florianópolis, 16 de fevereiro de 2018.

Prof. Dr. Elson Manoel Pereira
Coordenador do PPGG/UFSC

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Messias Bastos
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Elson Manoel Pereira
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fábio Napoleão
Universidade do Estado de Santa Catarina

Dr. José Álvaro Cardoso
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos
Socioeconômicos

Prof. Dr. Cesar Augusto Ávila Martins
Universidade Federal do Rio Grande

Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

RESUMO

O trabalho em tela é um esforço de compreensão dos impactos das fases dos Ciclos de Kondratieff (com ênfase na fase recessiva do 4º ciclo) e das políticas econômicas adotadas pelos distintos pactos de poder sobre os desenvolvimentos econômicos argentino e brasileiro, respeitando as categorias marxistas de modo de produção e formação sócio-espacial.

Buscou-se descortinar processos necessários à compreensão das atualidades nacionais como as raízes do latifúndio feudal, os impactos da chegada de imigrantes europeus e a construção de avançados projetos de desenvolvimento por parte dos governos de Juan Domingo Perón e Getúlio Vargas.

A via norte-americana de transição capitalista (pequena produção mercantil) será fundamental à consolidação de províncias empresarialmente dinâmicas (principalmente Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé e Mendoza na Argentina e Centro-Sul brasileiro) em contraposição às províncias que se mantiveram por mais tempo ligadas a estruturas econômicas do passado (Tucumán, Salta, Jujuy, Chaco, Nordeste Brasileiro, etc.).

O neoliberalismo, concepção de mundo dominante ao largo do regime militar argentino (1976-1983) e da década de 1990 no Brasil e na Argentina (Fernando Henrique Cardoso e Carlos Saul Menem), provocará a destruição de considerável parte das estruturas fabris e deteriorará os bons indicadores sociais historicamente obtidos.

Após o processo de desmonte neoliberal, os governos dirigidos pelo Partido dos Trabalhadores e sobretudo por Nestor Kirchner e Cristina Kirchner, apoiados no movimento sindical e em setores das burguesias nacionais, adotaram agressiva política de investimentos combinada com práticas macroeconômicas heterodoxas (redução dos juros, estatizações, parcerias público-privadas, etc.) que provocaram taxas de crescimento econômico semelhantes a dos chamados tigre asiáticos e restauraram a dignidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Argentina; Brasil; Transição Feudalismo-Capitalismo; Questão Nacional; Neoliberalismo;

ABSTRACT

The present study is an effort to comprehend the impacts of each phase of the Kondratieff Waves (with emphasis on the recessive stage during the fourth cycle) and of the economic policies adopted by the distincts coalition in power over the economic development of Brazil and Argentina, respecting the marxist categories of mode of production and socio-spatial formation.

It was sought to uncover relevant procedures to the comprehension of the national actualities such as the roots on feudal latifundio, impacts of the arrival of european imigrants and the construction of advanced projects of development guided by the government of Juan Perón and Getúlio Vargas. The north american way of transition into capitalism (small mercantile production) was fundamental to the consolidation of some economically dinamic provinces (mainly Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé and Mendoza in Argentina and the south and centre of Brazil) in opposition to the provinces with its roots in the economic structures from the past (Tucumán, Salta, Jujuy, Chaco, the northeast of Brazil etc.).

Neoliberalism - the dominant conception along the military regime in Argentina (1976-1983) and in the nineties in Brazil and Argentina (Fernando Henrique Cardoso and Carlos Saul Menem) provoked the destruction of considerable part of the industrial complex and deteriorated good social indicators historically achieved.

After the neoliberal dismantling process, the governments led by Partido dos Trabalhadores (Workers Party) and mainly by Nestor Kirchner and Cristina Kirchner, backed by the social movement and some sectors of the national bourgeoisie, adopted an aggressive investment policy combined with heterodox macroeconomic practices (interest rate cutting, nationalizations, public-private partnership etc.) that provoked higher economic growth rates - similar to the Asian Tiger's ones - and restored its national dignity.

Keywords: Argentina; Brazil; feudalism-capitalism transition; national issue; neoliberalism..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Consciência Social.....	33
Figurra 2: Ciclos Longos (Kondratieff), dualidades da formação social brasileira e ciclos juglarianos (médios).....	35
Figura 1: Percentual Populacional Oriundo da Imigração Italiana....	94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Longitude da ferrovia Argentina.....	58
Gráfico 2: Postos de Trabalho em Grandes Estabelecimentos	113
Gráfico 3: Índice de Quantidade de Exportações.....	132
Gráfico 4: Evolução do emprego na indústria.....	134
Gráfico 5: Nível de atividade da indústria.....	155
Gráfico 6: Exportações argentinas	155
Gráfico 7: Investimento Público.....	158
Gráfico 8: Taxa de juros Selic.....	160

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Altimetria do território argentino	52
Mapa 2: Regiões climáticas argentinas	53
Mapa 3: Principais núcleos populacionais do vice-reinado do Rio da Prata	54
Mapa 4: Principais áreas de produção de gado	60
Mapa 5: Distribuição da população italiana na argentina.....	65
Mapa 6: Rede ferroviária nacional	66
Mapa 7: América Latina: crescimento econômico regional	135
Mapa 8: Dinâmicas Econômicas Regionais	143
Mapa 9: Composição setorial e percentagem de participação provincial no pib nacional	145
Mapa 10: Infra-estruturas Argentinas.....	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1; Exportações de Buenos Aires (excluindo metais e dinheiro)	51
Tabela 2: Exportações argentinas de carnes.....	57
Tabela 3: Capital estrangeiro investido na argentina em 1910 (%)...59	
Tabela 4: Percentagem de participação dos imigrantes por atividade econômica	70
Tabela 5: Número de operários industriais em 1895, 1914 e 1935 ...	72
Tabela 6: Produção industrial por setor (1935, 1946 e 1954)(em percentagem)	77
Tabela 7: Indicadores Industriais – 1954-1961 (1954=100)	78
Tabela 8: Indicadores Industriais – 1964-1974 (1964=100)	78
Tabela 9: Movimentos Grevistas no Brasil e em Buenos Aires (1906-1929)	84
Tabela 10: Movimentos Grevistas em Buenos Aires (1934-1963) ...	88
Tabela 11: Endividamento externo e fuga de capital nos quatro maiores devedores da América Latina.....	107
Tabela 12: Quantidade de empresas controladas por grupos econômicos nacionais e estrangeiros.....	110
Tabela 13: Evolução Patrimonial	115
Tabela 14 : Indicadores Industriais (Índice De 1993=100)	116
Tabela 15: Valor bruto da produção e valor agregado bruto por atividade da indústria	119
Tabela 16: Remuneração e trabalho assalariado por atividade na indústria.....	121
Tabela 17: Taxa de crescimento do pib e taxa de desemprego	128
Tabela 18: Investimento Interno Bruto(em percentagem do PIB).....	130
Tabela 19: Balança Comercial Argentina	132
Tabela 20: Dinâmicas Econômicas Regionais	144
Tabela 21: Investimentos em Infra-Estrutura	150
Tabela 22: Taxa de desemprego – Média anual	158
Tabela 23: Brail – Importação de produtos industrializados.....	159

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	5
1.1. O paradigma interpretativo de formação sócio-espacial.....	5
1.2. A interpretação leninista da questão nacional.....	8
1.2.1. Estado e Nação	9
1.2.2. Imperialismo e questão nacional: atualidade do debate....	14
1.2.3. O papel do nacionalismo na transição socialista	16
2. TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO	21
2.1. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL	22
2.2. Teoria da Dependência.....	24
2.3. Ciclos de Acumulação (Ignacio Rangel).....	29
3. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL ARGENTINA: PANORAMA GERAL.....	37
3.1. Gênese do Estado-Nacional.....	37
3.1.1. Conquista ibérica e organização territorial	37
3.1.2. Limites do sistema colonial	42
3.1.3. Buenos Aires e o processo de independência	42
3.1.4. O feudalismo argentino do século XIX	46
3.2. O auge do modelo primário-exportador	55
3.2.1. Imigração, novas infra-estruturas e expansão agropecuária	55
3.2.2. O desenvolvimento das economias regionais	61
3.3. O processo de industrialização	67
3.3.1. A via norte-americana de transição capitalista	67
3.3.2. Bases do pensamento industrialista argentino	73
3.3.3. O governo de J. D. Perón: via prussiana e desenvolvimento econômico	74
3.4. O movimento operário argentino.....	79

4. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL BRASILEIRA: PANORAMA GERAL	91
4.1. Das feitorias portuguesas à aristocracia do café.....	91
4.2. A Revolução de 1930 e o processo de modernização nacional	94
5. NEOLIBERALISMO E DESTRUIÇÃO NACIONAL	97
5.1. O dogma neoliberal	97
5.1.1. Alicerces fundamentais	97
5.1.2. O problema inflacionário.....	99
5.2. O sistema econômico internacional no século XX.....	101
5.2.1. Bretton Woods: a mitigação da anarquia.....	101
5.2.2. Imperialismo e desregulamentação	104
5.3. Autoritarismo político e retrocesso econômico.....	107
5.4. Currency Board: a eliminação da autodeterminação argentina	111
5.5. 1990: a década perdida para o Brasil.....	123
5.6. Apontamentos sobre a privatária Tucana.....	123
6. A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA ARGENTINA.....	127
6.1. O novo projeto nacional de desenvolvimento	127
6.1.1. O dinamismo econômico regional.....	136
6.1.2. Investimentos em infra-estrutura.....	146
6.2. O desenvolvimentismo argentino está esgotado?.....	152
7. A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA	157
7.1. O contraditório governo petista	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
REFERÊNCIAS.....	171
COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. In: Estudos Avanços, nº 41, jan./abr. 2001.....	172

INTRODUÇÃO

O debate acadêmico no Brasil e no mundo sofreu uma grande inflexão com a queda da URSS e o fortalecimento do dogma neoliberal. A ciência econômica ampliou sua ênfase em modelos matemáticos questionáveis enquanto as demais ciências sociais se afastaram da Economia Política e de análises generalizantes em favor do interesse de compreensão dos chamados *micro-poderes*¹. A busca de percepções sobre pequenas realidades tornou-se mais importante do que a verdade, empobrecendo o entendimento das formações sócio-espaciais.

A América Latina, menos interessante aos intelectuais brasileiros do que Europa ou Estados Unidos, permaneceu pouco estudada mesmo representando o campo de influência geopolítica direta do Brasil. O erro condenado por Nelson W. Sodré² de falta de estudos sobre nossas áreas vizinhas continuou ocorrendo, salvo honrosas exceções.

O que se pretende no presente trabalho é retomar a tradição marxista-leninista de estudo das realidades nacionais e aproximar os brasileiros do continente latino-americano. A violenta crise que assolou Argentina e Brasil nos anos 2000, desdobramento de praticamente um quartel de século de subserviência ao governo de Washington, foi o ápice da destruição de economias industriais pujantes e de uma situação de relativo equilíbrio social difícil de ser encontrada na periferia do mundo.

Objetiva-se nesta tese compreender de que forma os Ciclos de Kondratieff (com ênfase na fase recessiva do 4º ciclo) e as políticas econômicas adotadas pelos distintos pactos de poder impactaram os desenvolvimentos econômicos argentino e brasileiro.

Foram utilizados trabalhos estatísticos e cartográficos de fontes de pesquisa públicas (INDEC, IBGE, etc.) e privadas (Federações Industriais, Pesquisadores Independentes, etc.), bem como ampla revisão bibliográfica, procedimentos que confrontados com visitas *in loco* em várias províncias argentinas e brasileiras permitiram a constituição da análise apresentada. As sínteses sobre a trajetória

¹FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

²SODRÉ, Nelson Verneck. Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

econômica brasileira baseadas na obra de Ignacio Rangel serviram principalmente para o estabelecimento de referência comparativa com o país vizinho.

A construção de dois capítulos teóricos teve o intuito de explicitar as idéias que nortearam as leituras nacionais posteriores. Em primeiro momento é sintetizado o paradigma de formação sócio-espacial³, ferramenta marxista de interpretação da realidade que permite avaliar a combinação dos modos de produção em certa localidade e conectar as múltiplas determinações de um processo histórico. A leitura da questão nacional arrolada ainda no primeiro capítulo tem o objetivo de clarificar a relevância do direito de autodeterminação dos povos. V. I. Lênin é o responsável pela estruturação de visão de mundo que conecta os interesses dos trabalhadores ao das nações oprimidas pelo imperialismo, demonstrando o rumo histórico científico em direção ao socialismo.⁴

O segundo capítulo, ao versar sobre as teorias do desenvolvimento latino-americano, acusa a grande divergência existente no interior de nosso campo democrático-popular. Para cada análise esboçada teremos um programa político-social distinto, o que torna necessária a avaliação de seus acertos e equívocos. Enquanto a CEPAL busca a realização de reformas estruturais associadas à substituições de importações, a Teoria da Dependência desacredita qualquer plataforma nacionalista de desenvolvimento. Ignacio Rangel, a partir de leitura de K. Marx e V.I. Lênin, absorve ideias inerentes à interpretação cepalina (substituições de importações, etc), todavia divergindo de noções como a de deterioração dos termos de intercâmbio e não perdendo de vista a transição capitalismo-socialismo.

Nas trilhas do materialismo histórico, apresenta-se um panorama geral das formações sócio-espaciais argentina e brasileira com o interesse de exposição de algumas de suas características centrais.

A descrição dos processos de conquista e colonização ibérica das terras latinas, visando o abastecimento de regiões mineradoras próximas ou mesmo proteção territorial integram a primeira parte dos capítulos históricos. Conforme a ação de múltiplos determinantes se consolidam as diferenciações territoriais.

³ SANTOS, Milton. A formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982 e

⁴ LÊNIN, V.I. Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1985.

Após apresentar o declínio do sistema colonial e a independência inaugurada com a Revolução de Maio de 1810, são apontadas características que nos permitem classificar o mundo estancieiro argentino e a formação social brasileira como predominantemente feudais, fugindo de interpretações circulacionistas típicas da Teoria da Dependência⁵. A consolidação do modelo de crescimento *hacia afuera*⁶, a entrada de contingentes migratórios e a expansão das economias regionais encerram o bloco intermediário do capítulo histórico.

As regiões receptoras de maior população imigrante oriunda da Europa em crise serão as pioneiras do processo de industrialização.⁷ A via norte-americana de transição capitalista em Buenos Aires, Córdoba, Mendoza, Santa Fé, Sul do Brasil, São Paulo, etc. ofertará inclusive apoio a posterior expansão econômica de áreas latifundiárias do Chaco e do Noroeste argentino e da Fronteira Agrícola Brasileira. Somente com o advento do nacionalismo, cujo auge encontra-se nos governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, o Estado se posicionará como um indutor do desenvolvimento industrial, criando empresas públicas, carreando volumosos recursos para as infra-estruturas e sustentando mecanismos de defesa alfandegária.⁸ Com a apresentação dos pontos indicados é encerrado o capítulo três.

Avançando para as conjunturas mais recentes, são sintetizadas a evolução do sistema econômico mundial no século XX, as características do pensamento neoliberal e algumas referências sobre a questão inflacionária. Não existem dúvidas de que interesses externos na América Latina foram alicerçados na eliminação de barreiras alfandegárias, na permissividade excessiva dos agentes financeiros e na contenção de investimentos, sendo o discurso de controle da inflação e

⁵ MARINI, Rui Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs). **América Latina – Histórias, Idéias e Revolução**. São Paulo: Ed. Xamã, 1999.

⁶ PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: CEPAL/COFECON, 2000.

⁷ CORNBLIT, Oscar. Os imigrantes europeus na indústria e política argentina. In: VELIZ, Claudio (org). **América Latina: estruturas em crise**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A, 1970.

⁸ FERRER, Aldo. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

geração de superávits primários cortina de fumaça para ocultar a realidade.⁹

Apesar de experiências neoliberais precoces (Ongania, etc), é a partir da instalação do regime autoritário em 1976 que se inicia o desmantelamento da economia nacional argentina, com a política de elevação dos juros e promoção de importações concebida por J. A. Martínez de Hoz. O presidente Carlos Saul Menem, aplicando o plano de conversibilidade na década de 1990, é o consolidador de uma brutal destruição de forças produtivas e de uma das grandes catástrofes sociais do fim de século, em nível superior inclusive ao ocorrido no Brasil de FHC. Na crise de 2001 os indicadores sociais argentinos estavam mais próximos da periferia mundial do que do centro dinâmico, diferentemente de outrora, o que provocou a queda de presidentes exigindo mudança de rumos. A análise de tal trajetória compõe o quarto capítulo do trabalho.

Após o enorme desastre de 2001, a condução da nação platina sofreu uma drástica reversão, com o PIB chegando a crescer 71,8% entre 2003 e 2012, índice semelhante ao de Cingapura e Vietnã e muito superior ao do Brasil. Os capítulos que encerram o trabalho inicia com interpretação da recuperação econômica dirigida pelo PT e pelos Kirchner e é finalizado com análise da atual situação das regiões argentinas e dos investimentos em infra-estruturas que estão apoiando o novo projeto nacional de desenvolvimento. A ideia de dialética da capacidade ociosa de Ignacio Rangel foi fundamental para a compreensão do ocorrido, assim como seu prognóstico de planificação do comércio exterior.¹⁰

⁹ MAMIGONIAN, Armen. Qual o Futuro da América Latina. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Maria Mónica (org). **Questões Territoriais na América Latina**. São Paulo: CLACSO/EDUSP, 2005.

¹⁰ RANGEL, Ignacio. **Recursos ociosos e política econômica**. São Paulo: Hucitec, 1980.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.1. O PARADIGMA INTERPRETATIVO DE FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

Através da análise da evolução histórica de diversos países e regiões, K. Marx observou a existência de traços fundamentais, leis de desenvolvimento, comuns a todos eles. Destacando do conjunto de relações humanas as relações de produção (trabalho e propriedade), em grande medida determinantes das demais, o filósofo alemão caracterizou os modos de produção antigo, feudal, capitalista e socialista como épocas progressivas da formação econômica das sociedades.¹¹

A sustentação de sistema classificatório rigoroso e a análise da natureza dos modos de produção exigem, além do exame das relações de produção, também a observação do meio de produção fundamental, aquele que subordina as suas necessidades todos os demais, visto que nosso ponto de partida nesta questão é a esfera da produção propriamente dita, e não a da circulação. Desta forma em cada um dos modos de produção da história da humanidade teremos um meio de produção fundamental, a saber: 1) modo de produção escravista – escravo, 2) modo de produção feudal – terra e 3) modo de produção capitalista – capital.¹²

Todavia, os modos de produção, concebidos como um conjunto de forças produtivas com suas respectivas relações de trabalho e propriedade, somente adquirem feição concreta nas formações sócio-espaciais, cuja estruturação é dependente dos níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam, de onde concluímos que toda sociedade existe sob um invólucro historicamente determinado, é um “todo concreto localizado”.¹³

Segundo V.I. Lênin, “a análise das relações sociais materiais permitiu imediatamente que se observassem a repetição e a regularidade

¹¹ MARX, Karl. Prefácio. In: **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

¹² RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. São Paulo: Bional, 1999.

¹³ MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, Maria Adélia (org.), **O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

e se sintetizassem os sistemas dos diversos países num único conceito fundamental de formação social. Somente esta síntese permitiu que se passasse da descrição dos fenômenos sociais (e de sua avaliação do ponto de vista do ideal) à análise rigorosamente científica dos mesmos, a qual evidencia, por exemplo, que é que diferencia um país capitalista de outro e investiga o que é comum a todos eles.”¹⁴

Importante síntese do raciocínio esboçado encontra-se na obra do geógrafo M. Santos, de onde destacamos que “todos os processos que juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social.”¹⁵ G. Doquois auxilia-nos na resolução desta questão afirmando que “todo modo de producción se especifica de modo particular en una multitud de ejemplos regionales permaneciendo totalmente fiel al tipo general. El modo de producción feudalista en Île-de-France en el siglo XIII puede ser clásico...pero en el Bordelais, el sur de Inglaterra, etc., se puede hablar de ejemplos regionales clásicos del modo de producción feudalista.”¹⁶

Em razão de tais premissas, a compreensão das similitudes e diferenças entre as realidades, bem como da execução de distintos papéis dentro de uma determinada divisão do trabalho, obriga-nos a considerar a lei do desenvolvimento desigual e combinado sintetizada por L. Trotsky em sua *História da Revolução Russa*. Para o autor, “as leis históricas não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e

¹⁴ LÊNIN, V.I. Quem são os “amigos do povo” e como lutam os social-democratas? In: **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1955, p. 114.

¹⁵ SANTOS, Milton. A formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 14.

¹⁶ DOQUOIS, Guy. La formación económico-social como combinación de modos de producción. In: **Cuadernos de Pasado y Presente**. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1976, p. 187.

modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada, naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a história da Rússia, nem a de nenhum outro país de avanço cultural atrasado, seja em segundo, terceiro ou décimo grau.”¹⁷

Desta forma, consideramos como Vieira que “não é possível supor que uma categoria (modo de produção e formação sócio-espacial) seja mais relevante que a outra; tampouco pensar que uma seja teórica e outra empírica; ou mesmo idealizar que a mudança de linguagem, - uma abstrata, a outra concreta -, tenha força de milagre para desvendar esta relação.”¹⁸

Na esteira da argumentação apresentada, devem ser sublinhados os dois diferentes tipos de transição capitalista, que apesar de possuírem especificidades regionais/nacionais próprias, produzem duas grandes modalidades de formações sócio-espaciais com características econômicas e superestruturais distintas (notadamente mais democráticas nas transições de tipo norte-americano).

“A estes dois caminhos de desenvolvimento burguês objetivamente possíveis chamaríamos de caminho do tipo prussiano e caminho do tipo norte-americano. No primeiro caso, a fazenda feudal do latifundiário se transforma lentamente numa fazenda burguesa, *junker*,

¹⁷ TROTSKY, Leon. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: **História da Revolução Russa**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2007, p. 21.

¹⁸ VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. **Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. Florianópolis: UFSC, 1992. (Dissertação de mestrado). A autora em questão destaca ainda que “ao discutir a relação entre a categoria de formação social e geografia – ciência definida pela diversidade dos homens e dos lugares – importa retomar os vários pontos de aproximação entre geografia e marxismo, entre eles: preocupação pela totalidade, relação sociedade/natureza, relação geral/regional ou unidade e diversidade, localização no tempo e no espaço, inter-relação de múltiplos elementos ou múltiplas determinações. Para prosseguir é necessário também resgatar o debate sobre a categoria de formação social, quando então se impõe, para aprofundamento da investigação, a categoria de modo de produção. A definição por oposição destes dois conceitos, um relativo à diversidade e unidade no tempo, o outro à diversidade e unidade no espaço, ressaltou a interdependência destas categorias na análise de qualquer realidade histórico-geográfica, ou seja, na análise das formações sócio-espaciais...” (**Considerações a respeito do paradigma de formação sócio-espacial**, In: Anais do 12º Encuentro de Geógrafos da América Latina, Montevideo, 2009).

condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo, ao mesmo tempo que se destaca uma pequena minoria de lavradores abastados. No segundo caso, não existem fazendas de latifundiários ou são liquidadas pela revolução, que confisca e fragmenta as glebas feudais. Neste caso predomina o camponês, que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista. No primeiro caso, o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usurário e em exploração capitalista das terras dos feudais-latifundiários-junkers. No segundo caso, o fundo básico é a transformação do camponês patriarcal no granjeiro burguês.”¹⁹

1.2. A INTERPRETAÇÃO LENINISTA DA QUESTÃO NACIONAL

“... nas nações oprimidas, a separação do proletariado em um partido independente acarreta, às vezes, uma luta tão encarniçada contra o nacionalismo da nação em questão que se deforma a perspectiva e se esquece o nacionalismo da nação opressora.”

V. I. Lênin

Do direito de autodeterminação nacional

O processo de transição do feudalismo ao capitalismo, além de gerar mudanças concernentes às forças produtivas e relações sociais de produção, é responsável pelo reordenamento das ligações estabelecidas entre os distintos territórios, tal qual aponta o *Manifesto do Partido Comunista*.²⁰

A expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, o rompimento da estratificação social formada por suseranos e vassalos, o fim de obrigações tarifárias entre territórios próximos (*Zollverein*, por exemplo), a criação de amplas infra-estruturas de transportes e o soerguimento de aparelho burocrático-institucional cujo objetivo central é mediar os novos conflitos de classe e viabilizar a acumulação de

¹⁹ LÊNIN, V.I. **O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1954.

²⁰ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

capital solidificam uma construção histórica representativa da modernidade chamada Nação.²¹

As características dos Estados-Nacionais, lapidadas por aspectos econômicos e histórico-culturais específicos, vêm se apresentado como um dos principais objetos de análise dos cientistas sociais. Considerando a enorme relevância do pensamento marxista-leninista em termos teóricos e políticos, buscar-se-á apresentar em linhas gerais sua interpretação da questão nacional.

1.2.1. Estado e Nação

O processo de apreensão das realidades concretas, em sua complexa totalidade, é bem caracterizado nos escritos de K. Marx, cabendo destaque para seu *Método da Economia Política*.²² Recorrendo à abstração como procedimento analítico, ao sistemático estudo das estruturas fundamentais e à posterior reconstituição da totalidade a partir da compreensão delas, o fundador do socialismo científico apresenta o processo de acumulação de capital (condições naturais, técnicas e organizacionais e relações de produção) como ponto de partida dos estudos sociais, como chave para a compreensão do mundo político e cultural.

²¹ “O fenômeno nacional, na verdade, é recente no ocidente, como fruto do processo de transição feudalismo-capitalismo e muito antigo no oriente, pois o nascimento nacional da China data de mais de dois mil anos, na época de sua unificação, da construção da famosa muralha contra as invasões mongólicas, da constituição do Império, na vigência do modo de produção asiático. No ocidente, a constituição do capitalismo e, conseqüentemente, de uma formação nacional e sua expressão política, o estado nacional, já traz em seu cerne a estruturação de um sistema também mundial, que começa a se gestar, na própria transição, através da constituição do sistema colonial, pertinente á acumulação primitiva do capital, quando África, América Latina e Ásia foram conquistadas e saqueadas pelas potências da época, algumas ainda em fase feudal mercantil (Portugal e Espanha).” VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus; PEREIRA, Raquel Maria Fontes. *Formações Sociais Nacionais*. In: KOCHER, Bernardo (org). **Globalização: atores, idéias e instituições**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2011, p. 129.

²² MARX, Karl. *O método da Economia Política*. In: **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Conforme o autor, “a população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas.”²³

O que propõe a citada assertiva de K. Marx é a efetivação, em primeiro momento, da análise da divisão social e territorial do trabalho e das etapas do processo universal de produção da mercadoria, a saber, produção propriamente dita, circulação (troca), distribuição e consumo. Somente a partir destas bases têm-se elementos para compreender a estrutura jurídica da sociedade e o conjunto de funções executadas pelo Estado, que conforme V.I. Lênin, “... é um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes sociais antagonicas, com interesses econômicos contrários não se entredevorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, acima dela e se afastando dela cada vez mais, é o Estado.”²⁴

Essa concepção, já apresentada por F. Engels em *Anti-During*²⁵, ao posicionar os antagonismos sociais e os movimentos relativos às forças produtivas, bem como as características histórico-culturais específicas dos povos, como balizadores do complexo jurídico-institucional mantenedor de uma determinada dominação de classe

²³ Idem, p. 255.

²⁴ LENIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 9.

²⁵ ENGELS, Friedrich. **Anti-Düring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

(Estado), representa significativo salto qualitativo em termos teóricos, superando visões como a do geógrafo-político alemão F. Ratzel, segundo a qual o Estado é um organismo espiritual e moral responsável pela articulação entre o povo e o solo que sustenta a coesão e unidade por toda a extensão do ecúmeno.²⁶

Igualmente o cientista político Samuel P. Huntington, numa das obras fundadoras do pensamento institucionalista nos anos 1960, insistiu na leitura do Estado como uma espécie de “caixa preta”. Para o autor, a modernização das sociedades deveria ser conduzida por instituições complexas e fortes com interesses próprios que estariam acima dos interesses de classe e atenderiam os anseios do conjunto da população, evitando possibilidades de transição ao socialismo.²⁷

Aliás, a superioridade dos fundadores da teoria marxista em termos de compreensão do problema permitiu sofisticadas análises não somente do quadro europeu do século XIX, como avançou para questões ligadas à Geografia Política como a derrota britânica no Afeganistão na década de 1840, em boa medida decorrente de características da formação sócio-espacial centro-oriental²⁸ que posteriormente influenciaram perdas da URSS e dos Estados Unidos.

No que tange a questão nacional, é mister destacar que Marx e Engels nunca produziram uma teoria sistemática sobre o tema ou mesmo uma definição precisa do conceito de nação. A argumentação dos autores, entretanto, possui o grande mérito de proclamar uma visão internacionalista do movimento operário, destacando que “a burguesia não apenas não tem tendência a abolir os antagonismos nacionais, mas, bem ao contrário, tende a agravá-los porque, primeiramente, a luta pelos mercados engendra conflitos entre as potências capitalistas; em segundo lugar, a exploração de uma nação por outra produz ódios nacionais; por

²⁶ COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. São Paulo: Hucitec, 1992.

²⁷ HUNTINGTON, Samuel P. *Ordem política nas sociedades em mudança*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. O destaque do autor deve-se a influência exercida em pensadores ligados a entidades como o Banco Mundial (D. Rodrik, p. ex), assim como por sua participação direta no governo estadunidense como Coordenador do Planejamento de Segurança da Casa Branca para o *National Security Concil* entre 1977 e 1978.

²⁸ ENGELS, Friedrich. A derrota britânica no Afeganistão (*The New American Cyclopaedia*). In: Folha de S. Paulo Online, publicado em 15 de outubro de 2001.

fim, o chauvinismo é um dos instrumentos ideológicos que permitem à burguesia manter sua dominação sobre o proletariado.”²⁹

Apesar de avaliações excessivamente economicistas sobre a Argélia, a Índia e a Nova Califórnia, por exemplo, ressalvas devem ser feitas com relação aos apontamentos sobre a Polônia, principalmente em razão do combate contra a Rússia czarista, e a Irlanda, quando Marx defende sua libertação da Inglaterra sustentando princípios importantes ao futuro desenvolvimento da teoria marxista como o da luta pela autodeterminação dos povos e sua ligação direta com o movimento operário.³⁰

Somente com V.I. Lênin, na interpretação do imperialismo, a questão nacional passou a figurar como ponto fulcral do pensamento marxista, uma vez que foi sobremaneira ampliada a opressão dos povos periféricos pelas potências econômicas, destacando a relevância do conceito de desenvolvimento desigual e combinado.

Para o líder bolchevique, em seu clássico *Imperialismo: fase superior do capitalismo* (1916), a realidade concorrencial descrita por A. Smith e K. Marx, em razão de seu próprio desenvolvimento histórico, converteu-se num sistema caracterizado por 1) elevada concentração da produção (monopólios/oligopólios); 2) brutal evolução da dimensão das operações bancárias e acoplagem das finanças à esfera produtiva; 3) crescente fortalecimento das camadas rentistas; 4) ampliação das exportações de capitais e 5) perversa partilha do mundo pelas potências imperialistas.³¹

Acompanhando o processo histórico de transformação do capitalismo e das características assumidas pela luta de classes, diferentemente de R. Luxemburgo (questão polonesa) e L. Trotsky que continuaram defendendo um pensamento internacionalista anacrônico, V.I. Lênin sistematizou a defesa do *direito de autodeterminação dos povos*, distinguindo o papel negativo do nacionalismo das potências

²⁹ LÖWY, Michael. Nacionalismos e internacionalismos. São Paulo: Ed. Xamã, 2000, p. 50.

³⁰ Idem. M. Löwy destaca que em textos posteriores Marx efetiva a revisão da análise de Engels sobre a Argélia e a Nova Califórnia, descrevendo essas empreitadas colonialistas como responsáveis pela promoção de verdadeiros massacres humanos.

³¹ LÊNIN, V.I. Imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1985.

imperialistas do papel positivo do nacionalismo dos países oprimidos, cuja soberania estaria de acordo com a emancipação do proletariado.³²

Inspirando lideranças do quilate de Mao Tsetung³³ e Ho Chi Min, o autor, em amplo debate realizado no interior do bloco político alinhado às idéias de Marx, sintetizou: “Igualdade completa entre as nações; direito das nações a disporem de si mesmas; união dos operários de todas as nações; eis o programa nacional ensinado aos operários pelo marxismo, pela experiência do mundo inteiro e pela experiência da Rússia.”³⁴

A contribuição de J. Stálin para o avanço do entendimento da temática, esboçada na obra *O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial* (1913), elaborada a pedido de V.I. Lênin, consistiu em precisar o conceito de nação mantendo a idéia leninista de autodeterminação.

³² “Os ministros liberais e radiais da Inglaterra, uma infinidade de publicistas “avançados” da França (que se encontraram plenamente de acordo com os publicistas da reação), um sem-número de escribas oficiais, democratas constitucionais e progressistas (incluindo alguns populistas e “marxistas”) da Rússia – todos celebram de mil modos a liberdade e a independência da “pátria”, a grandeza do princípio da independência nacional. É impossível distinguir onde termina aqui o venal enaltecedor do verdugo Nicolau Románov ou dos torturadores dos negros e dos habitantes da Índia, onde começa o filisteu medíocre que vai “na corrente” por estupidez ou por falta de carácter. Mas nem sequer importa diferenciá-lo. Temos diante de nós uma corrente ideológica muito ampla e muito profunda, cujas raízes estão ligadas muito solidamente aos interesses dos senhores latifundiários e capitalistas das nações dos Estados que são grandes potências.” LENIN, V.I. *Acerca do orgulho nacional dos grão-russos*. In: *Obras Escolhidas* (v. 1). Lisboa: Ed. Avante, 1977, p. 565.

³³ “Pode um comunista, que é internacionalista, ser, ao mesmo tempo, patriota? Sustentamos que não apenas pode, como deve sê-lo. O conteúdo concreto do patriotismo é determinado pelas condições históricas. Existe o ‘patriotismo’ de Hitler e existe o nosso patriotismo. Os comunistas devem se opor resolutamente ao ‘patriotismo’ dos agressores japoneses e de Hitler. Os comunistas japoneses e alemães são derrotistas a respeito das guerras sustentadas por seus países. É do interesse do povo do Japão e Alemanha fazer todo o possível para que fracassem as guerras dos agressores japoneses e de Hitler e quanto mais completa seja a derrota, tanto melhor... O caso da China é diferente, porque ela é vítima da agressão. Em consequência, nós, os comunistas chineses, devemos combinar patriotismo com o internacionalismo.” MAO, Tsetung. *Patriotismo e Internacionalismo*. In: PINSKY, Jaime. **Questão Nacional e Marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p. 211.

³⁴ LÊNIN, V.I. *Do direito de autodeterminação nacional*. In: PINSKY, Jaime. **Questão Nacional e Marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980, p. 165.

Para o autor, posteriormente nomeado Comissário das Nacionalidades do regime soviético instaurado em 1917, as cinco características elementares de uma nação seriam 1) uma comunidade estável e permanente; 2) a existência de idioma comum; 3) possuir território próprio; 4) ter coesão econômica e 5) ter uma psicologia, manifestada numa comunidade de cultura.³⁵

1.2.2. Imperialismo e questão nacional: atualidade do debate

O último quartel do século XX, caracterizado pela entrada da economia mundial em fase recessiva, foi marcado pelo declínio da URSS e pela ampla difusão do neoliberalismo no mundo, responsáveis pela deterioração das ciências humanas de modo geral, uma verdadeira “Hiroshima Ideológica”, conforme classificação do filósofo italiano D. Losurdo.³⁶

Por um lado, as escolas americanas de administração ampliaram a divulgação de idéias como a de globalização, com o intuito de justificar o agravamento da opressão dos países periféricos pelas potências imperialistas gestado por R. Reagan e M. Thatcher; por outro, intelectuais com grande prestígio no espectro político progressista passaram a negar a importância das fronteiras nacionais (Z. Bauman), a existência das relações centro-periferia (H. Capel), a centralidade da questão partidária (D. Harvey) e mesmo a alegar o gradativo enfraquecimento dos Estados (M. Castells), constituindo o que J. Salem chamou de “esquerda autofágica”³⁷.

Para M. Castells, por exemplo, “o Estado-Nação vem sendo cada vez mais destituído de poder para exercer controle sobre a política monetária, definir o orçamento, organizar a produção e o comércio, arrecadar impostos de pessoas jurídicas e honrar seus compromissos visando proporcionar benefícios sociais. Em suma, o Estado-Nação perdeu a maior parte de seu poder econômico, embora detenha ainda

³⁵ STALIN, Joseph. **O Marxismo e o Problema Nacional**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

³⁶ LOSURDO, Domenico. **Fuga da história? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

³⁷ SALEM, Jean. **Lênin e a Revolução**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

certa autonomia para o estabelecimento de regulamentações e relativo controle sobre seus sujeitos.”³⁸

A nova realidade mundial, entretanto, em muito divergiu de tais interpretações. Ao passo que instituições supostamente multilaterais apregoavam o livre-comércio e ativistas defendiam a existência de uma “aldeia global”, sólidas barreiras alfandegárias permaneceram soerguidas nos países do centro dinâmico capitalista (sobretudo na agricultura), guerras unilaterais continuaram a ser promovidas (Iraque e Palestina, por exemplo) e os processos de fusão e aquisição se intensificaram, favorecendo as nações mais desenvolvidas (praticamente todos os investimentos realizados na América Latina nos anos 1990 pela Tríade voltaram-se à aquisição de empresas rentáveis e com capacidade de realização de investimentos); isso sem mencionar o evidente fato de que todos os capitais continuam a ter plataforma nacional.

Somente os países que enrijeceram suas fronteiras e mantiveram políticas econômicas de caráter industrializante, contrariando o ideário preconizado pelo chamado Consenso de Washington, obtiveram bons resultados em termos de conquistas de avanços sociais. Enquanto a Ásia Oriental apresentou bom desempenho, com destaque para a China que retirou mais de 400 milhões de indivíduos da linha da pobreza, a América Latina nos anos 1990 perdeu a pujança econômica que marcou seu período desenvolvimentista (1930 - 1980), retomando seu dinamismo somente com a vitória de projetos nacionalistas na primeira década do século XXI (Argentina, Bolívia, Venezuela, etc).

Poucos foram os pensadores progressistas que mantiveram postura ativa com relação ao desmonte do Estado e a continuidade da opressão imperialista no último quartel do século, cabendo destacar as elucidativas análises de M. Santos e I. Rangel no Brasil, A. Borón e F. Solanas na Argentina, A. Linera na Bolívia, E. Galeano no Uruguai etc. A necessidade de construção de “*uma outra globalização*” defendida por estes pensadores vem sendo guia para a ação política transformadora que promove a conciliação do nacionalismo com o socialismo.

O cenário instaurado com o declínio soviético igualmente foi alvo de preocupação de intelectuais vinculados à instituições ligadas ao planejamento da intervenção geopolítica do imperialismo estadunidense, que explicitaram em suas análises a atualidade da noção de sistema mundial centro-periferia.

³⁸ CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 298.

Francis Fukuyama acreditou inicialmente no triunfo da democracia liberal ocidental como forma última de governo humano e difundiu ironicamente o “fim da história”, proclamando que “a guerra de idéias chegou ao fim. Ainda podem existir os que acreditam no marxismo-leninismo em lugares como Manágua, Pyongyang e Cambridge, Estado de Massachusetts, porém, de forma geral, a democracia liberal triunfou. O futuro será dedicado não a grandes lutas estimulantes sobre ideais mas sim à solução de mundanos problemas econômicos e técnicos.”³⁹ Seu pensamento foi bastante relativizado com a expansão do poderio chinês e a decorrente criação de ameaças à consolidação da democracia liberal como forma hegemônica de governo no mundo.

Por sua vez, Samuel P. Huntington deslocou sua análise das instituições e de fatores de ordem econômica para o espectro cultural, dividindo o mundo em grandes civilizações. Sua obra *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*, descrita por H. Kissinger como “um dos livros mais importantes que apareceram desde o fim da Guerra Fria”, posicionou os choques de civilizações como novos propulsores dos conflitos mundiais, enfatizando a contradição entre o Ocidente e os não ocidentais, o que significou dura crítica ao triunfalismo pró-ocidental em voga na época.

Assim, além da história concreta, o posicionamento de autores de distintos matizes ideológicos parece expressar a atualidade da questão nacional e do conceito leninista de imperialismo.

1.2.3. O papel do nacionalismo na transição socialista

Como nos lembra A. Singer, “a aplicação mecânica de conceitos atrapalha a apreensão do objeto. Bem usados, entretanto, os conhecimentos gerados pela explicação de circunstâncias históricas anteriores podem ser aliados na iluminação do presente.”⁴⁰

Nesse sentido, acreditamos que a noção de direito de autodeterminação dos povos de V.I. Lenin, tal qual o conceito stalinista

³⁹ FUKUYAMA, Francis. In: HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetivo, 1997.

⁴⁰ SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 36.

de nação, formulada com centro nos processos de conquista das independências e de inauguração da industrialização dos países mais atrasados, atualmente tem como um dos focos o problema da política econômica dos países periféricos, núcleo da luta de classes ao menos na América Latina, uma vez que a adoção de posturas progressistas vem dependendo do enfrentamento de instituições em que as nações do centro dinâmico detêm maior protagonismo, por vezes direcionado à imposição do neoliberalismo (FMI, BM, etc).

J.E.Spilimbergo, em raciocínio nessa direção, destaca a importância do nacionalismo periférico para o encaminhamento de revoluções burguesas não efetivadas pelas classes dominantes, que impelem as organizações políticas dos trabalhadores a executá-las.⁴¹

Concretamente é o que se verifica no caso da Argentina, quando dirigida por governos peronistas legítimos (Néstor e Cristina Kirchner), que vem aplicando os volumosos dividendos de suas exportações agro-pastoris em desenvolvimento industrial e programas sociais, na Venezuela bolivariana, no Estado plurinacional boliviano, no Equador (aperfeiçoamento institucional, distribuição de renda, reforma agrária, etc) e em menor medida no Brasil da era PT (destruição de currais eleitorais via programas sociais e investimentos em infra-estrutura, etc).

Mesmo em Cuba, a valorização dos mártires da luta anti-colonialista travada contra a Espanha (Jose Marti, Manuel Céspedes, etc), a promoção de valores intrínsecos da cultura afro-cubana e a constante retratação do caráter patriótico do processo revolucionário iniciado em 1959 tem demonstrado o papel positivo do nacionalismo na construção socialista.

O pioneiro marxista latino-americano J.C. Mariátegui, avançando na discussão, admite que “só em países como a Argentina, onde existe uma burguesia numerosa e rica, orgulhosa do grau de riqueza e poder em sua pátria, e onde a personalidade nacional tem por estas razões contornos mais claros e nítidos que nestes países atrasados (Peru), o anti-imperialismo pode (talvez) penetrar facilmente nos elementos burgueses; mas por motivos de expansão e crescimento capitalistas, não por razões de justiça social e doutrina socialista, como é nosso caso”⁴²

⁴¹ SPILIMBERGO, Jorge Enea. **A questão nacional em Marx**. Florianópolis: Insular, 2002.

⁴² MARIÁTEGUI, José Carlos. **Ponto de vista anti-imperialista**. In: www.marxists.org (2012).

Nos casos em que o anti-imperialismo possui penetração em elementos burgueses e não existe suficiente acúmulo de forças por parte do movimento operário para sustentação de hegemonia política, seguindo o raciocínio leninista anteriormente esboçado, o caminho a ser trilhado no sentido do fortalecimento político no rumo do socialismo consiste na eliminação dos restos feudais ainda existentes, notadamente maiores nas formações sócio-espaciais em que a transição capitalista foi conduzida por classes dominantes oriundas do modo de produção anterior (*via prussiana*).

O raciocínio de V.I. Lênin, procedendo no sentido da realização de flexibilização da tática política, é o de que “a lei fundamental da revolução, confirmada por todas as revoluções, e em particular pelas três revoluções russas do século XX, consiste no seguinte: para a revolução não basta que as massas exploradas e oprimidas tenham consciência da impossibilidade de continuar vivendo como vivem e exijam transformações; para a revolução é necessário que os exploradores não possam continuar vivendo e governando como vivem e governam. Só quando os de baixo não querem e os de cima não podem continuar vivendo à moda antiga é que a revolução pode triunfar. Em outras palavras, esta verdade exprime-se do seguinte modo: a revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete explorados e exploradores).”⁴³

Esse posicionamento, no campo da economia política, tanto marxista quanto keynesiana, implica em lutar pela aplicação de medidas como: 1) a defesa alfandegária das indústrias infantis; 2) a aplicação da renda monetária oriunda das exportações na importação de máquinas e insumos para a montagem de indústrias modernas e para manutenção de taxas de câmbio competitivas; 3) o carreamento de crédito para empresas-chave; 4) a pirataria de produtos e tecnologias por pequenos negócios, que por vezes tornaram-se promissores etc.⁴⁴

Assim sendo, havemos de considerar que “a nação é, sem dúvida, uma categoria histórica, uma estrutura que nasce e morre, depois de cumprida sua missão. Não tenho dúvida de que todos os povos da Terra caminham para uma comunidade única, para ‘Um Mundo Só’. Isto virá por si mesmo, à medida que os problemas que não

⁴³ LÊNIN, V.I. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978, p. 96.

⁴⁴ CHANG, Há-Joon. **Maus Samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

*comportem solução dentro dos marcos nacionais se tornem predominantes e sejam resolvidos os graves problemas suscetíveis de solução dentro dos marcos nacionais. Mas não antes disso. O 'Mundo Só' não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos".*⁴⁵

⁴⁵ RANGEL, Ignácio. *Recursos ociosos e política econômica*. São Paulo: Hucitec. 1980.

2. TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO

A América Latina, desde as lutas pela independência continental capitaneadas por libertadores como Simón Bolívar, San Martín e Bernardo O'Higgins, vem sendo palco de conflitos entre classes sociais defensoras de interesses nacionais e forças forâneas difusoras do atraso.

“A política exterior dos Estados Unidos (tal qual da Inglaterra) visou tradicionalmente promover interesses privados, interesses empresariais, com ênfase na promoção de mercados abertos, livre iniciativa e boas vindas aos investimentos estrangeiros... Também sua estratégia global sempre foi determinada pelos interesses e necessidades do seu processo produtivo e de sua sociedade, e assegurar as fontes de materiais estratégicos, tais como os campos de petróleo na Venezuela, as minas de estanho na Bolívia, as minas de cobre no Chile etc., existentes na América do Sul, e manter abertas as linhas de acesso, as vias de comunicação e transporte, no Atlântico Sul e no Caribe.”⁴⁶

Visando desvendar este complexo emaranhado de conflitos e ofertar sustentação teórico-ideológica para as classes sociais em luta, são estruturadas visões de mundo voltadas ao enfrentamento dos desafios da realidade latino-americana. É digno de destaque o precoce surgimento de intelectuais que contrapuseram o determinismo colonialista, como o sergipano Manuel Bonfim⁴⁷, que discordava da tese de que o clima tropical, a miscigenação e as chamadas “raças inferiores” eram os principais geradores do atraso latino-americano, e o peruano José Carlos Mariátegui, que propunha a “peruanização do Peru”.⁴⁸

Na atual etapa do desenvolvimento histórico, tratando especificamente do campo democrático-popular latino-americano, continuam a destacar-se em termos de penetração social e acadêmica três principais vertentes de pensamento: 1) cepalina, estruturada a partir do pensamento de Raul Prebisch, introdutor da teoria keynesiana na

⁴⁶ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos**. In: Revista Espaço Acadêmico, n° 89, outubro de 2008.

⁴⁷ BONFIM, Manuel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

⁴⁸ MARIÁTEGUI, José Carlos. **Peruanicemos al Peru**. In: Obras completas. Lima: Ed. Amauta, 1975.

América Latina; 2) dependentista, alicerçada sobretudo nas idéias de André Gunder Frank e Rui Mauro Marini e 3) rangeliana, baseada na noção de ciclos de acumulação.

2.1. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL

Fundada em fevereiro de 1948 com o intuito de monitorar e planejar as políticas voltadas à promoção da integração e do desenvolvimento econômico latino-americano, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) atualmente é uma das cinco comissões econômicas regionais da ONU.⁴⁹

Sua teoria do subdesenvolvimento, centrada na idéia de sistema centro-periferia, destaca a industrialização como único caminho para a superação da miséria e das desigualdades territoriais, sendo forte contraponto aos postulados da economia clássica inglesa.

“Do ponto de vista teórico, a corrente liberal não apresentava maior criatividade, limitando-se a repetir os velhos princípios da regulação automática do mercado, com sua alocação ótima de recursos e a sublinhar a excelência da Teoria das Vantagens Comparativas. A novidade ficava por conta dos desenvolvimentistas que vão encontrar na CEPAL o laboratório para a elaboração e divulgação das novas idéias. De fato, com a morte de Roberto Simonsen, na segunda metade da década de 40, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe tornou-se o grande bastião da industrialização e de seu planejamento, que iria congregiar os principais pensadores dessa nova ideologia.”⁵⁰

No que se refere aos impactos do comércio internacional sobre os países subdesenvolvidos, a CEPAL enfatiza a noção de deterioração dos termos de intercâmbio (R. Prebisch), que contrapõe fortemente o princípio das vantagens comparativas de David Ricardo. Para a CEPAL, a ampliação das disparidades entre o centro e a periferia do sistema capitalista decorre da redução da taxa de expansão das importações à medida que prossegue o progresso técnico poupador de insumos

⁴⁹ Compete recordar que na Argentina e no Brasil dos anos 1950 a existência da CEPAL foi sustentada pelo patriótico esforço dos presidentes J.D. Perón e Getúlio Vargas (estabelecimento do acordo de colaboração CEPAL – BNDE em 1952, por exemplo).

⁵⁰ MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984, p. 12.

primários (menor elasticidade-renda dos produtos primários), provocando desequilíbrios estruturais dos balanços de pagamento e elevação das taxas de desemprego (também gerado por insuficiência de poupança). Para agravar a situação, o ritmo de absorção do progresso técnico é considerado maior nas economias avançadas do que nas economias atrasadas (ganhos de produtividade são transferidos, gerando uma diferenciação da renda em favor das nações desenvolvidas).⁵¹

Segundo R. Prebisch, “se por coletividade entende-se tão somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro. Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento de produtividade.”⁵²

As economias latino-americanas teriam desenvolvido estruturas com baixo nível de diversificação e desarticuladas de um setor primário-exportador dinâmico (*crecimiento hacia afuera*), que, por si só, seria incapaz de espriar progresso técnico para o restante do sistema, de empregar de forma racional o conjunto da mão-de-obra e de permitir o crescimento da renda média da classe operária.⁵³

O angariamento de apoio ao desenvolvimento industrial (substituição de importações) por parte do ente estatal, abarcaria medidas como: 1) emprego de dividendos oriundos do setor exportador no fomento da atividade industrial (estímulos de mercado ao setor exportador são considerados força desnorteadora); 2) proteção contra a concorrência externa desigual para defender o crescimento das

⁵¹ BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

⁵² PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: CEPAL/COFECON, 2000.

⁵³ COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. In: Estudos Avanços, n° 41, jan./abr. 2001.

“indústrias infantis” (F.List, *Sistema Nacional de Economia Política*); 3) utilização da produtividade social marginal como critério para a seleção dos investimentos e 4) realização de investimentos estatais diretos e planejamento da utilização da moderna tecnologia.⁵⁴

Compete mencionar, a propósito da visão em questão, a enorme relevância da realização de reformas como forma de superação de distorções histórico-estruturais: “a Cepal apontava como medidas corretivas dos bloqueios a adoção de reformas estruturais levadas a efeito pelo Estado, principalmente a reforma agrária, pois a concentração de terra provocava restrições insuperáveis ao mercado interno, impedindo o avanço industrial, além de que a agricultura latifundiária trabalhava com técnicas primitivas, gerando baixa produtividade e insuficiência de alimentos e matérias-primas nas cidades, e assim elevação dos custos industriais. A transferência de mão-de-obra da agricultura para a indústria provocaria automaticamente, na visão da Cepal, distribuição de renda, decorrente do aumento de produtividade, e a reforma agrária ampliaria o mercado interno, atendendo às necessidades do avanço da industrialização.”⁵⁵

2.2. TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Nascida como suposta superação do “desenvolvimentismo cepalino”, a teoria da dependência buscou compreender o enfrentamento do subdesenvolvimento latino-americano abandonando a questão do vencimento de etapas históricas (W.W. Rostow).

⁵⁴ “... teria ocorrido uma mudança de direção do crescimento periférico a partir da I Guerra Mundial, num processo que ganharia um impulso decisivo na depressão dos anos 30. Até então o crescimento havia sido ‘para fora’, dentro do padrão primário-exportador. As transformações na economia mundial... teriam sido responsáveis por um processo espontâneo de industrialização, dinamizado por problemas de desequilíbrios no balanço de pagamentos.” BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 17.

⁵⁵ MAMIGONIAN, Armen. *Teorias sobre a industrialização brasileira*. In: *Cadernos Geográficos* (nº 2). Florianópolis: DGC/UFSC, 2000. O autor destaca ainda o equívoco interpretativo desta escola no que se refere ao Regime Militar Brasileiro, que não encaminha reformas estruturais de cunho social para acelerar vitoriosamente a conclusão do parque fabril nacional (Departamento I – Bens de Produção).

Escrita entre 1966 e 1967 na cidade de Santiago do Chile por Cardoso e Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* procurou explicitar a natureza social e política do desenvolvimento latino-americano, demonstrando que as condições, possibilidades e formas deste processo são influenciadas por relações de dependência com os pólos hegemônicos do sistema capitalista.

Os autores sintetizam que “... o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe. Ademais, a configuração em um momento determinado dos aspectos político-institucionais não pode ser compreendida senão em função das estruturas de domínio. Em consequência, também é por intermédio de sua análise que se pode captar o processo de transformação da ordem política institucional. Esta opção teórica fica apoiada empiricamente pelo fato de que as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano têm sido acompanhadas, senão de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações, e portanto de conflito, entre as classes e grupos.”⁵⁶

A hipótese apresentada na obra é a de que a vida política e o perfil das sociedades latino-americanas assumiram conotações diferenciadas conforme se tratasse de países que mantiveram o controle nacional do sistema exportador ou em que prevaleceram economias de enclave na fase de crescimento para fora. Segundo os autores “... a reação ao sistema que supõe o enclave, por parte dos grupos locais que controlavam a economia, permitiu, em certos países, uma política do retraimento que tratava de manter o controle de parte do sistema produtivo e, ao mesmo tempo, de avanço político no sentido de que por intermédio da mesma burguesia mercantil-financeira ou rural alcançou-se o acordo básico com os setores do enclave. Em outros países, a própria debilidade do sistema exportador exposto à pressão dos grupos intervencionistas internacionais não permitiu, senão de forma muito débil, a referida política de retraimento e acomodação. De atores do processo produtivo passaram a ser gestores de empresas estrangeiras, limitando-se assim o alcance econômico do setor nacional ao controle

⁵⁶ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1970, p. 22.

regional da produção agrícola ou mineira destinada ao mercado interno.”⁵⁷

Mesmo a ótima conjuntura do período desenvolvimentista inaugurado com a crise de 1929, que permitiu o desencadeamento de substituições de importações do chamado Departamento II (bens de consumo) e a complexificação das sociedades latino-americanas, não impediram a posterior abertura de uma fase de estagnação, visto que não foram reorganizados os sistemas social e político, com determinados grupos não sendo apeados do poder.

Avançando para o processo de mundialização do capital que então se iniciava, visando um contraponto às teses sobre a inevitabilidade da estagnação decorrente da contradição entre imperialismo e questão nacional, os autores mencionados defendem a equivocada idéia de que pode ser processada a ampliação dos mercados internos das economias mais frágeis por intermédio da entrada de investimentos industriais externos. Para tanto, Cardoso e Faletto cunham a noção de “*desenvolvimento dependente-associado*” com o intuito de mostrar a convergência dos interesses nacionais e internacionais para superar a estagnação.

Em resumo, insistindo que as teias de relações políticas que uniam dois tipos de economia – as desenvolvidas e as subdesenvolvidas –, moldavam às formas de desenvolvimento político e social de cada país da região⁵⁸, os autores defendiam que “as alianças dos grupos e forças sociais internas estão afetadas por sua vez pelo tipo e intensidade das mudanças, e estas dependem, em parte, do modo de vinculação das economias nacionais ao mercado mundial; a articulação dos grupos econômicos nacionais com os grupos e forças externos realiza-se distintamente e com conseqüências diferentes, antes e depois de começar um processo de desenvolvimento. O sistema interno de

⁵⁷ Idem, p.53.

⁵⁸ Ao apresentar essas relações desiguais estabelecidas entre as economias avançadas e atrasadas - referendando empiricamente os casos de Argentina, Brasil e México - como determinantes do desenvolvimento dos países latino-americanos, são contrapostos os determinismos culturalistas de Lawrence Harrison (*The Central Liberal Truth*) e M. Novak (*Why Latin America is poor?*), bem como o desenvolvimento linear rostowiano que inspirou a parábola *The Grocer and the Chief* de Daniel Lerner.

alianças políticas altera-se, além disso, muitas vezes em consequência das alianças existentes no plano internacional.”⁵⁹

A propósito da referida análise, é mister destacar que seu posicionamento difere significativamente de outros autores da chamada “escola dependentista” que viam no socialismo a única alternativa para superação do subdesenvolvimento. Para os dependentistas de esquerda⁶⁰, a dominação imperialista só é passível de sustentação em decorrência da existência de elites locais incapazes de pensar suas nações sem orientação externa, ou seja, de encaminhar revoluções burguesas próprias (*burguesias associadas*).

Igualmente o reformismo de governos com tendência mais popular é considerado insuficiente por estes teóricos da dependência, dada a situação de *superexploração dos trabalhadores* – configurada pelo fato de que estes recebem um salário inferior ao nível de subsistência com carga de trabalho ampliada – e que parte da mais-valia é transferida para o centro dinâmico do sistema pela troca desigual de mercadorias no comércio internacional e pelas multinacionais (*mais-valia extraordinária*).⁶¹

⁵⁹ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1970, p. 29.

⁶⁰ André Gunder Frank (*Capitalismo y subdesarrollo em America Latina*. Buenos Aires, Signos, 1970), ao colocar que o capitalismo começou a caracterizar a sociedade latino-americana e chilena no século XVI, torna procedentes as considerações de George Novack (*Formações híbridas e a revolução permanente na América Latina*. In: **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2008) a propósito de sua interpretação dependentista da história, visto que esta: 1) concentra-se excessivamente na esfera das trocas em detrimento das relações estabelecidas no âmbito da produção, desconsiderando que os artigos de consumo podem ser confeccionados em condições pré-capitalistas, sendo o capital mercantil uma forma que antecede e cria as condições (*antediluviana*) para a instalação do modo de produção capitalista; 2) não atenta para a possibilidade de coexistência de formas menos desenvolvidas do capital com condições estruturais pré-capitalistas; e 3) perde de vista a questão do uso das condições pré-capitalistas como mecanismo central da exploração colonial e de beneficiamento do nascente capitalismo europeu.

⁶¹ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, C. N. de. (org.) **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

“André Gunder Frank escreveu, nessa época, vários artigos na Revista Brasiliense e outros tantos livros tentando demonstrar as características do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’, trazendo para o Brasil as idéias da nova esquerda norte-americana, cujos expoentes, como Paul Baran, Paul Sweezy, Harry Magdoff e Leo Huberman, tornavam-se conhecidos no país. Se o Brasil já era capitalista e subdesenvolvido, porque explorado pelo imperialismo, como se dava a produção do excedente nacional? Coube a Rui Mauro Marini responder a essa questão com sua teoria da ‘superexploração dos trabalhadores periféricos’, explorados, a uma só vez, tanto pela burguesia local quanto pela imperialista, e sem condições aquisitivas de consumir as mercadorias produzidas pela indústria nacional. Nessa circunstância, diante da precariedade do mercado interno, só haveria uma maneira de se expandir a acumulação industrial brasileira: invadir os mercados dos países da América Latina ainda menos desenvolvido do que o Brasil. E assim surgia a tese do ‘subimperialismo brasileiro’ juntamente com a tese do ‘capitalismo colonial’, com a tese do ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ e com a tese da ‘superexploração da força de trabalho’...”⁶²

De acordo com Marini, o desenvolvimento das forças produtivas a nível mundial, dentro dos padrões capitalistas, sequer permite avanços em termos de superação desse círculo vicioso, considerando a maior integração do sistema e os crescentes investimentos externos realizados na periferia capitalista: “Se é certo que a estatização e a militarização imperialista se realizam em função do campo socialista, também é certo que obedecem a dinâmica própria do sistema e expressam os mecanismos básicos que os regem. Em último caso, esta dinâmica e estes mecanismos se referem à acumulação de capital no interior do sistema, que tende a concentrar – pela superexploração do trabalho nas economias periféricas – partes sempre crescentes de mais valia nos centros integradores. O aumento do excedente aplicável de que dispõe, mesmo que seja dissipado em atividades não produtivas, como indústria bélica e a publicidade, acarreta um incremento constante dos investimentos diretos nas economias periféricas, através das quais se realiza progressivamente a

⁶² MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984, p. 15.

integração do sistema produtivo destas ao sistema do centro integralizador”⁶³

A análise apresentada culmina com a proposição do socialismo como único mecanismo de superação do subdesenvolvimento, desconsiderando, em diversos casos concretos, a necessidade de agravamento da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como de enorme acumulação de forças políticas de cunho revolucionário, para a efetivação do processo de transição socialista.

“Por lo tanto, la propuesta de avanzar en la construcción del socialismo del siglo XXI es una invitación que no debe ser desechada. Claro esta que, en el terreno económico, se trata de un socialismo superador de la anacrónica antinomia ‘planificación centralizada o mercado incontrolado’ y que, en cambio, abre espacios para la imaginación creadora de los pueblos en la búsqueda de nuevos dispositivos de control popular de los procesos económicos, dotados de la flexibilidad suficiente para responder con rapidez al torrente de innovaciones que día a día modifica la fisionomía del capitalismo contemporáneo... en caso de que no logremos constituirlo, lo que resta es ser testigos de la perpetuación y agravamiento de esta barbarie que pone en peligro la sobrevivencia misma de la especie humana”⁶⁴

2.3. CICLOS DE ACUMULAÇÃO (IGNACIO RANGEL)

Ignacio Rangel, como bem destaca R. Bielschowsky⁶⁵, é o mais original intérprete do desenvolvimento econômico brasileiro. Economista maranhense, influenciado sobretudo por Marx e Lênin, participou do planejamento e da gestão econômica dos governos de G. Vargas, J. Kubitschek e J. Goulart, sendo autor de algumas das mais importantes obras do pensamento econômico nacional, a exemplo de “*Economia: milagre e anti-milagre*” e “*A inflação brasileira*”.

⁶³ MARINI, Rui Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs). **América Latina – Histórias, Idéias e Revolução**. Ed. Xamã, São Paulo, 1999, p. 117.

⁶⁴ BORON, Atílio Alberto. **Socialismo del siglo XXI - ¿ Hay vida después del neoliberalismo?** Ciudad de Buenos Aires: Ed. Luxemburg, 2008, p. 41.

⁶⁵ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

A propósito do pensamento do autor em tela, o geógrafo A. Mamigonian destaca algumas de suas idéias fundamentais: 1) dualidade básica da economia brasileira, 2) papel dos ciclos longos ou Kondratieff, 3) papel dos ciclos breves ou Juglar e 4) capacidade ociosa e pontos de estrangulamento na economia.⁶⁶

Ao analisar a evolução do sistema capitalista mundial, Rangel percebeu a grande validade da idéia de ciclos longos formulada pelo russo Nicolai Kondratieff⁶⁷, que constatou a existência de fases de expansão e fases de recessão que juntas formavam ondas históricas de aproximadamente meio século de duração. Com a geração de crises sistêmicas decorrentes da ampliação da composição orgânica do capital e da anarquia produtiva (superprodução – subconsumo), responsáveis por queda das taxas de lucro, o capitalismo é forçado a maturar e introduzir no circuito produtivo novas invenções que reconduzem o sistema aos padrões de normalidade, em processo denominado de “destruição criadora” pelo economista austríaco Joseph Schumpeter.⁶⁸

Partindo de tal premissa, o marxista maranhense constatou que o Brasil, como parte da imensa periferia latino-americana, tinha reações distintas em cada uma das etapas dos ciclos longos, ampliando sua participação na divisão internacional do trabalho nas fases de expansão mundial e intensificando substituições de importações nas fases recessivas. Superando a concepção cepalina, Rangel percebe que são processadas substituições de importações compatíveis com o patamar de desenvolvimento das forças produtivas nacionais, ocorrendo num primeiro momento no interior da fazenda de escravos (*substituição natural*), posteriormente nas cidades com forte presença do capitalismo mercantil (*substituição artesanal-mercantil*) e somente num último momento substituindo escalonadamente importações industriais (setor por setor do Departamento II ao Departamento I, respeitando ciclos internos com duração próxima de 10 anos – *Juglar*).

Ao largo das vagas cíclicas mencionadas, na visão de Rangel, compete ao ente estatal promover a adequada alocação dos recursos existentes, com destaque para os inutilizados, visando eliminar os estrangulamentos e ampliar o ritmo de desenvolvimento das forças

⁶⁶ MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignacio Rangel. In: **Revista GEOSUL**, nº 3, Ano II. Florianópolis: Editora da UFSC, 1º sem. 1987.

⁶⁷ KONDRATIEFF, N. **Las Ondas Largas de la Economia**. Madri: Revista de Occidente, 1946.

⁶⁸ SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

produtivas, e, por conseguinte, das relações de produção (*dialética da capacidade ociosa*).

Partindo para a questão das relações de produção, o autor contrapôs a visão circucionista de Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen⁶⁹, ao demonstrar a existência de combinações de modos de produção (*dualidades*) no interior dos institutos fundamentais da economia brasileira (assim como em seu conjunto) e a formação de pactos de poder com duas classes sociais dominantes, uma capitaneando politicamente a nação (*sócio-maior*) e outra provendo dinamismo ao sistema (*sócio-menor*).⁷⁰

Conforme A. Mamigonian “... Ignacio Rangel acrescentou aos seus mestres Marx e Lênin conhecimentos assimilados em A. Smith, Keynes, Schumpeter e Leontiev, combinação que a escola francesa da regulação (M. Aglieta e R. Boyer) realizou mais de vinte anos depois, com resultados semelhantes, pois as sucessivas substituições de importações apontadas com antecedência por Rangel para o Brasil (natural, pequena produção mercantil urbana e industrial), correspondem a verdadeiras regulações econômicas, incluindo seus enquadramentos jurídico-institucionais.”⁷¹

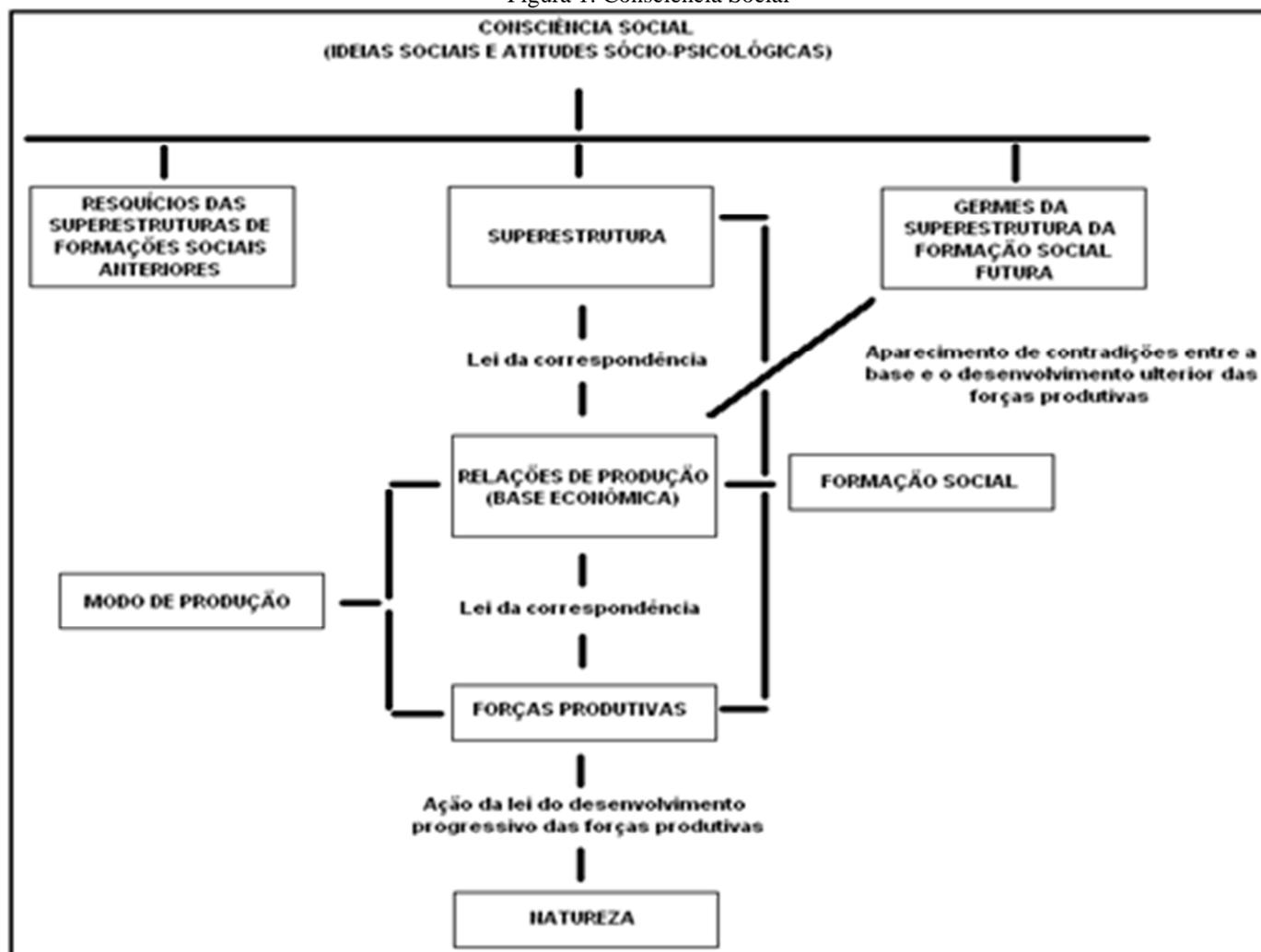
Por contrariar a teoria cepalina, cujo objetivo de realização é um capitalismo reformado com menores níveis de distorções sociais (assim como por sustentar idéias equivocadas como a de *deterioração dos termos de intercâmbio*), e a teoria da dependência, que não considera a centralidade da questão nacional, guiará a presente interpretação do desenvolvimento argentino a teoria econômico-social de I. Rangel.

⁶⁹ Vigorosa crítica ao circucionismo, que influenciou os pensadores dependentistas, pode ser encontrada em: VIEIRA, M. G. E. D. **Formação Social Brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido**. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, Florianópolis, 1992.

⁷⁰ RANGEL, Ignacio. A história da dualidade brasileira. In: **Revista de Economia Política**, nº 4, Rio de Janeiro, 1981.

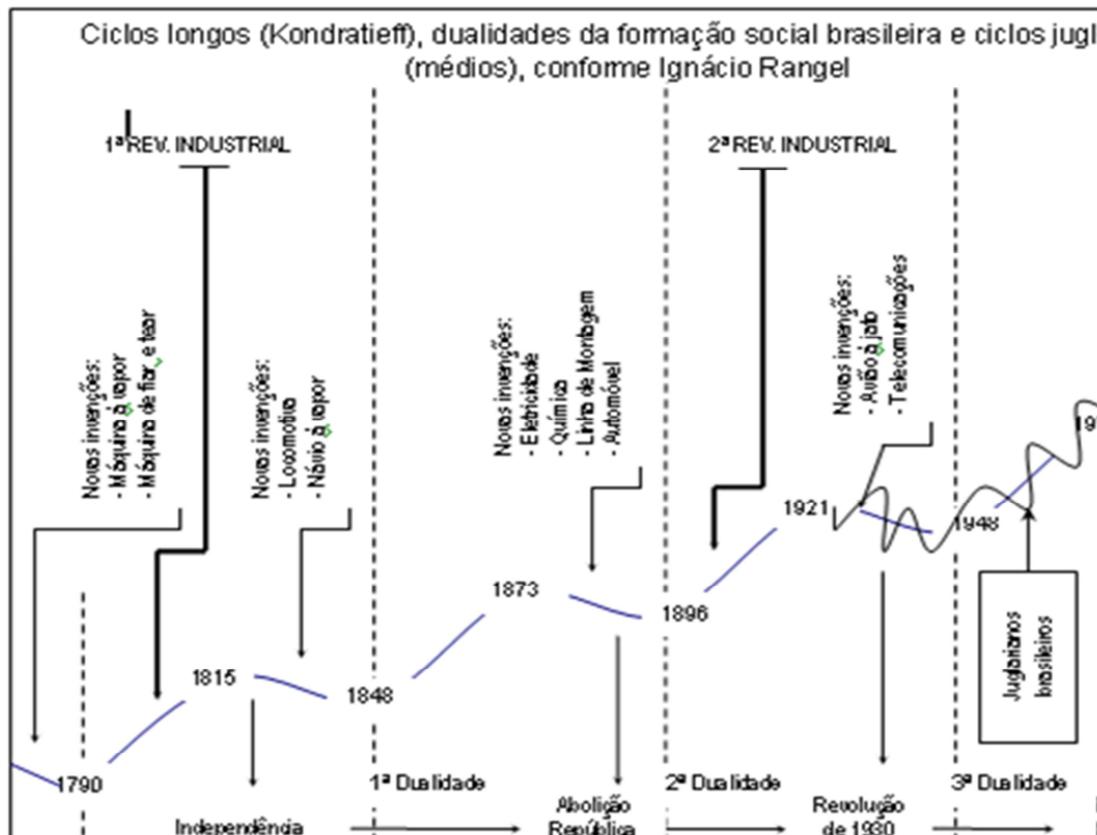
⁷¹ MAMIGONIAN, Armen. “Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignacio Rangel”. In: MAMIGONIAN, Armen (Org.). **O pensamento de Ignacio Rangel**. Florianópolis: PPGG/UFSC, 1997.

Figura 1: Consciência Social



Elaborado por L.S. Ferreira (2013) a partir de O. Lange (1976)

Figura 2: Ciclos Longos (Kondratieff), dualidades da formação social brasileira e ciclos juglarianos



3. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL ARGENTINA: PANORAMA GERAL

3.1. GÊNESE DO ESTADO-NACIONAL

3.1.1. Conquista ibérica e organização territorial

O desenvolvimento da América Latina no período colonialista é decorrente da atuação de forças externas sobre um conjunto de populações que haviam atingido diferentes patamares de aperfeiçoamento de suas forças produtivas e relações de produção.

Ao ser descoberta a América, o modo de produção característico da Europa era uma dualidade, pois no seio de uma sociedade feudal havia fulcros de capitalismo, que em seu estágio inicial de evolução imprimia ao sistema prodigioso dinamismo, mesmo com o pólo feudal sendo o promotor do contato com a humanidade em regime pré-capitalista.⁷²

De acordo com R. Puiggrós, “América abriu a los señores una perspectiva que no tenían. España derramó en los territorios transatlánticos los elementos de su régimen feudal en descomposición. El poder de la monarquía, titubeante entre los señores feudales y los burgueses, se inclinó decididamente del lado de los primeros... ahogó el descontento de sus súbditos ofreciéndoles tierras, riquezas y millares de seres humanos para someter a las durezas y crueldades de la servidumbre. Al Nuevo Mundo, emigró una parte de la nobleza española a ocupar altos cargos burocráticos y recoger los tesoros almacenados en opulentos imperios. Cruzó el océano una muchedumbre de hidalgos empobrecidos, de campesinos desalojados de sus tierras, de soldados de los ejércitos feudales disueltos al crearse el ejército real y el servicio militar obligatorio, y de artesanos y comerciantes cuya existencia era difícil o imposible en la península. Y los que hubieran sido revolucionarios en España se hicieron encomenderos en América, pues la monarquía puso a los revolucionarios ante la disyuntiva de América o

⁷² RANGEL, Ignacio. A história da dualidade brasileira. In: **Revista de Economia Política**, nº 4, Rio de Janeiro, 1981.

la horca. El comunero Hernán Cortés se convirtió en el conquistador Hernán Cortés.”⁷³

As populações americanas em regime pré-capitalista agregavam-se em três grandes grupos: 1) sociedades de agricultura excedentária, relativamente avançadas, de organização sócio-política complexa (modo de produção asiático), com altas densidades demográficas que se estendiam do México e parte da América Central às regiões andinas da América do Sul (aztecas, maias e incas); 2) sociedades de agricultura de subsistência, com caráter fundamentalmente tribal e organização social simples (muíscas, mapuches, etc) e 3) populações nômades basicamente coletoras e caçadoras pouco numerosas dispersas por diversas partes do continente (charruas, patagões, puelches, etc).⁷⁴

O primeiro tipo de relação econômica estabelecido entre os conquistadores ibéricos e os ameríndios, a pilhagem, apresentou um caráter transitório em função do esgotamento das riquezas acumuladas disponíveis. O fato em questão, juntamente com o desenvolvimento do corso e da pirataria, fez com que pela primeira vez na história da expansão comercial européia se apresentasse em grande escala a necessidade de organizar diretamente a produção conjugando capital e mão-de-obra no aproveitamento do território, o que promoveu amplo deslocamento das prioridades espanholas das Antilhas para os altiplanos continentais após 1520.⁷⁵

O nível de desenvolvimento econômico-social de cada um dos grandes grupos de população ameríndia, ao lado da localização dos recursos naturais e da atuação das forças feudais pertencentes ao mundo do conquistador ibérico, foram responsáveis pela estruturação das novas

⁷³ PUIGGRÓS, Rodolfo. Los modos de producción en iberoamérica. In: **Debate Rodolfo Puiggrós – André Gunder Frank**. Ciudad de México: El Día, 1965.

⁷⁴ SUNKEL, Osvaldo. **Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano**. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL / FORUM, 1975.

⁷⁵ “É na América espanhola que se põe o imenso problema da população indígena. Muito cedo degenera a feitoria monopolística: o único produto é o ouro. Esgotado o estoque, é preciso organizar a coleta. A conquista resulta, pois, numa repartição da privilegiada presa entre os participantes (em espécies, os índios). Sobre essa realidade econômica, uma enorme construção se edificou: a encomienda. Seu objetivo é normalizar o que, no fundo, não passa de uma desordem. A encomienda, a “comenda” é o recurso ao direito senhorial. O beneficiário do repartimento se vê delegar sobre seus índios o conjunto dos poderes régios.” CHAUNU, Pierre. **Conquista e exploração dos novos mundos: século XVI**. São Paulo: Edusp, 1984, p. 241.

relações de produção⁷⁶ e pela definição da importância das distintas partes do continente, sendo que, nos domínios territoriais que cabiam à Coroa de Castela, edificam-se três situações distintas: 1) regiões centrais que contavam com abundância de minérios e populações já sedentarizadas; 2) áreas periféricas que abasteciam de insumos (gêneros alimentícios, couros, carroças, etc) as áreas de mineração relativamente próximas e 3) áreas com densidades demográficas inferiores, onde a metrópole europeia viria a assegurar a ocupação para manutenção da propriedade real ou estruturar centros de exportação de produtos não-minerais de grande valor no mercado europeu (Caribe, p. exemplo).

A porção territorial correspondente à posterior formação nacional argentina (MAPAS 1 e 2) configurou-se no interior do sistema descrito tanto como área periférica fornecedora de insumos para as regiões centrais do império (região Noroeste principalmente, onde havia condições favoráveis para a instalação de um feudalismo precoce)⁷⁷, quanto como área marginal e de poucas riquezas aproveitáveis, que tinha enquanto função maior a manutenção das possessões da coroa, o que levou L.A. Boiteux a caracterizar Buenos Aires como um povoado faminto.⁷⁸

A região Noroeste, onde estão localizadas as atuais províncias de Salta, Jujuy, Santiago del Estero, Catamarca e Tucumán, com uma superfície de cerca de 470 mil quilômetros quadrados, dos quais três quartos integram o panorama montanhoso da região semi-árida dos Andes e o restante a zona árida e semi-árida do Chaco, recebeu seus primeiros colonizadores europeus durante o século XVI através do Peru. Na área em questão, as características do meio físico (clima, solos e

⁷⁶ Como bem destaca A. Mamigonian, “os impérios azteca e inca cobriam áreas habitadas por populações numerosas e com altas densidades demográficas, ao contrário dos demais grupos ameríndios, e sobre elas foi possível aos conquistadores espanhóis impor precoce e militarmente o monopólio da terra, pois os milhões de indígenas não teriam para onde ir, a não ser ficar nas suas aldeias, enquadrados pela primeira instituição feudal nas relações de trabalho no continente americano, a encomienda.”. MAMIGONIAN, Armen. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: **Seminário “O mundo que o português criou”**, Revista Eletrônica, Fundaj, 1997.

⁷⁷ RANGEL, Ignácio. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Revista Geosul**, nº 15. Florianópolis, 1993.

⁷⁸ BOITEUX, Lucas A. A fome em Buenos Aires e o celeiro catarinense. In: **Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense** (volume II), Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

relevo) exerceram grande influência sobre a distribuição das atividades produtivas, sendo as terras baixas a leste ocupadas pelo cultivo de açúcar, arroz, algodão e tabaco, e os vales com a produção de trigo e frutas, com a atividade pastoril sendo desenvolvida nas duas situações. Quanto à organização produtiva regional, podemos dividi-la em dois conjuntos: 1) grandes propriedades espanholas dedicadas à produção de alimentos, algodão, tecidos e gado a ser comercializada com a região de Potosí, centro mineiro do Alto Peru, que utilizavam mão-de-obra indígena organizada em encomiendas; 2) modestas unidades agrícolas voltadas principalmente à subsistência e sem a utilização intensiva da mão-de-obra indígena. Apesar do restrito mercado interno e das reduzidas possibilidades de acumulação de capital inerentes à baixa produtividade do sistema, o Noroeste, como destaca A. Ferrer, "... constituyó durante toda la época colonial la región de mayor importancia relativa dentro del actual territorio argentino, debido, fundamentalmente, a su cercanía a um centro exportador dinámico: Potosí."⁷⁹

Quanto à região de Cuyo, correspondente as atuais províncias de Mendoza, San Juan e La Rioja, com uma área de cerca de 330 mil quilômetros quadrados, cuja parte ocidental corresponde ao maciço andino e a oriental à meseta seca, arenosa e com irregularidade no regime de chuvas, seus primeiros fluxos de população européia foram advindos do Chile. Sua estrutura produtiva no período pode ser dividida em dois agrupamentos: 1) núcleos agrícolas de subsistência, 2) propriedades de titulares de encomiendas focadas na elaboração de vinhos e frutas secas a serem comercializados com a zona litorânea pacífica, e de panos, metais e couros que circulavam nos primeiros núcleos urbanos locais (vale ressaltar que embora a região fosse ocupada por populações sedentarizadas, o número de indígenas era bastante inferior ao da região Noroeste). Ao contrário da porção territorial anteriormente descrita, a maior distancia da zona minera de Potosí provocou a intensificação de seu comercio com as regiões litorâneas mais próximas e deteve determinante influência na constituição de um reduzido quadro populacional.⁸⁰

No que se refere à porção central do território em questão, composta pelas atuais províncias de Córdoba e San Luis, é de grande

⁷⁹ FERRER, Aldo. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2004, p. 49.

⁸⁰ Idem.

importância mencionar a influência de sua formação geomorfológica na organização da atividade pastoril (região dos vales nas serras Grande, Chica e de San Luis e zona semi-árida dos pampas). A localidade em questão detinha a criação e o intercâmbio de mulas com a região mineradora de Potosí como sua única atividade com certa rentabilidade, visto que os demais artigos ali produzidos (couros, gordura e panos) serviam somente a satisfação do restrito consumo regional. A criação e o comércio de mulas se mantiveram posteriormente na região devido a sua favorável localização, em meio à rota em forma de arco que ligava Potosí a Buenos Aires (MAPA 3), que se configurou como uma das principais vias de escoamento da prata durante o fim da dominação ibérica na América Latina.

Abarcando as atuais províncias de Buenos Aires, Entre Rios, Santa Fé e Corrientes, a fachada leste do território argentino foi durante o período de conquista praticamente um vazio demográfico. O fato referendado, associado à ausência de recursos minerais aproveitáveis, apresentou-se enquanto causa básica de sua estagnação. A economia regional manteve enquanto única atividade voltada ao comércio a extração do couro, que ainda assim não possuía grande escala. Abrangendo uma área de aproximadamente 60 milhões de hectares, tanto da zona úmida quanto da zona semi-árida dos pampas, a região constitui uma imensa planície com solos extremamente aptos à agropecuária de clima moderado, o que possibilitou o surgimento de um tipo físico não integrado ao meio social, mas que deteve grande destaque na história argentina, cujo sangue foi derramado em várias campanhas militares por todo o país: o gaúcho, tão poeticamente descrito pelo destacado literato argentino Jose Hernandez.⁸¹

No que tange as porções Nordeste e Sul do futuro território argentino, destacamos que a primeira limitava-se unicamente ao reduzido comércio da erva-mate com algumas localidades próximas,

⁸¹ “El gaucho, el tipo característico de nuestro territorio que constituía el grueso del peonaje de las estancias y del ejército, desarrolló un tipo de vida peculiar, seminómada, trabajando a sueldo, inevitablemente sujeto a la marginación y el oportunismo político, primero por la colonia y luego por los argentinos emancipados. Víctimas de las levas (reclutamiento arbitrario), el gaucho fue incorporado a las milicias durante las invasiones inglesas (1806-1807), fue alistado en los ejércitos de la Independencia (1810), en las contiendas civiles al lado de los caudillos federales, durante la Conquista del Desierto, etcétera. SCHIERLOH, Eric. La literatura gauchesca. In: HERNANDEZ, Jose. **Martín Fierro**. La Plata: Terramar, 2007.

estando estritamente atrelada às Missões Jesuíticas do Paraguai, e que a segunda não foi explorada de forma efetiva no período.

3.1.2. Limites do sistema colonial

A partir da segunda metade do século XVII, o sistema econômico baseado na mineração entrou em aguda crise em virtude do esgotamento dos veios superficiais de boa qualidade, da irregularidade do abastecimento de mercúrio para refinação e da crescente escassez de mão-de-obra em razão das altas taxas de mortalidade nas minas, ampliando assim a importância das demais atividades econômicas existentes.

Por outro lado, as possibilidades de crescimento das demais atividades eram entorpecidas pela burocrática estrutura colonial e pelo sistema mercantil monopolizado por Sevilha e Cádiz, gerando diversos conflitos entre grupos criollos⁸², de um lado, e a administração espanhola de outro. O acúmulo de pressões associado ao fim desses monopólios acarretou modificações nas políticas comerciais, traduzidas por uma série de medidas de redução dos entraves institucionais existentes em favor dos grupos criollos.

No ano de 1765 foram abertos todos os portos da Espanha ao comércio com a América. Em 1776 foi criado o Vice-Reinado do Rio da Prata, num processo que em 1778 culminou com a abolição formal das frotas e o afrouxamento das proibições do comércio entre as colônias, havendo o estreitamento dos laços com a Inglaterra. Além disso, foi fomentado o comércio com as potências que não estivessem em guerra com a Espanha, em que se destacou a França, com suas colônias do Caribe, e a nova república independente dos Estados Unidos da América do Norte.

3.1.3. Buenos Aires e o processo de independência

O monopólio do comércio com as regiões produtoras de prata sustentado por mais de dois séculos pelo entreposto mercantil de Lima (mesmo com o acesso a algumas zonas de mineração sendo muito mais fácil por Buenos Aires), ao lado das características naturais do pampa

⁸² Filhos de espanhóis nascidos em território americano.

argentino (que possibilitaram vertiginosa reprodução das primeiras reses deixadas na região em meados de 1589), foram responsáveis pela formação, em Buenos Aires, de um núcleo de interesses comerciais ligados ao contrabando.⁸³ A proximidade dos domínios portugueses e, a partir de 1713, a presença de ingleses envolvidos no comércio de escravos, contribuíram para consolidar essas relações comerciais paralelas.⁸⁴

A existência dessas relações paralelas no período que antecede o escoamento da prata boliviana em larga escala levou o historiador P. Chaunu a destacar que “de cerca de 1580 até 1640, pelo menos, uma parte da prata de Potosi escoava por Buenos Aires e pelo sul do Brasil, fora de Sevilha e dos seus controles, em direção do Atlântico português e por finas e múltiplas redes em direção ao Mediterrâneo, à França, à Europa do norte, ao Extremo Oriente. Buenos Aires, no século XVII, é portuguesa, brasileira, pelo menos tanto quanto é espanhola.”⁸⁵

O início da ruptura da situação de marginalidade de Buenos Aires ocorre somente no século XVIII, mais especificamente a partir da criação do Vice-Reinado do Prata, responsável pelo fortalecimento dos produtores e do grupo mercantil portenho⁸⁶, que a partir de então passam a drenar considerável parte do conjunto de riquezas oriundas das

⁸³ Além da criação em 1622 de uma aduana seca em Córdoba para evitar que a prata descesse até Buenos Aires e abastecesse o comércio paralelo, estabeleceram-se, em razão da conjuntura apresentada, burocracias administrativas e militares com o objetivo de limitar o contrabando e a penetração de outras potências no território colonial.

⁸⁴ Acerca da história do gado na região ver DEFFONTAINES, Pierre. História do Gado nos Países do Prata - Particularmente no Uruguai, **Boletim Geográfico**, maio-junho de 1953. Quanto à formação de um núcleo de contrabando em Buenos Aires, algumas informações podem ser encontradas em FURTADO, Celso. **Formação Econômica Latino-Americana**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1986.

⁸⁵ CHAUNU, Pierre. **Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difel, 1980, p. 203.

⁸⁶ Com o tempo e o aporte da Inglaterra, a pequena aldeia tornou-se uma cidade portuária de importante movimento comercial, advindo dos fluxos de exportação de prata e de importações de manufaturas holandesas e inglesas. Sua hinterlândia alcançou a Vila de Potosí, centro da área de mineração que se igualava a Londres e superava Madri ou Paris em população, com 160 mil habitantes em 1660.

entranhas da América, invertendo a hierarquia regional anteriormente descrita.⁸⁷

Segundo F. Luna, “en 1778, cuando se consiguió el Auto de Libre Comercio, se calculaba que una vara de lienzo que iba al Potosí por el camino largo se vendería a más o menos treinta pesos el metro, mientras que, si entraba por Buenos Aires, valdría en Potosí como mucho cinco pesos. La superioridad geopolítica o geoeconómica de Buenos Aires era indiscutible.”⁸⁸

A limitação do vínculo dos produtores e comerciantes de Buenos Aires com a Inglaterra, sustentada pelo parasitismo metropolitano, que além de apropriar-se de parte das riquezas americanas defendia a existência de fortes privilégios para os espanhóis em detrimento dos criollos, somada aos problemas internos da metrópole, foram responsáveis pela gestação do movimento de independência argentino, assim como em todos os demais países ibero-americanos, inaugurando uma nova etapa de desenvolvimento econômico e social no continente.⁸⁹

A prisão do Rei Fernando VII e o coroamento de José Bonaparte, irmão de Napoleão, foram o estopim para que as lideranças criollas sediadas no Vice Reinado do Rio da Prata passassem a projetar formas soberanas de governo, como a junta instalada em Buenos Aires

⁸⁷ POMER, Leon. *Argentina: raízes coloniais do Estado*. In: BRUIT, Héctor H (org). **Estado e burguesia nacional na América Latina**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

⁸⁸ LUNA, Félix. **Breve historia de los argentinos**. Buenos Aires: Ed. Planeta, 1997, p. 22.

⁸⁹ “A circunstância de que a independência resultou em grande parte dos acontecimentos na metrópole, e não de um movimento de autonomia nas colônias, está documentada em textos de pelo menos dois dos principais participantes do episódio. Manuel Moreno alega que, embora a independência da Espanha viesse como parte do curso natural da história, ‘a maior parte da América considerava seu destino ligado ao da nação que a tinha conquistado, dando-lhe um governo e uma língua. Uma grande revolução podia ocorrer depois de dissolvidos os laços que mantinham o império unido. Mais adiante, argumenta que, ‘sem a catástrofe que atingiu a Pátria Mãe, Buenos Aires teria permanecido a mesma, com pouca variação’. Manuel Belgrano mostrou igualmente que depois da invasão inglesa ‘passou-se um ano sem que nada fizessemos no sentido da independência. Deus nos deu a oportunidade com os acontecimentos de 1808 na Espanha e em Bayonne, cidade onde Carlos IV teve um encontro com Napoleão.” SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina: história de uma idéia**. São Paulo: Edusp, 2008, p. 43.

com a revolução de 25 de maio de 1810, que reivindicou autoridade sobre o território meridional criado em 1776. As regiões que se submeteram ao chamado portenho compõem a atual Argentina, ao passo que o Paraguai trilhou um caminho independente, o Uruguai figurou como território em disputa entre portugueses (depois brasileiros) e Buenos Aires e a Bolívia manteve-se até a década seguinte como um dos baluartes americanos do realismo espanhol.

A junta de 1810 tinha enquanto lideranças de maior envergadura Cornélio de Saavedra, seu presidente, e Mariano Moreno, visionário entusiasta do sistema republicano inspirado na obra de J.J. Rousseau. Ao passo que o primeiro, declaradamente favorável à realeza espanhola, defendia a participação de representantes das regiões interioranas nos fóruns deliberativos, o segundo propunha um sistema de representação centralizado em Buenos Aires.⁹⁰

Para J.L. Romero, “la revolución emancidora (1810) era, en cierto sentido, una revolución social, destinada a provocar el ascenso de los grupos criollos al primer plano de la vida del país. Criollos habían sido los núcleos ilustrados que hicieron; pero por la fuerza de las convicciones y por la necesidad de dar solidez al movimiento, fue necesario llamar a ella a los grupos criollos de las provincias, constituidos en su mayor parte por la masa rural. Estos grupos respondieron al llamado y acudieron a incorporarse al movimiento; mas ya para entonces el núcleo porteño había sentado los principios fundamentales del régimen político-social...”⁹¹

Seguidores políticos de Moreno, agremiados em torno da Sociedade Patriótica, com amplo apoio de massa dos caudilhos anti-monarquistas, obtiveram sucesso no alijamento dos saavedristas e encabeçaram o projeto de manutenção das guerras que garantiram a conquista da independência argentina em 1816, contando com Manuel Belgrano e José Francisco de San Martín como dois de seus principais comandantes. Todavia, recordando T.H. Donghi, “esos cinco años no son solo de guerra: son de incesante experimentación política, en parte dominada por las necesidades de la guerra misma, en parte por tensiones entre grupos políticos de la capital revolucionaria que se desarrollan

⁹⁰ SCATENA, Stella Maris. **San Martín**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008.

⁹¹ ROMERO, José Luis. La era criolla. In: LUNA, Félix. **La independencia argentina y americana (1808 – 1824)**. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2003, p. 35.

paralelamente a la lucha contra los enemigos exteriores de la revolución.”⁹²

3.1.4. O feudalismo argentino do século XIX

Uma característica determinante da história latino-americana é que os países surgidos da América espanhola (inclusive a Argentina) eram mais latifundiários que escravistas, embora a escravidão existisse em alguns deles.⁹³

Desde as guerras de independência até fins do século XIX, quando da unificação definitiva do território nacional, a Argentina manteve-se articulada sob a forma de confederação de províncias com elevado nível de autonomia, como reflexo do predomínio do caráter feudal de sua estrutura econômico-social herdada do período colonial. O unitarismo, representado inicialmente pelo morenista Bernardino Rivadavia⁹⁴, chefe de governo responsável pela realização de acordos

⁹² DONGHI, Túlio Halperin. Cinco años de política revolucionaria. In: LUNA, Félix. **La independencia argentina y americana (1808 – 1824)**. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2003, p. 56.

⁹³ Conforme I. Rangel, “A escravidão distingue-se essencialmente do latifúndio pelo fato de, na primeira, o “capital” fundamental, aquele ao qual se subordinam todos os outros capitais, ser o escravo – um bem móvel por excelência, ou “semovente”, como então se dizia, e, no segundo, esse “capital” essencial ser o solo, protótipo da riqueza imóvel. Segue-se daí que a circulação do capital num regime caracterizado pela escravidão em geral, e, especialmente, por uma escravidão de tipo novo, isto é, igualmente capitalista, tende a ser muito mais intensa que nos países do feudalismo, mesmo que se trate de um feudalismo igualmente capitalista, como o surgido na América, na forma do latifúndio. Ora, a circulação intensa do capital cria condições propícias ao aparecimento de formas políticas unitárias, ao passo que a ausência dessa circulação conduz ao exclusivismo regional que, entre nós, encontrou expressão no federalismo.” RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira**. São Paulo: Bial, 1999. p. 53.

⁹⁴ “Rivadavia no consiguió con el empréstito inglés, con la ley de enfiteusis, con sus constituciones e instituciones y sus grandes proyectos, conectar su política con la de los caudillos provinciales que viván y representaban el grado de desarrollo social de aquel entonces. Predendía crear, de la noche a la mañana, un pueblo semejante a los pueblos de Europa Occidental. No pudo lograrlo ni por la persuasion ni por la fuerza. No tenía otro apoyo económico y político que los

comerciais com a Inglaterra e pela estruturação de importantes melhorias urbanas (construção de largas avenidas, montagem de sistema de iluminação pública, fundação da Universidade de Buenos Aires, etc), em curto espaço de tempo é substituído pelo caudilhismo⁹⁵ federalista de Juan Manuel de Rosas, que constituiu governo de ampla base de estancieros entre 1829 e 1832 e 1835 e 1852, com o breve e conflituoso intervalo do governo de Juan Ramón Balcarce, em meio à conturbada guerra civil que assolava o país.⁹⁶

Bem destaca R.C. Conde que “como los nuevos gobiernos no estaban en condiciones de garantizar la seguridad de los habitantes, pronto surgieron otras alternativas. Las circunstancias mencionadas hicieron más viables las unidades políticas de dimensiones menores donde era posible el ejercicio efectivo del poder a bajo costo. En economías que se volvieron predominantemente rurales, con poca circulación de dinero, la cobranza de impuestos fue mucho más difícil. Así, los servicios se ofrecieron o pagaron en especie: se formaron ejércitos casi privados con peones de hacienda, caballadas y ganado de propiedad de los hacendados. Surgieron los hombres fuertes, los caudillos que, en espacio más reducidos, cumplieron las funciones de proveer algunos bienes públicos por los que en compensación exigieron

intereses comerciales concentrados en el puerto de Buenos Aires... Fue derrotado por Juan Manuel de Rosas, expresión del autodesarrollo de la parte del país (la provincia de Buenos Aires) directamente conectada a los intereses económicos de Gran Bretaña: la ganadería en función del comercio exterior.” PUIGGRÓS, Rodolfo. **Pueblo y oligarquía: historia crítica de los partidos políticos argentinos I**. Buenos Aires: Ed. Galerna, 2006, p. 56.

⁹⁵ “El caudillo, la máxima expresión del poder local, era el principal exponente de una actividad económica regional o comarcal y el emergente de um proceso innegable de militarización de la sociedad. En cierta manera, estábamos frente a uma feudalización, entendida como um ensimismamiento de la vida social.” GEJO, Omar Horacio; LIBERALI, Ana Maria. **La Argentina como Geografía: Ciclos Económicos y Población**. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001, p. 42.

⁹⁶ No período em questão, as províncias do interior viviam uma situação bastante distinta das províncias litorâneas. As guerras de independência deixaram marcas profundas nessas regiões: o comércio com Alto Peru foi drasticamente reduzido, a força de trabalho estava empregada militarmente e o mercado interno estava sendo inundado de produtos ingleses.

outras prestações. Así también se confundió la hacienda pública con la del gobernante.”⁹⁷

No que tange a questão econômica, é mister destacar o aumento da capacidade de acumulação de capital na atividade pastoril, favorecida pela industrialização inglesa que inaugurou a fase expansiva do 1º ciclo longo (1790 – 1821), com a caça ao gado chimarrão sendo efetivamente substituída pela criação nas estâncias⁹⁸ e o surgimento de melhores técnicas de preparação de derivados para exportação.

Segundo o geógrafo L. Waibel, essa expansão da atividade pastoril foi beneficiada não somente pela localização favorável, como também pelas boas condições naturais da região pampeana, a saber, adequado regime de chuvas (600 a 1000 mm de precipitação anual), reduzida presença de árvores, pastagens naturais de um pé a um metro de altura e com grande valor forrageiro (“*pasto fuerte*”) e invernos pouco rigorosos, fazendo com que “em virtude das despesas com a construção de estábulos, a manutenção do gado se tornasse de 25 a 30% mais cara na Alemanha que na Argentina.” Estas qualidades não se apresentavam no Noroeste do país, uma vez que seus pastos eram altos, densos e de baixo valor forrageiro, havia excesso de doenças e pestes e desfavoráveis condições climáticas.⁹⁹

“Ya hacia 1850, según H. Sábato, la estancia había conquistado definitivamente el espacio rural. Y su organización se había hecho mucho más compleja, pues junto a la explotación del vacuno ahora se desarrollará la producción del ovino y de una manera más intensiva. Esta nueva estancia va a requerir una importante inversión en activos

⁹⁷ CONDE, Roberto Cortés. **Progreso y declinación de la economía argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 16.

⁹⁸ A. Reguera, tratando do processo de formação das primeiras estâncias, destaca que as mesmas não eram as unidades produtivas predominantes no período colonial, e que “se llamó “trinchera” o “caramanchel” y consistía en un cuadrilátero de tierra (otorgado en donación, composición o merced por el Rey), rodeado por un foso abierto para evitar la entrada de los indios en ataque. En el interior se levantaba un primitivo rancho de paja y cuero, como población. La tarea era la de formar rodeos de ganado vacuno con el fin de explotar la carne, el cuero, la grasa y el sebo con destino a los saladeros y abastos de las ciudades... se debía contratar a un grupo de hombres para que saliera a buscar el ganado por los confines de la estancia.” REGUERA, Andrea. Estancias pampeanas del siglo XIX. Estrategia empresarial para su funcionamiento: chacras agrícolas y puestos ganaderos. **Quinto Sol**, nº 3, La Pampa, 1999, p. 53.

⁹⁹ WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografía Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958, p.12.

fijos consistente en alambrados, corrales, galpones para la esquila, aguadas, instalaciones para baños, etc.. Y la organización se complejizará más aún cuando se introduzca la práctica de la agricultura tanto subsidiaria de la ganadería como comercial, al interior de las estancias.”¹⁰⁰

As relações de produção no interior das estâncias estavam centradas em mecanismos coercitivos extra-econômicos, acumulava-se capital pela extração de rendas feudais (trabalho e produto), sendo a terra o meio de produção fundamental, com os camponeses e peões por vezes tendo instrumentos de trabalho próprios e sua pequena propriedade direcionada à produção natural. Tais características situam o peão como vassalo do estancieiro, da mesma forma que este se situa frente aos caudilhos regionais, detentores do poder político.¹⁰¹

Afiança o destaque da existência do modo de produção feudal no mundo estancieiro argentino elementos como: 1) a aplicação de severos castigos físicos aos peões que cometessem erros; 2) a constante auto-subordinação da população rural com maior nível de liberdade aos estancieiros detentores de exércitos capazes de garantir sua integridade física em meio aos perigos das fronteiras e da guerra civil; 3) o estabelecimento de legislação que punia prestadores de serviço que não estivessem em dependência contratual com nenhum estancieiro, garantindo uma espécie de “peonaje obligatoria” e 5) a utilização do endividamento nos armazéns como mecanismo de aprisionamento dos peões em determinada propriedade.

A propósito das causas de endividamento dos peões, T.H. Donghi recorda que se deviam “... en parte a la insuficiencia de los salários, en parte a la gravitación de un régimen salarial que complementa el pago en dinero con pagos en especie. Pero en cuanto a la situación de los asalariados es preciso distinguir entre trabajadores permanentes y temporarios de la estancia. Los primeros cobran sueldos mensuales, que crecén sólo lentamente con la inflación del papel moneda. En estos casos, la complementación con ayudas (carne, azúcar y sal en

¹⁰⁰ REGUERA, Andrea. Estancias pampeanas del siglo XIX. Estrategia empresaria para su funcionamiento: chacras agrícolas y puestos ganaderos. Quinto Sol, nº 3, La Pampa, 1999, p. 55.

¹⁰¹ Sobre a temática referendada maior detalhamento pode ser encontrado em: PUIGGRÓS, Rodolfo. Pueblo y oligarquía: historia crítica de los partidos políticos argentinos I. Buenos Aires: Ed. Galerna, 2006. e ALBERDI, Juan Bautista. Organización política y económica de la Confederación Argentina. Londres: Ed. Besanzon, 1856.

todos los casos; en algunos también galleta y tabaco) es esencial; el resto de las necesidades es cubierto, cada vez más insuficientemente con las compras en dinero. Hay también un sector ineliminable de trabajadores temporarios: domadores, herradores, peones para la cosecha en las estancias que cultivan cereales. Estos últimos reciben también ayudas, pero sus salarios, computados diariamente son mucho más altos que los primeros; la situación del hacendado frente a estos colaboradores indispensables y escasos es menos protegida frente a los peones permanentes: más que disciplinarlos se trata de atraerlos mediante paga de jornales cada vez más altos.”¹⁰²

Assim, os latifundiários feudais (domínio político) e os comerciantes export-import (dinamismo econômico) dirigem o pacto nacional de poder, em uma economia que internamente é feudal e externamente é capitalista, onde a forma de organização do Estado e a edificação do mundo cultural são decorrentes de tal fato, o que constitui uma unidade de contrários *urbi et orbi*.¹⁰³

¹⁰² DONGHI, Túlio Halperin. La expansión ganadera en la campaña de Buenos Aires. In: Desarrollo Económico, v. 3, n° 1-2, Buenos Aires, 1963, p. 46.

¹⁰³ “A base de sustentação do governo de caudilhos foi a cultura campesina, dos *gauchos*, desenvolvida nas amplas planícies e colinas que separavam as populações. A natureza exata da população rural argentina durante o período colonial provocou um debate estridente e interminável entre “nacionalistas”, que consideravam essas populações como um repositório dos valores argentinos autênticos, e liberais, que viam como massas deseducadas, manipuladas facilmente por demagogos. Essas duas posições não levam em conta a complexidade da população rural, de classe baixa. Esses campesinos formavam diversos grupos, todos interligados e em estado de fluida mobilidade. Alguns eram nômades, outros eram peões empregados por fazendeiros, outros ainda bandidos e contrabandistas, e muitos deles uma coisa ou outra conforme a ocasião.” SHUMWAY, Nicolas. A invenção da Argentina: história de uma idéia. São Paulo: Edusp, 2008, p. 36.

Tabela 1; Exportações de Buenos Aires (excluindo metais e dinheiro)
valor em milhares de “pesos plata”

Produtos	1822	1829	1837
Couros bovinos	2.361	3.419	3.295
Couros eqüinos	422	97	38
Tasajo (tipo de corte bovino)	351	330	446
Chifres	47	90	26
Escovas	114	110	211
Lã	33	30	329
Couros de chinchila	36	33	13
Couros de lanares	-	-	140
Outros couros	30	179	130
Sebo	125	65	150
Algodão	-	1.936	480
Farinha	-	-	56
Tanino de cascas	3	-	-
Trigo	-	-	15
Outros produtos	119	121	109
TOTAL	3.541	4.477	4.959

Fonte: GILBERTI (1961)

Mapa 1: Altimetria do território argentino



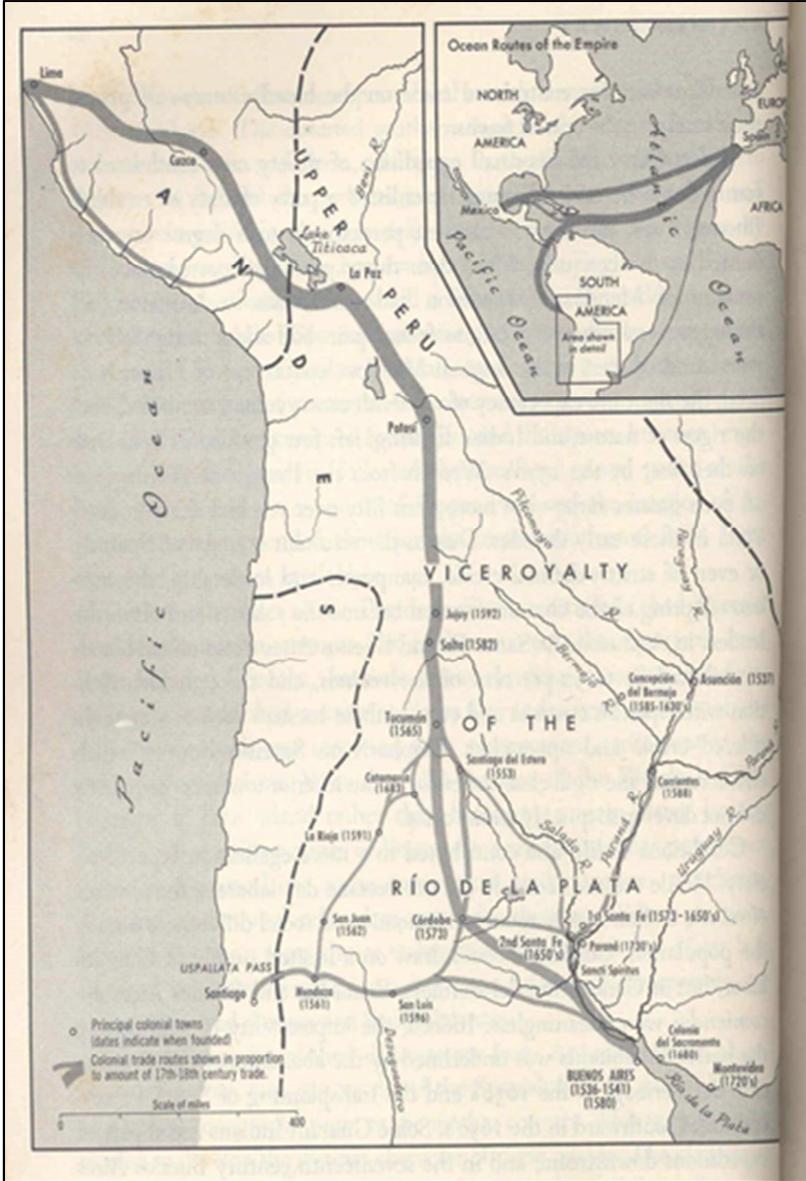
Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN)

Mapa 2: Regiões climáticas argentinas



Fonte: Instituto Geográfico Nacional (IGN)

Mapa 3: Principais núcleos populacionais do vice-reinado do Rio da Prata



Fonte: SCOBIE (1964).

3.2. O AUGES DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR

3.2.1. Imigração, novas infra-estruturas e expansão agropecuária

A partir do último quartel do século XIX, a estrutura econômico-social argentina passou por uma série de importantes transformações, sendo a queda de J.M. Rosas e a aprovação da Constituição Nacional de 1853 fatores determinantes do processo.

“Al fin de la guerra de desgaste entre distintas regiones en 1862 la aduana de Buenos Aires quedó finalmente en manos de la nación, al tiempo que las provincias renunciaban a las aduanas internas. A partir de 1880, nuevas circunstancias, como la mayor riqueza y el uso de tecnologías que permitieron el acercamiento de las regiones (gracias a la disminución de los costos del transporte), pusieron fin al conflicto. Su solución se expresó en el pacto fiscal que dividió los recursos entre la nación y las provincias, acuerdo que fue respetado mientras la recaudación iba en aumento, gracias a la expansión de la economía, al crecimiento de la población y a la ampliación de los mercados.”¹⁰⁴

O problema que se apresentava era que o país possuía nível de remuneração da força de trabalho significativamente superior às demais economias periféricas e mesmo assim apresentava grande escassez de mão-de-obra, uma vez que em fins do século XIX já não era possível conseguir-la por meio da escravidão. Para a atração de imigrantes fez-se mister a existência de perspectiva de acesso à propriedade da terra e melhor posição pessoal na estrutura da sociedade. Também foi necessária a oferta de condições como o pagamento em dinheiro – elemento que contribuiu para a rápida monetização da economia – e um nível salarial atrativo à imigração. Em outras palavras, era imprescindível o oferecimento de uma renda competitiva em relação ao nível que os imigrantes europeus podiam obter noutras economias como a norte-americana e a australiana.¹⁰⁵

¹⁰⁴ CONDE, Roberto Cortés. **Progreso y declinación de la economía argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 17.

¹⁰⁵ Dentre os motivos europeus que provocaram o deslocamento de grande contingente de imigrantes italianos, numericamente a maior etnia a participar da recomposição do mosaico populacional argentino, destacamos: 1) a crise de 1816-17; 2) as grandes epidemias de 1835-38, 1854-56, 1865-67 e 1884-85; 3) a marginalização provocada pelo surgimento do sistema industrial; 4) a ausência de novas áreas de cultivo; 5) a elevada tributação

De 1857 a 1926, 5.742.000 imigrantes entraram na Argentina (MAPA 5), gerando, descontadas as partidas, um ganho líquido de 3.074.000 almas. Em 1873, de tradicional importadora de cereais, exporta o seu primeiro carregamento de trigo. De 1903 a 1910, por ocasião da grande vaga emigratória européia, o ganho das partidas cifrava-se em 1.480.000 pessoas.¹⁰⁶ A Argentina recebeu grande imigração latina, uma população flutuante de operários agrícolas, desligados da terra (47,3% de italianos, dos quais 70% antes de 1870 são das províncias pobres do sul, e 23,3% de espanhóis).¹⁰⁷

A expansão da capacidade produtiva da agricultura¹⁰⁸ e da pecuária nas áreas core e a entrada de investimentos em regiões com atividade econômica escassa, como a área indígena incorporada na Conquista do Deserto, implicou transferência maciça de recursos humanos e capital orientada para: 1) construção de um sistema interno de transportes e de melhorias portuárias; 2) implantação de facilidades de comercialização (armazéns, frigoríficos etc) e 3) montagem de estrutura financeira básica (bancos, empresas de seguros, bolsas comerciais etc).¹⁰⁹

O incremento da demanda européia e a acoplagem de tecnologia oriunda da revolução industrial ao sistema de transporte marítimo (navio frigorífico *Le Frigorifique*) na esteira do 2º ciclo longo,

do uso da terra; 6) a incapacidade de competição da produção artesanal com as unidades fabris mais modernas; 7) a crise econômica do último quartel do século XIX e 8) as duas grandes guerras mundiais.

¹⁰⁶ “Debido a que la producción primaria de exportación se concentraba en la Región Pampeana y a que el 81% de las industrias y talleres se instalaron en el Gran Buenos Aires, esta región creció demográficamente en un 70%, mientras el resto del país respondió a sus características vegetativas.” GEJO, Omar Horacio; LIBERALI, Ana Maria. **La Argentina como Geografía: Ciclos Económicos y Población**. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001, p. 62)

¹⁰⁷ CHAUNU, Pierre. *Historia da América Latina*. São. Paulo: Bertrand Brasil, 1983.

¹⁰⁸ “A produção de trigo argentino cresceu de 8.500.000 quintais em 1885 para 51.000.000 em 1913 (500%). A produção de milho aumentou de 22.000.000 em 1895 para quase 67.000.000 em 1914 (204%). A superfície cultivada passou de 580.000 hectares em 1872 a 24.586.000 hectares em 1914.” BRUIT, Hector. **Acumulação capitalista na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 47.

¹⁰⁹ SUNKEL, Osvaldo. **Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano**. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL / FORUM, 1975.

que permite o deslocamento de carne em condições adequadas ao consumo (TABELA 2), estimulou volumosos investimentos britânicos em ferrovias e frigoríficos, representados pela instalação de unidades produtivas das empresas *River Plate Fresh Meat Company* (1882), *Las Palmas Produce Company* (1886), *La Plata Cold Storage Company* (1902) e *Smithfield & Argentine Meat Cold Storage Company* (1903). A planta *La Plata Cold Storage* da *Swift & Company* (1907) foi o primeiro investimento efetivado pelos Estados Unidos na indústria de carne argentina. Os principais investimentos de capital nacional foram as estruturas de *Sansinena Company* (1884), *Frigorífico La Blanca* (1902) e *Frigorífico Argentino* (1905)¹¹⁰, não afetando o predomínio estrangeiro nesse elo da cadeia produtiva e demandando maior produção do latifúndio pastoril (MAPA 4).¹¹¹

Tabela 2: Exportações argentinas de carnes

EXPORTACIONES ARGENTINAS DE CARNES				
(toneladas)				
Promedio de periodos	Carne vacuna		Carne ovina	Total 3
	Enfriada	Congelada		
1880-89	—	78 ¹	5.703	34.016
1890-99	—	2.784	38.500	84.433
1900-04	—	64.555	73.253	160.891
1905-09	1.495 ²	165.777	72.173	266.491
1910-14	24.727	304.191	67.162	436.859
1915-19	14.727	402.149	46.669	589.497
1920-24	207.393	269.788	73.552	661.487
1925-29	402.182	201.238	80.081	804.980

1 La exportación se registra desde 1888.
 2 La exportación se inició en 1908.
 3 Incluye carne conservada, salada, tasajo, porcina, menudencias, aves, etc.

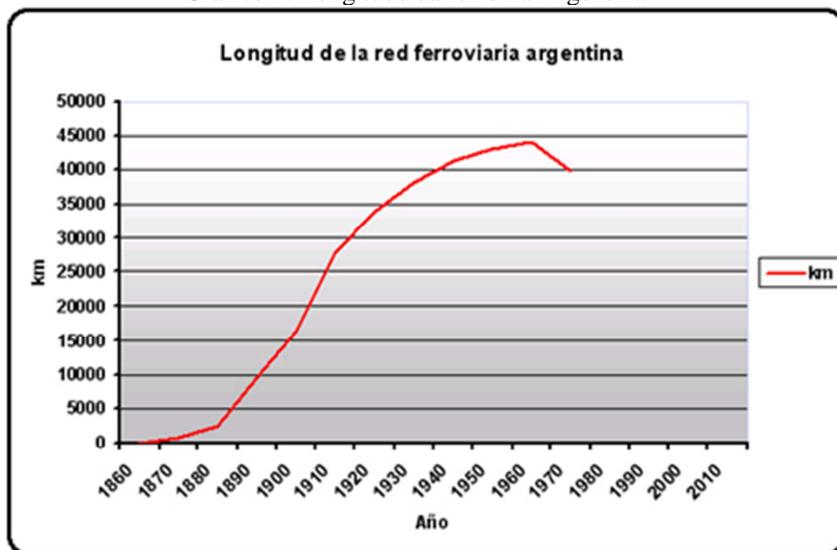
Fonte: GILBERTI (1961).

¹¹⁰ SMITH, Peter H. **Carne y Política en la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1968.

¹¹¹ Segundo H. Bruit, “na Argentina, em 1914, 8,2% das explorações agropecuárias de mais de 1.000 hectares controlavam 79,4% da superfície agrícola nacional. As propriedades com mais de 80.000 hectares ocupavam superfície de 3.300.000 hectares.” BRUIT, Hector. **Acumulação capitalista na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 21

A relevância da economia argentina para Inglaterra (intercâmbio de matérias-primas e produtos industrializados, exportação de capitais, etc) era tamanha que P. Chaunu destaca que “a Argentina, com suas estradas de ferro (GRÁFICO 1), com as suas imensas instalações frigoríficas construídas e exploradas por companhias inglesas, era em 1914 uma colônia financeira da Grã-Bretanha (GRÁFICO 2)... Os investimentos britânicos na Argentina, 319,6 milhões de libras esterlinas, eram, em 1913, da ordem dos investimentos britânicos na Índia e Ceilão na mesma época (378,8).”¹¹²

Gráfico 1: Longitude da ferrovia Argentina



Fonte: Comisión Nacional de Regulación del Transporte (2005).

¹¹² CHAUNU, Pierre. *Historia da América Latina*. São. Paulo: Bertrand Brasil, 1983, p. 108. Bons dados sobre o período da economia mundial referendado podem ser encontrados em LENIN, V.I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2005.

Tabela 3: Capital estrangeiro investido na Argentina em 1910 (%)

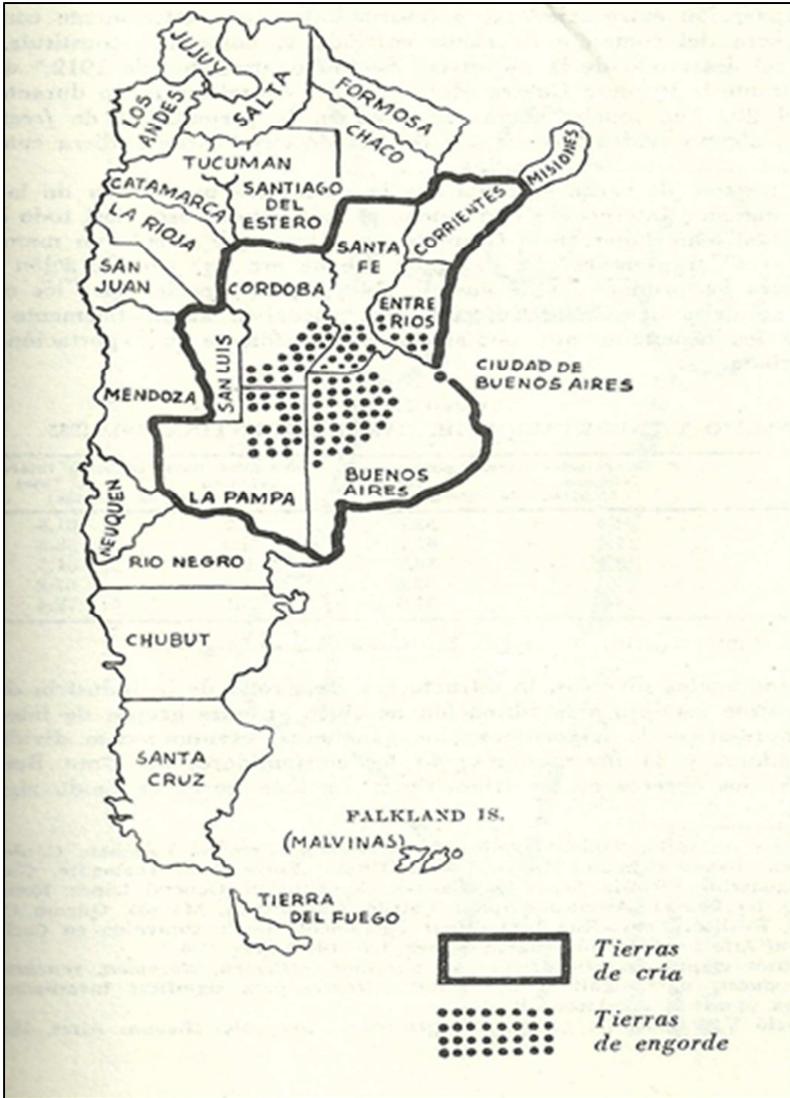
FERROVIAS	35,6%
EMPRÉSTIMOS E TÍTULOS GOVERNAMENTAIS	30,6%
COMPANHIAS DE COMÉRCIO, TERRAS E CRÉDITO	24%
SERVIÇOS PÚBLICOS	6,6%
BANCOS	1,7%
PORTOS	1,0%
FRIGORÍFICOS	0,5%

Fonte: BRUIT (1982)

Assim sendo, como sintetiza o economista J.L. Fiori, “no último quarto do século XIX, depois do fim da Guerra do Paraguai, entre 1870 e 1914 - como no caso dos Estados Unidos, Alemanha e Japão - a economia e a sociedade argentinas viveram uma “Idade de Ouro”: neste período de 34 anos, o PIB argentino cresceu de forma contínua, a uma taxa média de cerca de 7% ao ano - a maior do mundo, no período - ao mesmo tempo em que crescia a renda *per capita* dos argentinos, a uma taxa de 3,8%, igualmente, a maior do mundo. Como consequência, no início do século XX, a renda per capita dos argentinos era quatro vezes maior do que a renda dos brasileiros, e o dobro da renda dos norte-americanos. O crescimento da economia Argentina, depois da Guerra do Paraguai, foi liderado, na maior parte do tempo, pela exportação agropastoril, mas se deu também na indústria, e na maior parte do tempo, foi também induzido pelos investimentos na construção da extensa rede ferroviária que integrou o mercado nacional argentino, antes do fim do século XIX. Sua pauta de exportações agrícolas era diversificada, e sua população já vivia predominantemente nas regiões urbanas, onde 64% trabalhavam na indústria, comércio ou setor de serviços... Por fim, no início do século XX, 1/3 dos argentinos viviam em Buenos Aires, uma cidade sofisticada, com alto nível educacional e cultural, e que foi durante muito tempo, uma espécie de capital europeia da América Latina.”¹¹³

¹¹³ FIORI, José Luís. O protótipo argentino. In: **Carta Maior Online**, São Paulo, 2013

Mapa 4: Principais áreas de produção de gado



Fonte: SMITH (1968).

3.2.2. O desenvolvimento das economias regionais

Ao passo que a região dos pampas se consolidava como um poderoso núcleo de exportação de produtos primários para a Europa, as demais regiões argentinas iniciavam suas tentativas de projeto econômico em boa medida aproveitando a expansão do mercado nacional.

Cuyo, com destaque para a província de Mendoza, recebeu significativo volume de imigrantes (sobretudo italianos) a partir do último quartel do século XIX, que passaram a representar aproximadamente 30% da totalidade de seu quadro populacional. Detentores de forte capacidade empreendedora característica de suas localidades de origem, esses imigrantes substituíram os arcaicos métodos vitivinícolas existentes pelo sistema francês de “contraespalderas” ou por parreirais de tipo espanhol e italiano, utilizando para a poda o sistema Guyot, e aproveitaram as novas infraestruturas (ferrovias, diques de contenção, etc), bem como a recessão da fase b do 2º ciclo longo, para ampliar sua inserção no mercado popular nacional, com as bodegas francesas, italianas e espanholas, de qualidade ainda superior, atendendo unicamente o consumo de elite.¹¹⁴

Impressiona o destaque de P. Lacoste para o qual “Mendoza comenzó a recuperar el terreno perdido. Aumentó la superficie plantada con viñas, la cantidad de bodegas y la capacidad de elaboración de vino. Según el censo 1864, Mendoza tenía ya 3500 hectareas de viña y 59 bodegas, que elaboraron once millones de litros de vino. En menos de quince años se multiplicó por diez la capacidad de elaboración. La

¹¹⁴ “... durante la década de 1890 se consolidaron algunas firmas prestigiosas: los hermanos Tosso, oriundos de Itália, fundaron su establecimiento ya em 1891; los Mosso, también italianos, producían ya desde 1899 el vino de marca Hiena que se vendía en el Litoral y Tucumán; Melgor y Herist, fundadores de *La Peregrina* (Maipú) en 1899, elaboraban vino de tipo francés de excelente calidad; Miguel y Alberto Aguinaga, orientales, produjeron en 1897 unos 3000 hl de vino marca *Vistalba* en su bodega de Luján de Cuyo; otro pionero de la industria vitivinícola, Tiburcio Benegas, se había instalado en *El Trapiche*, y los hermanos Arizu, nativos de España y llegados al país en 1883, ya eran tan prestigiosos que compraban la producción de otros viñateros para industrializarla.” Igualmente a “ley de protección a la industria del vino de 1875” permitió o surgimiento de bodegas de San Juan como as de Jaime Colomé (*Copello*) e de Graffigna (*Colón*). LUNA, Félix (org); SÁBATO, Hilda; ROMERO, Luis Alberto; outros. **Las economías regionales (1890 – 1900)**. Buenos Aires: Ed. Nuestro Siglo, 1992, p. 16-19.

vitivinicultura se revelaba como una industria con capacidad de ascenso, para la cual Mendoza tenía las mejores condiciones. La llegada del ferrocarril a San Luis primero (1872) y a Mendoza después (1885), permitió contar con medios cada vez más rápidos y eficientes para transportar los vinos cuyanos a los mercados del litoral. La industria vitivinícola siguió creciendo a un ritmo vertiginoso. El censo de 1895 detectó que había 15.000 hectáreas de viña y 400 bodegas, que elaboraron 28 millones de litros de vino. En los siguientes 15 años se triplicaron los viñedos y bodegas: 45.000 hectáreas y 1.100 establecimientos, respectivamente. Además, estas adoptaron dimensiones realmente gigantescas, lo cual generó una capacidad que se multiplicó por diez: en el año del Centenario se elaboraron 260 millones de litros de vino. Desde el punto de vista cuantitativo, Mendoza ya era una potencia vitivinícola de nivel mundial.”¹¹⁵

No latifundiário Noroeste do país, região dos presidentes Avellaneda e Roca, destaca-se o favorecimento de engenhos de açúcar por legislação de 1876, que sobretaxava importações oriundas de Cuba e do Nordeste do Brasil. A economia regional, que contava com 30 grandes engenhos e 45 de menores dimensões, também beneficiada pelo transporte ferroviário, aumentou sua produção açucareira de 8.000 toneladas em 1890 para 70.000 em 1895 e mais de 100.000 em 1900. Os principais engenhos tucumanos eram *Esperanza* (Wenceslao Posse), *Los Ralos* (Brígido Terán e Eudoro Avellaneda), *Concepción* (Guzmán e Cia), *Lules* (Clodomiro Hileret) e *Trinidad* (Méndez e Heller), com nítido destaque para a Sociedade Anônima Companhia Azucarera Tucumana, dirigida pelo renomado banqueiro Ernesto Tornquist, que chegou a possuir 25% dos canaviais e cinco grandes engenhos (*La Florida*, *Lastenia*, *San Andrés*, *Nueva Baviera* e *La Trinidad*). Em Jujuy os dois engenhos principais eram o *Ledesma* (família Ovejero) e o *La Esperanza* (Leach and Co.), enquanto nas províncias de Salta, Santiago del Estero e Chaco, mesmo com engenhos de dimensões bastante modestas, o número de trabalhadores que empregavam chegava a aproximadamente 15.000.¹¹⁶

¹¹⁵ LACOSTE, Pablo. La vitivinicultura en Mendoza: implicancias sociales y culturales (1561-2003). In: ARTURO, Roig (org); LACOSTE, Pablo (org); SATLARI, María Cristina. **Mendoza: cultura y economía**. Mendoza: Ed. Andina del Sur, 2004, p. 84.

¹¹⁶ LUNA, Félix (org); SÁBATO, Hilda; ROMERO, Luis Alberto; outros. Las economías regionales (1890 – 1900). In: **Historia de la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Nuestro Siglo, 1992.

A província de Córdoba constituiu área de transição entre as prósperas pastagens rioplatenses e as zonas interioranas comparativamente mais atrasadas, mantendo a condição de território de passagem. Seus moinhos tiveram a produtividade bastante elevada com o advento da energia elétrica, cabendo destacar as empresas *Letícia* (Sociedad Minetti) e *Molinos Rio de la Plata* (Bunge & Born). A favorável localização, assim como em Buenos Aires, Entre Rios e Santa Fé, estimulou o grande contingente de imigrantes instalados a desenvolverem modestas e promissoras substituições de importações de azeites, velas, sabonetes, calçados, cerâmicas, louças, doces, etc, tal como a organizar diversas unidades comerciais de atacado e varejo (no início do século XX Córdoba contava com cerca de 200 armazéns).¹¹⁷

No Nordeste, parte integrante da chamada Mesopotâmia argentina (terras entre os rios Paraná e Uruguai), onde imigrantes italianos, alemães, ucranianos e poloneses também ofertaram mão-de-obra rural e instalaram negócios, as produções de erva-mate e tabaco eram as que possuíam maior relevância econômica, respondendo por 42% do total nacional, apesar de que no caso da erva-mate apenas 5% do consumo argentino era atendido pela produção interna.¹¹⁸

O território patagônico, sobremaneira prejudicado pela grande distância dos núcleos econômicos principais e por ausência de infraestruturas (problema minimizado com a inauguração de ramal ferroviário pelo presidente Roca), tinha a produção de gado e ovelhas de Rio Negro como principal atividade econômica, apesar da enorme dificuldade de concorrência com os pampas. Os imigrantes europeus, tal qual pequenos grupos criollos, desempenharam papel crucial na ocupação do vasto anecumeno (que apesar de tudo ofertava condições para a criação de boas ovelhas dos tipos Lincoln e Rambouillet), contribuindo para a criação de novos caminhos entre as unidades produtivas e as incipientes zonas portuárias de San Antonio Oeste, San Julián, Puerto Deseado, Río Gallegos e Carmen de Patagones.¹¹⁹

O padrão de desenvolvimento esboçado, com núcleos econômicos de importância intermediária e alto grau de concentração em Buenos Aires, explicitado por exemplo pelo perfil ferroviário nacional que converge para seu porto, possui grande relevância para a

¹¹⁷ LUNA, Félix (org); SÁBATO, Hilda; ROMERO, Luis Alberto; outros. Las economías regionales (1890 – 1900). In: **Historia de la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Nuestro Siglo, 1992.

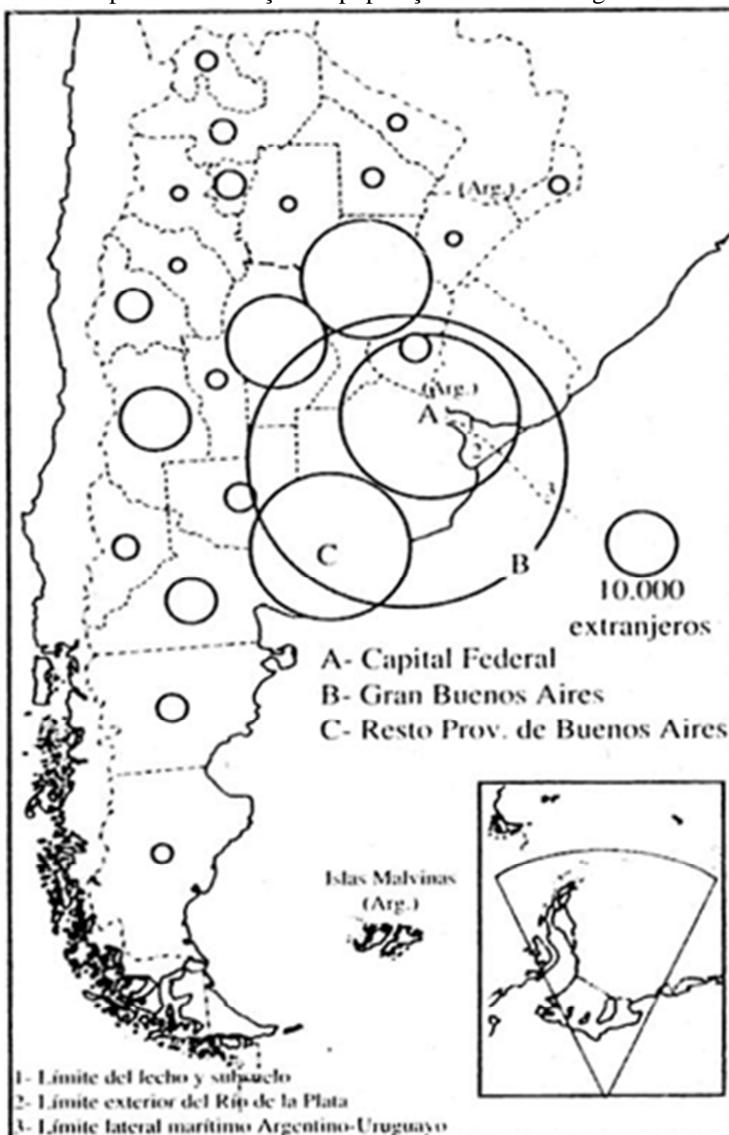
¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Idem.

constituição da futura rede urbana argentina mencionada por M. Zamorano em 1964, que tinha enquanto cidades com capacidade polarizadora Buenos Aires, Rosário, Córdoba, Tucumán, Mendoza, Santa Fé-Paraná, Resistência-Corrientes, Bahia Blanca e Comodoro Rivadavia.¹²⁰

¹²⁰ ZAMORANO, Mariano. **Las regiones geográficas de la República Argentina**. Murcia: Ed. Universitária, 1964.

Mapa 5: Distribuição da população italiana na argentina



Fonte: Instituto Nacional de Educación Tecnológica (contenidos educativos en internet)

Mapa 6: Rede ferroviária nacional



Fonte: Comisión Nacional de Regulación del Transporte (2005)

3.3. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO¹²¹

3.3.1. A via norte-americana de transição capitalista

A compreensão da industrialização argentina exige-nos a observação de três processos articulados: 1) a conversão de estabelecimentos artesanais, comerciais e agrícolas (ou mesmo de salários), na sua grande maioria dirigidos por imigrantes, em unidades fabris capitalistas (*pequena produção mercantil como antesala do novo modo de produção*); 2) a realização de investimentos produtivos externos principalmente pelas potências imperialistas e 3) a criação de empresas estatais em ramos estratégicos.

Igualmente necessária para a elucidação da problemática é a situação da Argentina enquanto componente da periferia do sistema capitalista, que responde às fases de expansão econômica intensificando sua inserção na divisão internacional do trabalho e substitui importações com mais vigor nas fases de recessão. Esse raciocínio segue na contramão da interpretação de C.D. Alejandro (1963), estruturada a partir da comparação da evolução industrial argentina com uma idealização eurocêntrica do que ela “deveria ser”. Diferentemente do modelo europeu clássico, e de modo semelhante ao Brasil e outros países periféricos, a nação platina, com ilustres exceções, inicia seu movimento de industrialização pelo chamado Departamento II, mais especificamente pelo setor de bens de consumo simples (alimentos, bebidas, tecidos, calçados, produtos de limpeza, etc), com amplo apoio de um Departamento I de caráter artesanal (oficinas de fábricas, bairros, etc) e importações de máquinas e equipamentos (por vezes adaptados artesanalmente).

O maior mérito de J. Villanueva¹²² foi o de desmistificar o que chama de interpretação “olímpica” do desenvolvimento, que situaria a

¹²¹ J. Katz e B. Kosacoff, integrantes da CEPAL/Buenos Aires, elaboraram criterioso levantamento dos estudos relativos à temática da industrialização argentina, destacando como principais autores a serem considerados A. Ferrer (1959), A. Dorfman (1983), G. Di Tella e M. Zymelman (1967), D. Heymann (1980), C.D. Alejandro (1963), P. Gerchunoff e J. Llach (1975), D. Azpiazu (1976), J. Katz (1969) e J. Villanueva (1972). KATZ, Jorge; KOSACOFF, Bernardo. **El proceso de industrialización en la Argentina: evolucion, retroceso y prospectiva**. Buenos Aires: CEPAL, 1989.

origem da indústria nacional na fase recessiva inaugurada com a crise de 1929. A elevada capacidade empresarial dos imigrantes é verificada, por exemplo, no fato de que em 1935 66% dos estabelecimentos e 78% da produção industrial eram oriundos de firmas instaladas antes de 1930, ou seja, que obtiveram bom desempenho não obstante o baixo nível de proteção estatal.

Negócios em sua grande maioria muito modestos de imigrantes prosperaram aproveitando expansão do mercado interno produzida por avanço do setor exportador, rápido crescimento da população, novos hábitos de consumo advindos da Europa, alto custo de certas importações, atendimento de demanda de insumos de indústrias próximas e posteriormente restrições geradas pela 1ª Guerra Mundial. Como destaca O. Cornblit, tratando do contexto 1880-1940, “é possível generalizar a asseverar que onde quer que se achassem modernas atividades comerciais e industriais na Argentina, ali se achariam também os estrangeiros como proprietários ou gerentes.”¹²³

Conforme V. Román, “Buenos Aires asistió a la instalación de diferentes establecimientos fabriles. Ya en 1884 se instaló la *Fábrica Argentina de Alpargatas*; más tarde, en 1889 lo hizo *La Primitiva* que se dedicaba a hacer sacos y lonas impermeables; diez años después, Otto Bemberg fundó la cervería *Quilmes...* Se fundaron, asimismo empresas metalúrgicas como *Tamet* y la *Cantábrica*, la primera data de fines del siglo XIX y la segunda de 1904. Jorge Schvarzer (1996) indica que un informe oficial elaborado en 1892 señalaba la existencia de 296 fábricas ‘nuevas’ que generaban doce mil puestos de trabajo. El Censo Nacional de Población de 1895 registró 22.204 establecimientos industriales y el de 1914 una cifra superior a los 47.700.”¹²⁴ Alguns outros grupos de origem imigrante que se destacaram em terras portenhas foram *La Serenissima*, *Terrabusi*, *Canale*, *Mayco*, *Capri* y *Vizzolini* (alimentos), *Gatic* (calçados e têxteis), *Loma Negra* (cimento), e *E. Tornquist* (bebidas, alimentos, cerâmicas, etc). *Torcuato Di Tella* (*SIAM*), que inicia a produção de equipamento de panificação em 1911,

¹²² VILLANUEVA, Javier. El origen de la industrialización argentina. In: **Desarrollo Económico**, v. 12, n° 47, Buenos Aires, 1972.

¹²³ CORNBLIT, Oscar. Os imigrantes europeus na indústria e política argentina. In: VELIZ, Claudio (org). **América Latina: estruturas em crise**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A, 1970, p. 238.

¹²⁴ ROMÁN, Vivian. La Argentina y la industria. In: BARROETAVEÑA, Mariano (org). **Ideas, política, economía y sociedad en la Argentina (1880-1955)**. Buenos Aires: Ed. Biblos, 2009, p. 173.

avança para o setor de bombas de extração de petróleo e oleodutos com o advento da YPF na década de 1920 e se expande para o ramo de maquinaria e eletrodomésticos em 1930, empregando mais de 10.000 trabalhadores e figurando como maior conglomerado industrial latino-americano do período.

Em Mendoza, a expansão da atividade vitivinícola anteriormente destacada, ofertou condições para o surgimento de iniciativas como *Jose Cartellone Construcciones* (construção de bodegas e residências); *Talleres Metalúrgicos Enrique Epaminondas Pescarmona* (equipamentos para colheita e comportas para canais de irrigação); *Baldé y Miret* (balanças, filtros, pasteurizadores, alambiques, etc); *Carlos Berri, Buccolini, Ronchietto, Domizio, Arrigoni, Stasi* (prensas, moendas, bombas, etc); *Roberto Mayer, Pablo Raimont e J&N. Masetto* (arados). Os exemplos mencionados são de pequenas oficinas familiares que em parte originaram grupos industriais argentinos. Em 1914, Mendoza contava com mais de 1500 pequenas fábricas/oficinas metal-mecânicas e em 1918 é fundada a União Comercial e Industrial de Mendoza, fatos da inauguração da tradição industrial regional.

No que tange Santa Fe, província em que elevado número de imigrantes obteve acesso à propriedade da terra e alastrou o cultivo de cereais, merece menção o surgimento de nada menos que 14 grupos empresariais dedicados à fabricação de colheitadeiras e outras máquinas agrícolas, bem como de ampla cadeia de fornecimento de insumos, entre 1921 e 1960. Luis Gnero, torneiro mecânico italiano convertido em artesão ferramenteiro santafesino, construiu a primeira máquina em 1917, utilizando tração animal com motor acoplado, dando origem à *Fábrica Susana*. Don Juan y Don Emilio Señor (*Maquinaria Señor*), Don Andrés Bernardin (*Bernardin*), o próspero agricultor *Boffelli* (colheitadeiras automotrizes, coletores de girassol e milho, etc), o mecânico *Santiago Puzzi* (maquinário de alinhamento, colheitadeiras, etc), *Boschetto y Hnos* e outros são alicerces da transição capitalista de tipo norte-americano no interior argentino.¹²⁵

A grande empresa estatal fundada no período foi a YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales), primeira petroleira verticalmente integrada fora da URSS quando de sua fundação em 1922, durante o governo de H. Yrigoyen. A petroleira estatal, dividindo mercado com a

¹²⁵ BURATOVICH, Tadeo. **De industriales y maquinistas**. In: Trabajos, publicaciones y notas de asesoramiento de la Asociación de Museos de la Provincia de Santa Fe, s/data.

Shell e a *Esso*, foi responsável pela promoção do desenvolvimento das localidades de Comodoro Rivadavia, Chubut e Neuquén e por auxiliar no atendimento da crescente demanda energética argentina, servindo de exemplo para os demais países latino-americanos.

Outra estatal anterior ao regime peronista, a *Fábrica Militar de Aviones* instalada na cidade de Córdoba (1927), uma verdadeira escola aeroespacial argentina, passou produzir aeronaves desenhadas na Europa criando possibilidades para a ascensão do setor privado cordobês e nacional e fomentando futuras substituições de importações de elevado conteúdo tecnológico agregado. Ademais, compete destacar alguns dos pioneiros industriais de Córdoba como *Cervecería Córdoba*, *Juan Bialet Massé* (construção), *Dumesnil* e *Yocsina* (cimento), *Arcor* (alimentos) e *Roggio* (construções).

Também nos anos anteriores a 1940, cabe mencionar a entrada de investimentos fabris estadunidenses como: 1) *Anderson Clayton*, *Sudamtex* e *Ducilo* (setor têxtil); 2) *Philco* e *Unión Carbide* (artefatos elétricos); 3) *Goodyear* e *Firestone* (pneus) e 4) *Johnson & Johnson*, *Laboratorios Upjohn*, *Abbott* e *Ponds* (fármacos). Dentre as grandes unidades européias instaladas no período destacam-se: *Nestlé* e *Suchard* (lácteos); Metalúrgicas *Olivetti* e *Santa Rosa*; *Duperial* e *Electroclor* (químicos) e *Lever* e *Cooper* (fármacos).¹²⁶

Tabela 4: Percentagem de participação dos imigrantes por atividade econômica

Categorias ocupacionais	1914
Proprietários de indústrias	66%
Comerciantes	74%
Comerciários	55%
Industriários	50%
Profissionais liberais	45%
Artesãos	27%
Empregados civis	18%
Empregados domésticos	38%

Fonte: CORNBLIT (1970).

¹²⁶ LUNA, Félix (org); PREBISCH, Raul; ARÉVALO, Oscar; outros. Made in Argentina (1930 – 1943). In: **Historia de la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Nuestro Siglo, 1992.

J. Katz - B. Kosakoff e principalmente A. Ferrer, acertadamente sublinharam a instauração de condições favoráveis à industrialização na 1ª Guerra Mundial e na fase recessiva do 3º ciclo longo (1930-1948), referendando queda de 24% para 19% no peso das exportações sobre o PIB e de 25% para 15% no que se refere às importações, o que contribuiu na alavancagem da participação do setor manufatureiro no PIB de 18% em 1929 para 21% em 1939.¹²⁷ Ademais, os três autores de maneira correta manifestam-se favoravelmente ao intervencionismo estatal, timidamente esboçado na década de 1930 e fortemente aplicado nas décadas de 1940, 50 e 60.¹²⁸

A Segunda Guerra Mundial igualmente ofertou boas condições para o crescimento industrial argentino, dificultando as exportações tradicionais e conseqüentemente reduzindo a capacidade de importação do país. Dinamizou-se o processo de substituição de importações e a participação dos produtos industriais no total de exportações aumentou de 2,9% em 1939 para 19,5 em 1943, com o número de operários industriais sendo elevado de 677.516 em 1941 para 938.385 em 1946.¹²⁹

“En ese entonces, su producción (siderúrgica) resultaba ínfima respecto a los requerimientos de la demanda local (12.500 toneladas de piezas fundidas y alrededor de 20.000 toneladas de laminados frente a una importación que superaba las 650.000 toneladas). Durante el decenio 1937 a 1946 es cuando la siderurgia argentina experimenta un impulso

¹²⁷ Segundo A. Dorfman, “en el lapso considerado (1930-43), las industrias textiles, las cenicientas de otrora, no solo acumulan mayor cantidad de capital que las clásicas industrias argentinas de tipo extrativo agropecuario (frigoríficos, azúcar, vinos, leche, molinos harineros), sino que aumentan más de siete veces el valor de su producción y, frente a una disminución de casi 30.000 obreros empleados por las industrias alimentarias mencionadas, acusan un aumento de más de 30.000. Fuerza es reconocer que las industrias manufactureras van desalojando a los que fueron pilares de la economía industrial argentina de los puestos de privilegio que ocuparon desde la aparición de la industria en el país.” DORFMAN, Adolfo. **Cincuenta años de industrialización en Argentina (1930-1980)**. Buenos Aires: Ed. Solar, 1983.

¹²⁸ KATZ, Jorge; KOSACOFF, Bernardo. **El proceso de industrialización en la Argentina: evolución, retroceso y prospectiva**. Buenos Aires: CEPAL, 1989. e FERRER, Aldo. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

¹²⁹ KATZ, Jorge ; KOSACOFF, Bernardo. **El proceso de industrialización en la Argentina: evolución, retroceso y prospectiva**. Buenos Aires: CEPAL, 1989.

decisivo, instalándose la mayor parte de los 22 hornos *Siemens Martins* que había en el país a mediados de los años cuarenta. En ese período, comienza a operar la *Fábrica Militar de Acero* (1935), *Altos Hornos Zapla* (1943), así como varias empresas privadas (Santa Rosa, Tamet, Acindar, etc).¹³⁰

De qualquer modo, diferentemente do Brasil de G. Vargas, que aproveita a nova correlação de forças internacional hegemônica pelos Estados Unidos, o reacionário governo de Agustín Pedro Justo, ao assinar o acordo Roca-Ruciman, sustentou vínculos com a potência britânica em franca decadência e deixou de criar maiores estímulos ao movimento substitutivo de importações. O grau de subserviência foi tão elevado que funcionários do governo inglês passaram a controlar diretamente as taxas de lucro da carne bovina, a Inglaterra passou a monopolizar os transportes argentinos e até mesmo a indicar servidores para o Banco Central. Isso sem mencionar a garantia de não elevação da tributação de seus produtos.

Preocupados com o favorecimento dos principais fornecedores ingleses (Canadá, Austrália e África do Sul), os governos da década de 1930 ativaram os poucos mecanismos de defesa alfandegária e depreciaram a moeda nacional somente para transações com os demais países.

Tabela 5: Número de operários industriais em 1895, 1914 e 1935

	1895	1914	1935
Capital Federal	72.761	149.289	244.231
Buenos Aires	31.286	98.937	128.276
Santa Fé	18.195	42.726	50.531
Entre Ríos	10.689	18.004	12.667
Corrientes	3.040	4.673	3.854
Córdoba	7.187	20.243	23.600
Mendoza	4.290	14.598	11.525
Total nacional	175.682	410.201	526.594

Fonte: CORNBLIT (1970).

¹³⁰ AZPIAZU, Daniel; BASUALDO, Eduardo; KULFAS, Matias. **La industria siderúrgica em Argentina y Brasil durante las últimas décadas**. Buenos Aires: Ed. Federación de Trabajadores de la Industria y Afines (FETIA) – CTA, 2007, p. 43.

O movimento de industrialização fomentou amplo deslocamento de populações de centros urbanos menos dinâmicos para Córdoba, Mendoza, Rosário e principalmente Buenos Aires. “Los ‘cabecitas negras’, como se los llamaría muy pronto, eran trabajadores rurales de las regiones cerealeras de Santa Fe, Córdoba, Entre Ríos y la Pampa. La mala distribución de la tierra que se concentraba en grandes propiedades y la tendencia de los años cuarenta a preferir la ganadería a los cultivos son dos de las causas de estas migraciones. Debe recordarse que la acción de las juntas reguladoras de productos tales como el vino y el azúcar contribuyó a expulsar obreros de las tareas agrícolas. Hacia 1943 los migrantes internos constituían un 28% de la población del Gran Buenos Aires y más de la mitad de los trabajadores de esta región tenían menos de cinco años de residencia en el lugar.”¹³¹

3.3.2. Bases do pensamento industrialista argentino

O pensamento industrialista argentino é oriundo de distintas matrizes ideológicas. Seu surgimento é fundamental ao enfrentamento das idéias anti-patrióticas de sustentação do modelo primário-exportador e ao bom desempenho obtido no período de intensificação do processo de substituição de importações.

Os militares nacionalistas, com destaque para os generais Enrique Mosconi, Alonso Baldrich e Manuel Sávio, acreditavam que era indispensável uma política de auto-abastecimento em determinados materiais como aço e petróleo para o enfrentamento de eventuais contendas internacionais, chegando inclusive a defender a nacionalização ou estatização de algumas empresas estrangeiras, o controle de divisas e a restrição de importações. Sua força política foi decisiva para a constituição de empreendimentos como a *Fábrica Militar de Aviones* e a *YPF*, inicialmente, e outras tantas estatais argentinas instituídas pelo peronismo posteriormente.

O *Instituto de Estudios y Conferencias de la Unión Industrial Argentina* foi outro importante núcleo de defesa da atividade fabril nacional. Sua preocupação principal era com o excesso de exposição da indústria argentina que poderia ser gerado com o fim da 2ª Guerra Mundial. Assim, também acreditavam na defesa alfandegária de setores

¹³¹ LUNA, Félix (org); PREBISCH, Raul; ARÉVALO, Oscar. Made in Argentina (1930 – 1943). In: **Historia de la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Nuestro Siglo, 1992, p. 36.

vinculados ao desenvolvimento siderúrgico (aço, petróleo, alumínio, produtos químicos, materiais plásticos, etc).

A *Revista de Economía Argentina*, em particular Alejandro Bunge, sustentou que o único caminho para obter maior autonomia com relação aos sócios externos do país era através do desenvolvimento industrial, instalando um parque fabril semi-autárquico baseado em atividades siderúrgicas. Seu grupo avançou para posições anti-liberais na década de 1930, preocupando-se sobremaneira com os problemas sociais, em boa medida em razão de sua inspiração católica.

A *CEPAL* igualmente fincou profundas raízes no território platino. Seu expoente R. Prebisch provocou desentendimentos com os peronistas por aproximação de governos conservadores, chegando a idealizar e ser o primeiro presidente do Banco Central, criado em 1934, e também por apresentação à Sociedade Rural de relatório econômico em 1955 (posteriormente CEPAL faz autocrítica). De qualquer modo, sua teoria do desenvolvimento, exposta em capítulo anterior, possui elementos nacionalistas e serviu inclusive aos peronistas.

Alguns outros destaques são a *Confederación General de los Trabajadores* (CGT), fundada em 1930 e rapidamente acoplada ao peronismo, e os intelectuais A. Dorfman, R. Scalabrini Ortiz e R. Puiggrós, assim como John William Cooke, defensor da resistência peronista entre 1955 e 1959 e, após viajar para Cuba em 1960, da guerrilha foquista como caminho para emancipação das massas populares.

3.3.3. O governo de J. D. Perón: via prussiana e desenvolvimento econômico

O afastamento do presidente R. Castillo por setores nacionalistas das forças armadas na Revolução de 1943 e a conseqüente vitória eleitoral de Juan Domingo Perón (que havia ocupado no governo militar os cargos de Vice-presidente, Ministro da Guerra e Secretário do Trabalho) em 1946 promoveram uma importante inflexão histórica em termos de aceleração do desenvolvimento econômico e construção de um projeto avançado de nação. Se anteriormente a evolução econômica argentina esteve ancorada principalmente no dinamismo empresarial e em conjunturas externas favoráveis, a partir de então o Estado passaria a ser o principal agente promotor do desenvolvimento.

“En el intervalo entre la elección de Perón y su asunción al poder (24 de febrero – 4 de junio de 1946) el Consejo Nacional de Posguerra propuso la adopción de un paquete de medidas de gran trascendencia en materia financiera, crediticia, bancaria y monetaria, promulgado por decreto por el expirante gobierno de Farrell. Las más importantes fueron la nacionalización del Banco Central, la garantía de la Nación a los depósitos bancarios, y la reforma a las cartas orgánicas de los bancos Central, de la Nación, Hipotecario Nacional y de Crédito Industrial. En el conjunto de estas iniciativas también deben destacarse la creación del Instituto Nacional de Reaseguros y el Instituto Argentino para la promoción del Intercambio (IAPI). El Consejo Nacional de Posguerra esbozó, asimismo, un Plan mínimo de acción para el período de posguerra, que marcaba algunos objetivos en materia de obras e inversiones, así como de distribución de materias primas, combustibles y equipos industriales.”¹³²

No período de 1946 a 1948, o governo Perón adotou uma política econômica altamente agressiva, aumentando o gasto público de 16% para 29% do PIB, o que provocou impactos positivos na oferta de bens e serviços e na recomposição da renda nacional, com a criação de leis trabalhistas de salários mínimos urbanos e rurais, controle de preços de artigos populares, etc. Ressalta-se a geração maciça de empregos, tanto na indústria substitutiva de importações, quanto nos serviços nacionalizados (sistema ferroviário, comunicações, navegação fluvial, etc) e nas obras de infra-estrutura, que tiveram que ser realizadas para suprir a crescente demanda energética do país, como o gasoduto Comodoro Rivadavia – Buenos Aires e vários diques em La Rioja, Mendoza e Chubut.¹³³

Além disso, elevado número de estatais é criado com o intuito de ampliar o nível de soberania econômica argentina e promover o desenvolvimento regional. As principais delas são: *Gás del Estado*, *Sociedad Mixta Siderúrgica Argentina (SOMISA)*, *Aerolíneas Argentinas*, *Industrias Aeronáuticas y Mecánicas del Estado*, *Fábrica Nacional de Tractores*, *Sociedad Mixta Siderúrgica Argentina* e *Yacimientos Carboníferos Fiscales*. Essas estatais se configurarão como

¹³² LUNA, Félix (org); GERCHUNOFF, Pablo; PORTANIERO, Juan Carlos; outros. *El Estado empresario (1943 – 1949)*. In: *Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Nuestro Siglo, 1992, p. 22.

¹³³ FERRER, Aldo. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

compradoras de muitos insumos da indústria nacional, que passou a contar com reserva de mercado (controle cambial, regime de permissões prévias, cotas e proibições de importações, financiamento de médio e longo prazo para projetos industriais, etc). A principal cidade beneficiada diretamente será Córdoba.

A criação do *Instituto Argentino para la Promoción del Intercambio* (IAPI) está entre os motivos de descontentamento da Sociedad Rural, uma vez que o Estado passou a monopolizar a compra de cereais e oleaginosas e se consolidou como agente financeiro do país no exterior. A planificação do comércio exterior foi componente chave da obtenção de recursos para financiar a montagem das estatais e a concessão de créditos industriais, inaugurando a tradição argentina de ancoragem do desenvolvimento na tributação das exportações.

A propósito da complexificação da economia nacional, correta avaliação é realizada por J.Katz-B.Kosakoff, para os quais “la industria de bienes de consumo durables, la fabricación de maquinaria agrícola y de máquinas-herramienta sencillas, y en general, todo el complejo de industrias eléctricas de consumo final, son las que en esos años toman la delantera, en tanto que los sectores de indumentaria y de cueros y calzados pierden parte del dinamismo que exhibieran en la década anterior.”¹³⁴ Além de novos investimentos e da evolução das empresas que já atuavam em setores mais complexos, vários são os casos em que grupos ligados à produção de bens leves se trasladam para o setor de bens duráveis e equipamentos. *Torcuato Di Tella* e *Pescarmona* são dois exemplos.

Nos anos de 1949 – 1955, a promoção do desenvolvimento foi apoiada pela entrada de empréstimos estrangeiros e pelo ingresso de fábricas mais modernas no país (*Mercedes Bens*, *Kaiser Motors*, etc). No período ocorreu o financiamento americano para plantas siderúrgicas (*San Nicolas*) e a concessão de reservas de petróleo para o grupo estadunidense *California Petroleum Company*. Monta-se um sistema industrial integrado do qual participam estatais, capitais privados nacionais (autopeças, químicos, etc) e multinacionais, cujo sócio externo principal já não é a Inglaterra.

¹³⁴ KATZ, Jorge ; KOSACOFF, Bernardo. El proceso de industrialización en la Argentina: evolución, retroceso y prospectiva. Buenos Aires: CEPAL, 1989, p. 50.

Tabela 6: Produção industrial por setor (1935, 1946 e 1954)(em percentagem)

Actividades	1935	1946	1954
Alimentos, bebidas y tabaco	41,5%	33,8%	30,3%
Textiles, confecciones y cuero	20,6%	25,5%	22,6%
Caucho, químicos y petróleo	9,5%	11,2%	12,2%
Metalmecánica	13,9%	14,1%	20,8%
Resto	14,4%	15,4%	14,1%
Total	100%	100%	100%

Fonte: ROMÁN (2009).

A reação do imperialismo à construção de um projeto nacional-popular no hemisfério sul, com forte apoio de agro-exportadores, militares liberais e setores esquerdistas, promoveu a queda de Perón em 1955. Todavia, seu perfil desenvolvimentista e anti-aristocrático, converteu o peronismo na ideologia argentina de libertação nacional, configurando uma espécie de bonapartismo progressista como de G. Vargas (Brasil) e L. Cárdenas (México).

Futuros presidentes como A. Frondizi e A. Illia deram seguimento às políticas de crescimento econômico de Perón (forte apoio industrial), que predominaram anteriormente ao golpe militar de 1976, apesar de certas políticas liberalizantes sobretudo de P. Aramburu.

Tabela 7: Indicadores Industriais – 1954-1961 (1954=100)

<i>Actividad</i>	<i>Producción</i>	<i>Precio implícito</i>	<i>Empleo</i>	<i>Produktividad</i>	<i>Salario real</i>	<i>Costo laboral</i>	<i>Margen bruto</i>
Alimentos	123	847	86	142	104	78	132
Tabaco	105	769	51	205	109	53	106
Textiles	115	615	75	152	122	80	115
Confecciones	147	683	95	154	110	92	156
Madera	100	663	65	152	109	66	114
Pulpa y papel	147	562	130	112	102	85	98
Imprenta	157	571	85	184	109	59	130
Químicos	134	553	87	154	150	83	86
Petroquímicos	160	481	97	164	137	83	100
Caucho	127	1.327	128	99	99	68	68
Cuero y calz.	106	655	66	159	166	101	167
Piedra, vidrio	130	616	85	153	111	72	116
Metales	161	588	95	176	135	73	113
Vehículos	270	529	100	273	207	76	141
Maquinarias	274	389	105	262	212	82	115

Fuente: INDEC

Tabela 8: Indicadores Industriais – 1964-1974 (1964=100)

<i>Actividad</i>	<i>Producción</i>	<i>Precio implícito</i>	<i>Empleo</i>	<i>Produktividad</i>	<i>Salario real</i>	<i>Margen bruto</i>
Alimentos	137	409	126	111	115	128
Tabaco	138	603	118	123	126	109
Textiles	173	406	112	161	143	121
Confecciones	148	395	114	134	129	128
Madera	163	452	134	128	121	117
Pulpa y papel	193	402	150	143	138	119
Imprenta	154	408	100	154	127	123
Químicos	224	373	168	156	117	118
Petroquímicos	179	532	127	152	125	110
Caucho	199	369	134	165	130	122
Cuero	131	485	175	55	127	121
Miner. no metál.	181	401	133	147	115	120

Fuente: INDEC

3.4. O MOVIMENTO OPERÁRIO ARGENTINO

“Para que este sindicalismo pueda desarrollar su acción paralelamente al gobierno es menester que sea libre. Nosotros no tenemos desde el gobierno ninguna imposición hacia el sindicalismo. Tenemos, sí, un acuerdo y cuando yo voy a tomar una medida de gobierno los consulto y cuando ellos van a tomar una medida me consultan. En eso ellos van en ganancia, pero yo voy en ganancia extraordinaria porque me aseguro así un apoyo político que de otra manera no tendría nuestro sistema. Porque estamos los dos defendiendo um mismo objetivo, que es el objetivo de la NACIÓN y ellos saben y en el preámbulo de cada declaración de las organizaciones sindicales está colocado que el interés supremo que se defende es la Nación.”

Juan Domingo Perón

Discurso pronunciado em 24 de setembro de 1952

A gênese do movimento operário argentino também está intimamente ligada à entrada de população européia no país a partir da segunda metade do século XIX. Em primeiro momento importa destacar que o anarquismo e o socialismo são as correntes políticas predominantes entre os trabalhadores ocupados nos setores secundário e terciário das maiores cidades, embora ambos tenham uma penetração ínfima nas massas rurais tradicionais que carregam consigo forte herança do mundo feudal em processo de decomposição.

Ao tratar do modo de vida das massas rurais das grandes estâncias portenhas, José Maria Medina descreve que “sua relação com o patrão é mais igualitária, se comparada com a de amo-escravo, fruto da organização do trabalho. Fenômenos sociais, como as guerras civis argentinas do século XIX, nas quais o peão gaúcho toma parte ativa como tropa irregular, são inimagináveis fora das condições assinaladas. Por outra parte, o tratamento paternalista modera as diferenças sociais. O patrão participa das fainas rurais, exibindo habilidades não menores que as dos seus peões.”¹³⁵

¹³⁵ MEDINA, José Maria Fernando. O movimento sindical no Brasil e na Argentina: análise comparativa de seus antecedentes e desenvolvimento. **Fund. J. P. Belo Horizonte**, set/out. 1981, p. 289.

Por outro lado, com uma concepção diametralmente oposta em decorrência do forte contato com as ideias que animaram a esquerda europeia, os imigrantes aqui instalados, incorporados no novo mundo urbano que já contava com 145.650 operários em 1895, tratarão de constituir suas organizações e de fomentar a luta de classes.

No ano de 1857 os tipógrafos estavam pioneiramente agregados na Sociedad Tipográfica Bonaerense, entidade de caráter muito mais mutualista do que sindical mas que serviu de alicerce para a fundação em 1877 da Unión Tipográfica Bonaerense, que será responsável pela promoção, em setembro e outubro de 1878, do primeiro movimento grevista organizado da Argentina, conquistando novas tarifas de trabalho e redução da carga horária para 12 horas no verão e 10 horas no inverno.

O próprio Friedrich Engels, em carta ao Conselho Federal Espanhol da Internacional datada de 13 de fevereiro de 1871, manifesta interesse pela entidade argentina de tipógrafos, sugerindo aos espanhóis o estreitamento de relações e solicitando um número dos *Anales de la Sociedad Tipográfica de Buenos Aires*.¹³⁶

Conforme o historiador F. Pigna, “luego de esa primera experiencia le sucedieron los obreros cigarreros, empleados de comercio, oficiales albañiles, yeseros, carteros, etc. Sus reivindicaciones en esos conflictos fueron comunes: aumento salarial, pagos atrasados, reglamentación de horarios u otras vinculadas a las condiciones de trabajo. Y en esta primera etapa fueron exitosas un 60% de las huelgas y prácticamente no intervino el estado para mediar o limitar el conflicto. Esto se explica porque la incipiente burguesía industrial no pertenecía a la fracción de la burguesía terrateniente que detentaba el poder. Por ello los industriales fundaron en 1887 la Unión Industrial, para defender sus intereses, y establecieron para ello no reconocer a las organizaciones obreras y solicitaron al poder ejecutivo que no acepte exigencias colectivas de obreros de uno o más talleres. Entre 1880 y 1901 se multiplican las sociedades de resistencias, se fundan numerosos gremios, como el de los panaderos, los carreros, conductores de ferrocarril y cigarreras entre otros. Florece la prensa obrera con sus dos grandes exponentes *La Vanguardia*, el periódico socialista fundada en

¹³⁶ ENGELS, Friedrich. A Internacional e Buenos Aires. In: MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Contribuição para uma história da América Latina**. São Paulo: Ed. Populares, 1982.

1894 y *La Protesta*, la voz de los anarquistas que comienza a editarse en 1897, y Juan Bautista Justo funda el Partido Socialista.”¹³⁷

Em 1896 é fundado o Partido Socialista sob o comando do responsável pela primeira tradução de *O Capital* para a língua espanhola (J. B. Justo). Os socialistas conseguem eleger Alfredo Palacios, do distrito operário La Boca (Buenos Aires)¹³⁸, como seu primeiro deputado federal em 1904 e seguem em crescente eleitoral até a chegada da década de 1930.

A propósito da figura de Juan Bautista Justo, interessa mencionar que o mesmo compôs, no momento de sua fundação em 1890, a Unión Civica Radical (UCR), partido de setores médios não alinhados às elites agrárias que acabou chegando a Presidência da República em 1916 e 1928 com Hipólito Yrigoyen e em 1922 com Marcelo Alvear.¹³⁹

Os anarquistas em 1876 serão responsáveis pela fundação do “Centro de Propaganda Obrera” e pela distribuição dos jornais “*Descamisado*” (1879) e “*La Lucha Obrera*” (1884) na cidade de Buenos Aires. O grupo “La Anarquia”, criado em 1880, tratou de divulgar em território argentino o periódico suíço de Kropotkin “*Le Revolté*”.

¹³⁷ PIGNA, Felipe. **Las grandes huelgas**. In: www.elhistoriador.com.ar (2014).

¹³⁸ “La cantidad de peones errantes que existen hoy en Boca y Barracas llega a 6.500, de los cuales, cuando mucho, trabajan cada día 1.000 a 1.500. Quedan, pues, cinco mil hombres sin trabajo. En uno de los depósitos de madera más importantes de la Boca, nuestro repórter ha visto a las 5.30 de ayer, 350 hombres agrupados en torno del capataz encargado de elegir la peonada para el día, de los cuales sólo ocupó a unos 65... El hecho se repite en cien puntos a la vez: de cada fábrica diferente o establecimiento industrial se ven salir grandes grupos de peones con aire de decepción. Los que consiguen trabajar un día, no pueden hacerlo al día siguiente, pues en medio de sus desgracias y miserias esos desgraciados conservan un fuerte espíritu de compañerismo, turnándose para obtener tarea.” SANTILLÁN, Diego Abad de. Periódico *La Protesta* de 3/9/1899. In: **La Federación Obrera Regional Argentina: Ideología y Trayectoria**. Buenos Aires: Ed. Antorcha, 1980, p. 32.

¹³⁹ Importantes bandeiras populares foram levantadas pela Unión Civica Radical para contrapor os “terrateniente”, a exemplo do voto secreto e universal. O partido, que até hoje compõe o jogo político nacional, se utilizou de levantes armados e métodos afins antes de se viabilizar eleitoralmente. Vultosas personalidades nacionais como Leandro N. Alem, Bartolomé Mitre (ex-presidente) e Bernardo de Irigoyen integraram suas fileiras.

Os grupos anarquistas, assim como outros círculos sociais estabelecidos, eram montados de acordo com a origem étnica dos imigrantes. Durante a estada de Errico Malatesta na Argentina (1885-1889), que viria a tonificar a militância dos anarquistas sobretudo de origem italiana, palestras são organizadas em várias cidades e se constituem os sindicatos de panificadores e de sapateiros, que viriam a servir de modelo para futuras organizações classistas.

“As greves se sucedem, à medida em que surgem novas organizações sindicais. Até 1893 registram-se 23 conflitos. Em 1894 produzem-se 9; em 1895, 19; e, em 1896, chegam a 26, com 24.600 operários grevistas. Em 1895, são 25 os sindicatos constituídos.”¹⁴⁰

O acúmulo de batalhas dos trabalhadores argentinos permitiu que em 25 de maio de 1901 aproximadamente 50 delegados representantes de entidades operárias fundassem a Federación Obrera Argentina (FOA). A enorme desarmonia de opiniões de anarquistas e socialistas provocou uma cisão em 1902, sendo que as entidades federadas que eram ligadas aos socialistas acabaram criando a concorrente Unión General de Trabajadores (UGT).¹⁴¹

Em 1909 é dissolvida a UGT e criada a Confederación Obrera Regional de Argentina (CORA), incorporando também sindicatos autônomos. No ano de 1915 os sindicatos agremiados desfazem a CORA para disputar a FOA com os anarquistas, promovendo nova cisão na mesma. Grande parte dos sindicatos de maior envergadura permanecerão ligados ao grupo heterogêneo oriundo da CORA que tratará de fundar a Unión Sindical Argentina (USA) em 1922, embora os anarquistas tenham mantido poder ainda significativo.¹⁴²

O triunfo soviético de 1917 e o sucesso do primeiro plano quinquenal ofertaram certo prestígio ao Partido Comunista Argentino criado na década de 1920, mas sua penetração social foi suficiente apenas para alavancar José Penelón a condição de vereador da cidade de Buenos Aires em 1926. Dirigentes como Rodolfo Guioldi e Victorio

¹⁴⁰ MEDINA, José Maria Fernando. O movimento sindical no Brasil e na Argentina: análise comparativa de seus antecedentes e desenvolvimento. **Fund. J. P. Belo Horizonte**, set/out. 1981, p. 292.

¹⁴¹ “La F.O.A. continuó en manos anarquistas y los socialistas fundaron la U.G.T. (Unión General de Trabajadores). La primera de estas agrupaciones representó a 66 sindicatos con 33.895 afiliados y la segunda a 43 gremios con 7.400 afiliados.” PIGNA, Felipe. **Las grandes huelgas**. In: www.elhistoriador.com.ar (2014).

¹⁴² SANTILLÁN, Diego Abad de. **La Federación Obrera Regional Argentina: Ideología y Trayectoria**. Buenos Aires: Ed. Antorcha, 1980.

Codovilla, que viajavam com frequência para Moscou, por vezes preferiam demonstrar a ortodoxia de suas posições à desvendar a realidade nacional, dificultando o crescimento partidário.¹⁴³

O primeiro quartel do século XX é caracterizado por duros combates travados pelas entidades mencionadas e pelo fortalecimento do movimento operário argentino, que apenas em Buenos Aires promoveu mais greves que em todo o Brasil (TABELA 9).

A mobilização geral de 1º de maio de 1904, organizada pela FOA e pelos socialistas, foi duramente reprimida pela aparato policial, que eliminou fisicamente mais de 50 trabalhadores e provocou greve geral com o objetivo de punir os responsáveis pelo massacre. Situação semelhante ocorre também no 1º de maio de 1909, com paralização de 220.000 trabalhadores e deslocamento de grupo de 60.000 pessoas até o cemitério de Chacarita (Buenos Aires) para enterrar 80 companheiros assassinados em passeatas. Grupos ligados à aristocracia argentina tratarão de incendiar comitês partidários e sindicais, assim como as gráficas de *La Protesta* e *La Vanguardia*.¹⁴⁴

Em 1907 mobilizam-se os inquilinos dos cortiços de Buenos Aires, Rosário, La Plata e Bahia Blanca. Mesmo não conseguindo o rebaixamento dos aluguéis, o movimento chamou a atenção nacional para as péssimas condições das moradias operárias de algumas das maiores cidades argentinas.

Em 1912 o meio rural também produziu manifestações expressivas. Os pequenos arrendatários da Colônia Alcorta (província de Santa Fé) questionaram em passeatas as condições desfavoráveis de seus contratos com os latifundiários, as dificuldades de acesso aos mercados consumidores e seus problemas para obtenção de títulos de propriedade. O *Grito de Alcorta*, que durou pouco menos de três meses, além de provocar o rebaixamento do preço dos arrendamentos, se espalhou para Buenos Aires e Córdoba e desembocou na formação da *Federación Agraria Argentina* (pequenos e médios produtores), em contraposição à poderosa *Federación Rural Argentina* (1866).

As seguidas mobilizações capitaneadas pelas categorias laborais tradicionais consolidaram o movimento operário como influente ator na política nacional. Para contrapor a elite agrária houve ampla adesão das massas urbanas ao projeto presidencial de Hipólito Yrigoyen, que apesar

¹⁴³ LUNA, Félix (org); CORTÉS, Roberto; MARTÍNEZ, Rodolfo; outros. Las nuevas corrientes ideológicas (1930-1943). In: **Historia de la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Nuestro Siglo, 1992.

¹⁴⁴ PIGNA, Felipe. **Las grandes huelgas**. In: www.elhistoriador.com.ar (2014).

de avanços nos campos da educação, consolidação democrática, etc., não conseguiu mitigar a luta de classes.

“Inicialmente, Yrigoyen extendió su política reformista al plano sindical e intentó una legislación social más avanzada, que fue bloqueada permanentemente por el Senado, en manos de los conservadores. Contempló los reclamos de sindicatos negociadores, como la Federación Obrera Ferroviaria y la Federación de Obreros Marítimos, que integraban un sector de la F.O.A. Su política sindical fue distinta con los gremios que privilegiaron la huelga a la negociación, como los frigoríficos y municipales, controlados por anarquistas y socialistas. En estos casos, como en las huelgas del chaco santafesino, declaradas por los trabajadores de La Forestal, la de los peones rurales patagónicos y la de los obreros de Vasena, que desencadenaría la llamada Semana Trágica, no dudará en reprimir violentamente a los huelguistas.”¹⁴⁵

Tabela 9: Movimentos Grevistas no Brasil e em Buenos Aires (1906-1929)

ANO	Brasil	Buenos Aires
1906	10	170
1907	5	231
1908	3	118
1909	7	138
1910	3	298
1911	6	102
1912	9	99
1913	3	95
1914	1	64
1915	3	65
1916	2	80
1917	23	138
1918	30	196
1919	95	397
1920	56	206
1921	3	86
1922	1	116
1923	1	93
1924	-	71
1925	1	86

¹⁴⁵ Idem.

1926	1	62
1927	2	58
1928	2	137
1929	4	116

Fonte: MEDINA (1981).

O golpe militar orquestrado pelo general Uriburu em 1930 e o reacionário pacto Roca-Rucinman (1933) igualmente não foram capazes de enquadrar o sindicalismo argentino, que crescia paralelamente ao processo de industrialização favorecido pela fase recessiva do 2º Ciclo de Kondratieff.¹⁴⁶

Grupo heterogêneo integrado por socialistas, democratas e independentes, percebendo a necessidade de estruturação de central sindical com pluralidade de pensamento e unidade de ação, formam em 1930 a Confederación General del Trabajo (CGT)¹⁴⁷, maior central sindical argentina da atualidade. A capilaridade da CGT obtida por intermédio da consolidação dos sindicatos de ramos produtivos (Confederação Ferroviária, etc.), em contraposição aos sindicatos de ofício que separavam trabalhadores de uma mesma linha de produção, fragilizou duramente o movimento anarquista, aniquilando a FOA e praticamente se colocando como central única.

“A mediados de los años 40, al tiempo que la participación del sector industrial en el Producto Interno Bruto superaba por primera vez en la historia argentina la del sector agropecuario, se produjo una transformación de la relación del Estado con la clase trabajadora, que tenía ya en esa época una historia de varias décadas de organización y de lucha. En esa época, la clase obrera adquirió un papel central en la

¹⁴⁶ Embora a base fabril argentina fosse superior a brasileira, faz-se mister destacar que no Brasil “a experiência em curso nas indústrias alemãs do Rio Grande do Sul (Renner, por exemplo, onde havia trabalhado Lindolfo Collor), seguindo o modelo iniciado na Europa por Bismarck, foi a base empírica da nova legislação trabalhista. Note-se que enquanto na Argentina, mesmo após a crise mundial, a industrialização sofreu pressões pelo lado “direito” (agro-exportadores), como pelo lado “esquerdo” (organizações operárias combativas), no Brasil a Revolução de 1930 conseguiu superar estas duas pressões limitantes à acumulação industrial.” MAMIGONIAN, Armen. **Teorias sobre a industrialização brasileira**. In: Cadernos Geográficos (nº 2). Florianópolis: DGC/UFSC, 2000, p. 49.

¹⁴⁷ A União Sindical Argentina (USA) foi incorporada pela CGT juntamente com a Confederación Obrera Argentina (COA), a qual estavam ligados os trabalhadores ferroviários.

economía y la sociedad, por su inserción en la producción y como consumidora de los productos industriales, así como un papel inédito em la vida política, no exento de tensiones, altibajos y contradicciones.”¹⁴⁸

Com o golpe militar nacionalista de 1943, boa parte da CGT tratará de se alinhar as políticas avançadas do Secretário do Trabalho da Nação Juan Domingo Perón, que tal qual o presidente Vargas no Brasil organizará moderna legislação trabalhista. Algumas das conquistas garantidas por Perón foram: 1) extensão do direito de indenização por demissão injustificada do comércio para a indústria e os serviços; 2) universalização do sistema previdenciário (benefício direto para dois milhões de trabalhadores); 3) instituição do Estatuto do Peão do Campo; 4) construção do Hospital Policlínico para os trabalhadores ferroviários; 5) criação das escolas técnicas operárias e 6) assinatura de cerca de 500 acordos coletivos favorecendo milhões de trabalhadores.

Parte dos setores militares integrantes do governo, preocupados com a relação mantida por Perón com o movimento operário, o que incluía a efetivação de reivindicações parlamentares socialistas, o destituíram de suas funções em 1945 e o encarceraram na Ilha Martín Garcia, localizada no estuário do Prata.

A pressão social manifestada em grandes mobilizações desembocou na libertação de Perón e na criação do Partido Laborista pela CGT e pela esmagadora maioria dos sindicatos, que tinham o interesse de participar do processo eleitoral de 1946. O Partido Laborista, o Partido Independiente (conservadores apoiadores de Perón) e setores da UCR fundiram-se para formar o Partido Peronista (futuro Partido Justicialista de Nestor e Cristina Kirchner) e dirigir o país de 1946 a 1954.

A partir do momento em que o movimento operário passa a integrar o bloco governista de Perón, suas reivindicações passam a ser atendidas com maior facilidade e se reduz o número de greves no país (Tabela 10). Segundo V. Basualdo, “hacia 1948 el movimiento sindical ya se encontraba bajo la dirección de una central única, la Confederación General del Trabajo, que se convirtió en la cúspide verticalizada de sindicatos de tipo industrial únicos por rama y con alcance nacional, cuya personería jurídica debía ser otorgada por el Estado. Estos cambios cualitativos incluyeron la expansión de la

¹⁴⁸ BASUALDO, Victoria. Los delegados y las comisiones internas en la historia argentina: 1943-2007. In: AZPIAZU, Daniel; SCHORR, Martín; BASUALDO, Victoria. **La industria y el sindicalismo de base en la Argentina**. Buenos Aires: Atuel, 2010, p. 85.

sindicalización a níveis sin precedentes, pasando de 877.330 trabajadores sindicalizados en 1946 a 2.256.580 en 1954. En ese marco se promovió una redistribución progresiva del ingreso alrededor de diez puntos porcentuales, con lo que el ingreso nacional llegó a estar dividido, en 1954, en partes iguales entre el capital y el trabajo, al tiempo en que se produjeron importantes transformaciones en el acceso de los trabajadores y sus familias a la educación, la salud y una amplia gama de derechos sociales.”¹⁴⁹

O peronismo possuía muitos acólitos oriundos da burguesia argentina (Confederación General Empresaria - CGE)¹⁵⁰, que chegou a ocupar com os empresários têxteis Rolando Lagomarsino e Ernesto Herbin a Secretaria da Indústria e o Banco de Crédito Industrial (primeiro governo Perón), respectivamente. Também o empresário judeu-polaco José Gelbard, fundador da CGE e posterior apoiador dos “montoneros”, ocupou o posto de Ministro de Economia nos governos de Cámpora e Perón em 1973.¹⁵¹

Todavía, como bem retrata a epígrafe do presente subcapítulo, o maior reservatório de forças do peronismo foi o movimento operário. Ao largo dos governos seguintes, mais ou menos progressistas, a resistência da CGT à expansão do capital frente ao trabalho se fará presente, como também à posteriori na luta pela democratização nacional.

O nível de influência do movimento operário no governo peronista foi tamanho que Galileo Puento, Subsecretário do Trabalho do presidente Arturo Frondizi (1958-1962) estabelecerá enquanto meta retomar o controle das fábricas dos operários, que haviam constituído fortes comissões internas na maioria dos estabelecimentos. Mesmo com o progresso econômico e o reconhecimento das entidades sindicais sendo garantidos por Frondizi (UCR), a resistência peronista permaneceu instalada nas bases fabris promovendo mobilizações, a exemplo da luta contra a privatização do frigorífico Lisandro de la Torre.

¹⁴⁹ BASUALDO, Victoria. Los delegados y las comisiones internas en la historia argentina: 1943-2007. In: AZPIAZU, Daniel; SCHORR, Martín; BASUALDO, Victoria. **La industria y el sindicalismo de base en la Argentina**. Buenos Aires: Atuel, 2010, p. 86.

¹⁵⁰ A Confederación General Empresaria surge em 1952 como resposta de setores burgueses pró-Perón como reação aos frequentes conflitos do governo com a Unión Industrial Argentina.

¹⁵¹ BELINI, Claudio. **La industria peronista**. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

Na década de 1960, a CGT e as grandes categorias do movimento operário (metalúrgicos, têxteis, construtores navais, alimentícios, etc.) seguem mobilizando multidões. “En el marco del Plan de Lucha y a lo largo de sucesivas jornadas que se extendieron hasta el 24 de junio (1964), se ocuparon 11 mil establecimiento, proceso en el que participaron casi 4 millones de trabajadores”¹⁵²

Desde o início do mais recente regime militar (1976-1983) até o fim do neoliberalismo (2001) o movimento operário se fragilizou juntamente com o conjunto da economia nacional. A CGT, de corte ideológico peronista, juntou-se com outras correntes políticas (democratas, comunistas, socialistas, anarquistas, etc.) na busca de colocar fim ao terrorismo de estado que assassinou milhares de argentinos. O mesmo método de guerrilha urbana (*montoneros*) usado para desestabilizar os presidentes militares Onganía, Livingstone e Lanusse (1966-1973) visando apoiar o retorno de Perón, estendeu-se para o período de 1976-83, fazendo com que os *montoneros* figurassem no topo da lista de desaparecidos políticos do regime.

Atualmente a CGT representa importante alicerce de sustentação do governo peronista dos Kirchner, não obstante a existência de grupos internos contrários e o surgimento de outras organizações como a CTA. A Argentina também destaca-se pela existência de dezenas de empresas que faliram em decorrência do neoliberalismo e foram reerguidas pelos trabalhadores com apoio do Estado, significando interessantes experiências de autogestão operária.

Tabela 10: Movimentos Grevistas em Buenos Aires (1934-1963)

Ano	Número de Greves	Número de Grevistas
1934	42	25.940
1935	69	52.143
1936	109	85.438
1937	82	49.993
1938	44	8.871
1939	49	19.718
1940	53	12.721
1941	54	6.606
1942	113	39.865

¹⁵² BASUALDO, Victoria. Los delegados y las comisiones internas en la historia argentina: 1943-2007. In: AZPIAZU, Daniel; SCHORR, Martín; BASUALDO, Victoria. **La industria y el sindicalismo de base en la Argentina**. Buenos Aires: Atuel, 2010, p. 109.

1943	85	6.754
1944	27	9.121
1945	47	44.186
1946	142	333.929
1947	64	541.337
1948	103	278.179
1949	36	29.164
1950	30	97.048
1951	23	16.356
1952	14	15.815
1953	40	5.506
1954	18	119.701
1955	21	11.990
1956	52	853.994
1957	56	304.209
1958	84	277.381
1959	45	1.411.062
1960	26	130.044
1961	43	236.462
1962	15	42.386
1963	20	207.216

Fonte: MEDINA (1981).

4. FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL BRASILEIRA: PANORAMA GERAL

4.1. DAS FEITORIAS PORTUGUESAS À ARISTOCRACIA DO CAFÉ

O processo de conquista da área correspondente ao atual território brasileiro é produto da rápida expansão do mercantilismo português, que contava com vantagens com relação aos seus concorrentes como a localização geográfica favorável (Península Ibérica) e a constituição de uma academia ligada à navegação (Escola de Sagres).¹⁵³

As populações originais com que se depararam os portugueses, diferentemente do que ocorreu com os espanhóis na Cordilheira dos Andes e no México, em grande medida não estavam sedentarizadas e não possuíam muitos estamentos hierárquicos, o que impossibilitou seu uso em larga escala nas plantations tropicais (cana-de-açúcar, etc.) e nas áreas de mineração. Tal situação desencadeou a implementação do modo de produção escravista baseado na vinda de populações africanas.¹⁵⁴

Segundo Alencastro, de cerca de 12 milhões de africanos chegados vivos nas Américas, 45% vieram para o território brasileiro num período de três séculos (1550-1856). Somente após 1808, com a chegada da família real ao Brasil, teriam desembarcado mais de 1,4 milhões de escravos, aproximadamente um terço do total de africanos escravizados que aportaram em terras brasileiras.¹⁵⁵

Entretanto, como bem destacou Ignacio Rangel, diferentemente do modo de produção escravista característico da Grécia ou do Império Romano, juntamente com essas relações de trabalho haviam sólidas relações feudais no que se refere à propriedade da terra e mesmo à estrutura política.

¹⁵³ O objetivo da escola era a formação dos navegadores que estavam ao serviço do infante D. Henrique, tanto nacionais como estrangeiros, com conhecimentos de cartografia, geografia e astronomia. Além de ser um local de assistência a todos que por ali passassem como porto de abrigo.

¹⁵⁴ RANGEL, Ignácio. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Revista Geosul**, nº 15. Florianópolis, 1993.

¹⁵⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Para além das relações de trabalho escravistas e das relações de propriedade feudais, no que se refere ao período pós-independência, foram constituídas pelo capitalismo comercial brasileiro pontes com um centro dinâmico capitalista (Inglaterra), o que acabou por demonstrar uma complexidade nacional não apresentada em interpretações como a do historiador Caio Prado Jr. (circulacionismo).

O polo interno da primeira dualidade tem outras referências, uma vez que havia se caracterizado em seu lado interno pela organização da produção escravista, centrada na fazenda de escravos que tende a tudo reduzir à condição dos escravos, inclusive trabalhadores livres e semilivres. O lado externo do polo interno seria a faceta feudal desse mesmo sistema, porque a produção escravista dava-se sobre uma estrutura de propriedade e uso feudal da terra, seguindo a máxima "toda terra é terra do Rei e nenhuma terra sem senhor".¹⁵⁶

Após 1850 (Lei de Terras), o senhor escravocrata reagindo a queda do fluxo comercial brasileiro, meramente nomeava alguns dos negros mais capazes e os dirigia à "[...] tenda de ferreiro, de carpinteiro, de correeiro. O total dos pagamentos em dinheiro, isto é, a renda monetária gerada dentro da economia, não aumentava em consequência disso [...]". Ao contrário, quando um ferreiro ou um carpinteiro organiza seu negócio autônomo, como sucedeu no Brasil, em ampla escala, no início do século XX, "[...] seus produtos são vendidos e, com a renda monetária obtida, ele compra os bens de consumo e equipamento de que carece. Amplia-se o âmbito das trocas comerciais"¹⁵⁷.

O fator decisivo do processo de industrialização brasileiro, que não pôde ser levado a cabo por ilustres pioneiros como o Barão de Mauá ou Delmiro Gouveia, foi o grande afluxo de imigrantes europeus com o "capitalismo nos ossos" para o Brasil sobretudo a partir do último quartel do século XIX, muito mais do que certa proximidade com matérias-primas ou mercados consumidores.

¹⁵⁶ "Essa propriedade que, de passagem, fundava o nosso direito, não era uma propriedade plena, inseparável da posse, tal como a conheceu o direito romano clássico, mas uma propriedade divisível entre propriedade direta ou "nua" e o domínio útil, tal como esse instituto resultou das profundas transformações ocorridas no Baixo Império e que, com numerosas, mas não essenciais variantes, ser-nos-ia trazido através de toda a Idade Média européia." RANGEL, Ignacio. A história da dualidade brasileira. In: **Revista de Economia Política**, nº 4, Rio de Janeiro, 1981.

¹⁵⁷ Idem.

Tal mercado, resultante do advento de vários pequenos produtores autônomos de artigos, “[...] é como terra adubada para o nascimento e expansão do capitalismo industrial que, historicamente, resulta do controle das atividades dos artesãos individuais pelo capital comercial. [...]” Os fatos antecedentes da economia brasileira tinham instigado o desenvolvimento desse capital comercial, de início relacionado com as atividades de exportação. Desta forma, estava dada “[...] a direção geral do movimento: o capital comercial controlaria as atividades dos artesãos.¹⁵⁸

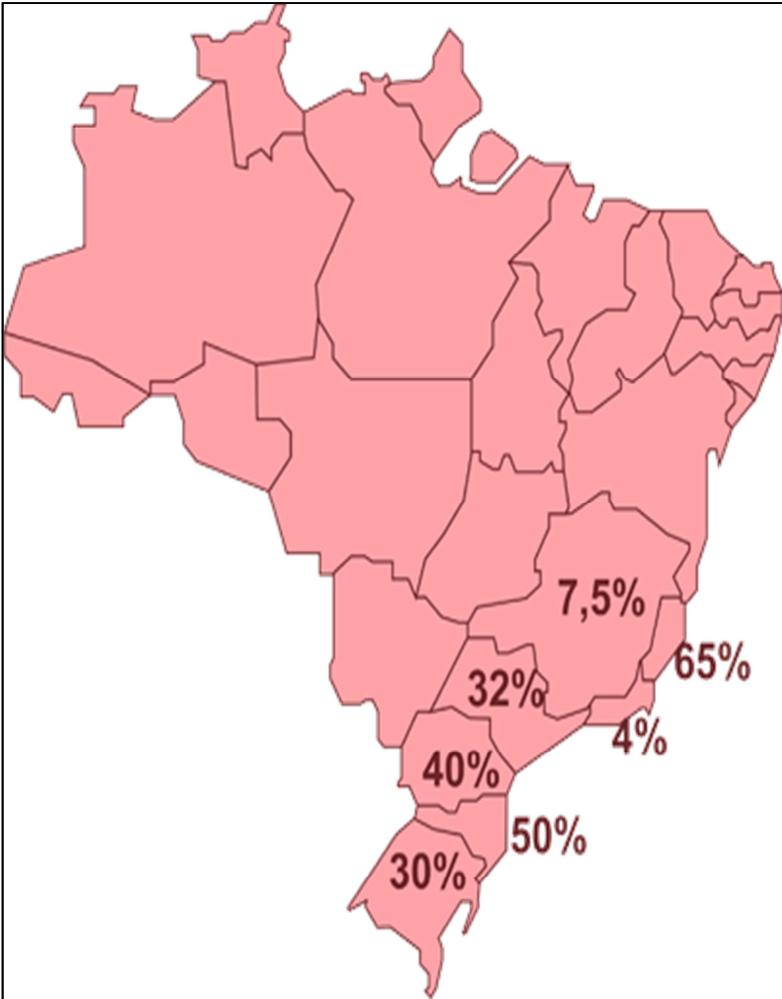
Do ponto de vista geográfico, muito embora tenha sido gradativamente expandida a fronteira econômica brasileira com novos produtos como o charque, o café e a borracha, em geral apenas as praças comerciais litorâneas atreladas aos negócios com o exterior possuíam boas infraestruturas, ao passo que as regiões permaneciam completamente desconectadas. Esse quadro, sustentado até a Revolução de 1930, seria descrito pelo geopolítico Golbery do Couto e Silva como um “arquipélago de desenvolvimento”.

Uma das fórmulas políticas mais conhecidas na história do Brasil foi a denominada “política café-com-leite”, que prevaleceu na Primeira República entre 1902 e 1930, alternando na presidência do país os representantes dos dois Estados mais importantes da União, desde aquela época: São Paulo e Minas Gerais. O desequilíbrio regional no Brasil, onde o desenvolvimento concentrou-se muito no Sudeste e pouco (e talvez em detrimento) nas demais regiões – em particular o Norte, Nordeste e Centro-Oeste – pode ser explicado pelo estrito controle político e econômico exercido por essas unidades da federação. Alia-se a isso, obviamente, a mentalidade autoritária da burguesia nacional. Se muito pouco exercemos a democracia nos últimos 120 anos, tampouco chegamos a ser bons republicanos, em tanto tempo.

A crise do café começa na realidade em 1920, devido ao contínuo, descontrolado e excessivo aumento da safra de café que chegava a espantosos 21 milhões de sacas para um consumo mundial de 22 milhões. Já havia uma série de falências e concordatas antes da quebra de Wall Street em outubro, só em setembro de 1929 o correio da manhã anunciava 70 falências e concordatas...

¹⁵⁸ Idem

Figura 1: Percentual Populacional Oriundo da Imigração Italiana



Fonte: Ferrara Cidadania Italiana, 2017.

4.2. A REVOLUÇÃO DE 1930 E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO NACIONAL

Até a década de 1930 o Brasil foi dirigido por classes dominantes cujos interesses estariam completamente interligados com centro dinâmico do sistema capitalista. Entretanto, setores nacionais

emergentes, com destaque para as nascentes indústrias oriundas da chamada pequena produção mercantil e a classe trabalhadora que se avolumava gradativamente, juntamente com o latifúndio feudal ligado ao mercado interno brasileiro, não viam perspectivas de mudança da ordem de coisas e começavam a se organizar.

Armen Mamigonian, em lúcida produção sobre a industrialização brasileira, destaca o fato de que Octávio Brandão, dirigente fundador do Partido Comunista do Brasil, em sua obra “Agrarismo e Industrialismo” defendia teses bastante semelhantes às de Roberto Simonsen, fundador da FIESP, situação que apontava a centralidade da questão nacional com relação a outras contradições instaladas. Dentre as teses mencionadas destacam-se a necessidade de criação de políticas públicas industrializantes e até mesmo de empresas estatais para a superação do subdesenvolvimento.

O principal artífice da entrada brasileira na modernidade, que teve como preâmbulos a famosa Semana de Arte Moderna e movimentos como o Tenentismo, foi sem sombra de dúvidas o líder gaúcho Getúlio Vargas.

O processo revolucionário nacionalista de 1930 foi responsável por acelerar a industrialização brasileira via: 1) estabelecimento de sistema de câmbios múltiplos (instruções recém fundada SUMOC); 2) financiamentos públicos para empresas infantis (BNDES, etc.); 3) soerguimento de barreiras aduaneiras; 4) constituição de mercado consumidor interno (tanto via CLT como também pelo consumo de máquinas das indústrias leves); 5) elevação da capacidade científica nacional (criação de universidades, IBGE, etc.) e 6) montagem de novas estatais garantidoras do funcionamento dos demais setores (Petrobrás, Eletrobrás, Vale, CSN, etc.).

Pressões internacionais, exercidas sobretudo pela infame República do Galeão e pelo jornalista Carlos Lacerda, levaram ao suicídio o presidente Getúlio Vargas, carinhosamente chamado de “pai dos pobres”. Igualmente cogitaram a possibilidade de não permitir que o sucessor igualmente nacionalista do líder gaúcho, o governador mineiro Juscelino Kubistchek, tomasse posse como presidente.

Entretanto, as forças do atraso foram barradas e o processo de industrialização não foi interrompido. Com a chegada de multinacionais, com destaque para o setor automobilístico, foi possível a montagem de empresas brasileiras fornecedoras de peças e também o fortalecimento das estatais de base. Nesse momento o Brasil iniciava substituição de importações de bens de consumo duráveis.

Após contraditório governo de Jânio Quadros e tentativa de radicalização popular com o presidente João Goulart o imperialismo norte-americano orquestrou golpe que colocou os militares no poder, abrindo triste período de 21 anos de perseguições políticas. Castelo Branco e seu guru Roberto Campos iniciaram programa de desmonte que levou por exemplo ao fechamento da estatal Fábrica Nacional de Motores.

O que a potência do Norte não esperava era o alijamento do setor entreguista do poder pelo próprio comando militar brasileiro. Os governos de Médici e Geisel mudaram a orientação de política econômica posta e seguiram com o processo de sofisticação da economia brasileira.

Além da criação de estatais como Portobrás, Embraer, Embrapa, Mafersa e outras, foram realizadas grandes obras de infraestrutura como Itaipú, Tucuruí e o Metrô de São Paulo, bem como constituídos mecanismos mitigadores da concentração de renda também em curso como o FGTS e o SNH/BNH.

Ao analisarmos o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, percebemos que em poucas décadas foi construído um sistema industrial poderoso, praticamente completo, com um setor de mecânica recém implantado (governo Geisel), apoiado numa população trabalhadora muito pobre, submetida a uma das mais fortes concentrações de renda do mundo.

Também se faz de grande relevância ao longo da abordagem acerca do tema, buscar o entendimento de que desde a Revolução de 30 até o término do milagre econômico na década de 80, o crescimento econômico não se deveu apenas as multinacionais instaladas no país, pois as estatais do setor elétrico, siderúrgico, mineração, etc., manifestavam grande dinamismo, assim como grandes grupos privados de caráter nacional atuantes em vários setores, que detiveram importante papel ao longo de nossa industrialização.

5. NEOLIBERALISMO E DESTRUIÇÃO NACIONAL

5.1. O DOGMA NEOLIBERAL

5.1.1. Alicerces fundamentais

No ano de 1947, em meio ao fortalecimento do intervencionismo estatal provocado pelo descontrole de mercado gerador da crise de 1929¹⁵⁹, L. Von Mises, M. Friedman, K. Popper, L. Robbins, W. Eupken, W. Lipman e outros intelectuais, congregados em torno da Sociedade Monte Pèlerin (Suíça), tonificam seus esforços de adaptação da doutrina liberal¹⁶⁰ à nova realidade existente, culminando no soerguimento da chamada Escola de Chicago.

Conforme P. Anderson, “Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles

¹⁵⁹ “A crise da Bolsa em 1929 havia criado um significativo consenso de que o laissez-faire falhara e o governo precisava intervir na economia de modo a redistribuir a riqueza e regular as corporações. Durante aqueles anos negros para o laissez-faire, quando o comunismo conquistou o Leste, o Estado de bem-estar foi encampado pelo Ocidente e o nacionalismo econômico se enraizou no Sul pós-colonial, Friedman e seu mentor, Friedrich Hayek, pacientemente mantiveram acesa a chama de uma versão pura do capitalismo, desembaraçada das tentativas keynesianas de partilhar a riqueza coletiva para construir sociedades mais justas.” KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 27.

¹⁶⁰ A propósito do liberalismo, assim como do neoliberalismo, convém recordarmos A. Gramsci, quando nos afirma que como “na realidade fátual sociedade civil e Estado se identificam, deve-se considerar que também o liberalismo é uma “regulamentação” de caráter estatal, introduzida e mantida por caminhos legislativos e coercitivos: é um fato de vontade consciente dos próprios fins, e não a expressão espontânea, automática, do fato econômico. Portanto, o liberalismo é um programa político destinado a modificar, quando triunfa, os dirigentes de um Estado e o programa econômico do próprio Estado; isto é, modificar a distribuição da renda nacional.” GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p. 32.

argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si – pois disso precisavam as sociedades ocidentais.”¹⁶¹

A corrente de pensamento que então se formava tinha como princípios econômicos balizadores: 1) rígida disciplina fiscal; 2) redução dos [gastos públicos](#); 3) adoção de taxas de juro de “mercado”; 4) sistema de câmbio “flutuante”, 5) abertura comercial irrestrita; 5) liberação dos investimentos estrangeiros diretos; 6) [privatização](#) das estatais e 7) direito à [propriedade intelectual](#).

Uma síntese do programa neoliberal, que apresenta pela primeira vez a expressão “Consenso de Washington”, foi produzida por John Williamson em 1990, que considerava que os princípios fundamentais anteriormente mencionados seriam “o mínimo denominador comum de recomendações de [políticas econômicas](#) que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em [Washington D.C.](#) e que deveriam ser aplicadas nos países da [América Latina](#), tais como eram suas economias em 1989.”¹⁶²

Ao lado de uma vasta coleção de novos modelos matemáticos, forte argumento utilizado para justificar a implantação do neoliberalismo era que a economia mundial havia atingido um patamar de internacionalização sem precedentes, demandando novos rearranjos no sentido de eliminação da escala nacional. Todavia, P.N. Batista Jr, buscando desmistificar o que denominou “círculo de giz da globalização”, explicitou que: 1) a participação do comércio exterior na produção mundial só recuperou o nível de 1913 nos anos 70, sendo que no caso dos países desenvolvidos, a relação entre as exportações e o PIB foi de 12,9% em 1912-14 e de 14,3% em 1991-93, não apresentando grandes discrepâncias; 2) o estoque de investimento estrangeiro (IED) foi de 9,7% do PIB mundial em 1994, percentual próximo ao estimado para 1913 (9%) e 3) apesar da rápida expansão das transações econômicas internacionais, os mercados internos continuaram preponderantes, sobretudo nas economias maiores.¹⁶³

Nos países da periferia do sistema capitalista, a perda de capacidade de conduzir um desenvolvimento independente se enquadrou

¹⁶¹ ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

¹⁶² WILLIAMSON, John. [Washington Consensus. Center for International Development at Harvard University](#), 2012

¹⁶³ BATISTA JR, Paulo Nogueira. O círculo de giz da globalização. In: **Novos Estudos (CEBRAP)**, nº 49, Rio de Janeiro, 1997.

como consequência programada da imposição do neoliberalismo. A intervenção ativa dos governos de Thatcher e Reagan, que efetivamente retiraram o neoliberalismo do campo das idéias, contou com o aceite de amplos setores entreguistas e resultou na efetivação de políticas de desregulamentação, desindustrialização e deterioração da estrutura laboral. O capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais, com maior grau de liberdade para se expandirem, exploraram ainda mais recursos econômicos, gerando ainda menos dividendos nacionais.

5.1.2. O problema inflacionário

“Vemos, portanto, que os preços em alta e em queda têm, tanto um quanto outro, suas desvantagens características. A Inflação, que causa os primeiros, significa injustiça para os indivíduos e para as classes – especialmente para quem vive de rendas – sendo, portanto, desfavorável à poupança. A Deflação quer dizer injustiça para os tomadores de empréstimos, e a Inflação conduz ao superestímulo da atividade industrial. Mas tais resultados não são tão marcados quanto aqueles enfatizados acima, pois os tomadores de empréstimo estão em melhor posição para proteger-se dos efeitos da Deflação do que os doadores de empréstimos para defender-se dos da Inflação, e porque os trabalhadores são mais capazes de defender-se da superatividade, nos bons tempos, que do desemprego, nos maus.”

John Maynard Keynes
Inflação e deflação

É fato evidente que o descompasso entre oferta e demanda provoca a elevação ou o rebaixamento dos preços. Todavia, como já nos alertava K. Marx, o equilíbrio entre vendedores e compradores não ultrapassa a esfera da metafísica, o que acaba por exigir uma avaliação mais criteriosa da questão.¹⁶⁴

¹⁶⁴ MARX, Karl. **Grundrisse**. Ciudad de México: Ed. Siglo XXI, 1987.

A epígrafe referendando o economista J.M. Keynes explicita funções que podem vir a ser desempenhadas pela inflação no processo de desenvolvimento econômico, quais sejam, de favorecimento dos tomadores de empréstimos e de geração de estímulo para a conversão de poupança em investimento, contrariamente à deflação, que patrocina setores rentistas em detrimento dos produtores de mercadorias.

O marxista brasileiro I. Rangel, em sua célebre *A inflação brasileira*, recorda ainda que o descontrole do epifenômeno inflacionário é expressão cíclica do acúmulo de capacidade ociosa em determinados setores de uma economia nacional (assim como da carência de investimentos em outros) e decorre em certa medida da ação arbitrária e desgovernada de monopólios/oligopólios.¹⁶⁵

Conforme F. Pedrão, “desde seu primeiro texto sobre planejamento, Rangel adotou como foco de análise um eixo de transformação do capital e do sistema institucional — ou seja, o questionamento do papel do capital financeiro na constituição do bloco de poder no capitalismo monopolista. A inflação teria que ser compreendida, não por seus efeitos imediatos nos negócios, mas por seu papel na acumulação de capital. Distinguem-se os aspectos monetários propriamente ditos, aspectos de distribuição da renda, portanto, de impacto sobre o perfil da demanda; e os efeitos da inflação sobre a taxa de crescimento do produto social, isto é, sobre as alterações que se introduzem na composição do capital. A composição do capital e a composição do bloco de poder são referências fundamentais.”¹⁶⁶

Por outro lado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) — instrumento de propagação do neoliberalismo utilizado há algumas décadas pelas potências imperialistas — reafirma seu reacionarismo no relatório *Perspectivas Econômicas: As Américas*, recentemente apresentado no México, que recomenda a ampliação dos juros e o corte de gastos públicos no intuito de compensar o “excesso de medidas de estímulo econômico” e um suposto “superaquecimento” dos países em desenvolvimento. Esse receituário tem encontrado grande ressonância na imprensa latino-americana, que consolidou o combate à inflação como meta central de qualquer governo.

A propósito da perspectiva monetarista de combate a inflação (muito difundida por Milton Friedman), afirmou J.K. Galbraith: “Admiti

¹⁶⁵ RANGEL, Ignacio. **A inflação brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

¹⁶⁶ PEDRÃO, Fernando Cardoso. Ignacio Rangel. In: **Estudos Avançados**, nº41, São Paulo, 2001.

que o seu sistema – quem controlar a oferta de dinheiro controla tudo – funcionava contra a inflação num mundo altamente organizado somente na medida em que gerava extrema capacidade ociosa nas fábricas e um desemprego elevado. É assim que o monetarismo impede que as empresas aumentem os seus preços e os sindicatos pressionem por aumentos salariais. Para infligir tal sofrimento é necessário haver um governo razoavelmente forte.”¹⁶⁷

Assim sendo, o descontrole inflacionário pode ser encarado a partir de dois vieses distintos: 1) viés monetarista/neoliberal, por intermédio da redução do crédito, do consumo, dos gastos públicos e das taxas globais de investimento, garantida por política de ampliação de juros, etc e 2) viés nacionalista, ampliando os níveis de investimento através de política econômica expansiva que mantenha o avanço da indústria, exerça controle sobre arbitrariedades de monopólios/oligopólios e realoque recursos de setores superinvestidos para setores estrangulados (infra-estruturas, p. ex).

5.2. O SISTEMA ECONÔMICO INTERNACIONAL NO SÉCULO XX

5.2.1. Bretton Woods: a mitigação da anarquia

Segundo B. Eichengreen, “o padrão ouro evoluiu a partir da diversidade de padrões de ‘commodities’ e moedas mercadoria que surgiram antes do desenvolvimento do papel-moeda e da prática da reserva bancária fracionada. Seu desenvolvimento foi um dos grandes acidentes monetários dos tempos modernos. Ele deveu muito à adoção ‘de fato’, embora acidental, pela Grã-Bretanha, de um padrão ouro em 1717, quando Sir. Isaac Newton, como responsável pela casa da moeda, fixou para a prata um preço em ouro excessivamente baixo, fazendo com que, inadvertidamente, desaparecessem de circulação todas as moedas de prata, à exceção daquelas muito gastas e danificadas. Com a Revolução Industrial inglesa e a emergência do país, no século XIX, à condição de mais importante potência financeira e comercial do mundo, as práticas monetárias britânicas tornaram-se cada vez mais uma

¹⁶⁷ GALBRAITH, J. K. *Sobre pessoas, políticos, poder militar e as artes*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1989, p. 221.

alternativa lógica e atraente à moeda baseada na prata para os países que procuravam desenvolver o comércio com as Ilhas Britânicas e delas obter empréstimos.”¹⁶⁸

A evolução do sistema monetário internacional no período entre as duas grandes guerras mundiais pode ser sintetizada em três grandes mudanças estruturais. A primeira é o gradual abandono das políticas de estabilização cambial dos Tesouros nacionais nas décadas de 1920 e 1930. A segunda é a maior oscilação dos fluxos de capital decorrente das rápidas mudanças do nível de credibilidade dos países, o que poderia agravar ao invés de aliviar as pressões sobre os bancos centrais. A terceira, por fim, é a substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos como principal centro econômico mundial, o que viria a abrir caminho para o fortalecimento do dólar.

A parcial superação da instabilidade econômica que caracterizou o quadro citado ocorreu com a criação de instituições reguladoras do sistema monetário internacional (FMI e Banco Mundial) que visavam, entre outras coisas, combater as desvalorizações competitivas (*beggar thy neighbour policy*) e o descontrole dos capitais geradores de crises dos balanços de pagamentos, definindo regras comuns ao conjunto de países participantes do acordo firmado em Bretton Woods no ano de 1944.

Os debates da conferência realizada na pequena localidade do Nordeste dos Estados Unidos gravitaram em torno das propostas de J.M. Keynes¹⁶⁹ e H. Dexter White, que apesar de distintas, convergiam no

¹⁶⁸ EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 29.

¹⁶⁹ Fernando Cardim de Carvalho, avaliando as derrotadas propostas keynesianas de criação de câmara de compensações, de consolidação de moeda verdadeiramente internacional e de provimento automático de liquidez, destaca que “o plano Keynes era certamente mais ambicioso. Na verdade, durante a guerra, Keynes tinha se dedicado a delinear um conjunto de instituições que deveriam servir, na esfera internacional, aos mesmos propósitos que as políticas e reformas institucionais domésticas, mais conhecidas, voltadas para a defesa do nível de produto e emprego da economia. Uma peça essencial daquele conjunto era a proposta de criação de uma Câmara de Compensações Internacionais (International Clearing Union, ICU), que centralizaria todos os pagamentos concernentes a exportações e importações de bens, serviços e ativos. Os bancos centrais nacionais seriam os membros dessa Câmara e realizariam os pagamentos internacionais do mesmo modo que bancos domésticos fazem pagamentos entre si... De acordo com o Plano Keynes, não haveria uma moeda física internacional, como o ouro ou o dólar, por exemplo, mas apenas uma

sentido de evitar depressão semelhante a da década de 1930 e buscar atingir o pleno emprego, respondendo à rápida ascensão do bloco soviético.

A proposta de H. Dexter White, vitoriosa nos embates travados, ratificou os interesses nacionalistas estadunidenses, visto que as moedas fortes (sobretudo o dólar) permaneceram válidas como meios de pagamento, a liquidez internacional continuou dependendo de emissões monetárias nacionais e as obrigações estadunidenses no fundo de estabilização econômica ficaram reduzidas a US\$ 2,75 bilhões de US\$ 8,8 bilhões, muito mais próximas da proposta de Dexter White do que de Keynes, que previa valores significativamente maiores.¹⁷⁰

Apesar dos grandes avanços conquistados em termos de retomada do crescimento econômico mundial, essas condições permitiram o fortalecimento de acordos bilaterais, que no caso do processo de financiamento dos déficits relativos à reconstrução européia, no âmbito do Plano Marshall, superaram em quatro vezes os direitos de saque estabelecidos em benefício da Europa e seis vezes a obrigação máxima assumida pelos Estados Unidos nos termos acordados. No que tange a esfera geopolítica, B. Eichengreen descreve que “na França e na Itália, por exemplo, os Estados Unidos contribuíram para o processo (de estabilização dos balanços de pagamentos) fazendo com que a ajuda do Plano Marshall ficasse condicionada a não participação dos comunistas nos governos. Mas as medidas essenciais foram tomadas pelos próprios europeus. Os partidos socialistas moderaram suas exigências com o objetivo de ampliar sua base eleitoral.

moeda escritural, nos livros da ICU, registrando as operações entre os bancos centrais... Para reforçar este mecanismo, a proposta incluía também a criação de uma nova moeda, a ser transacionada apenas entre bancos centrais, que Keynes propôs chamarem de Bancor... Por um lado, a moeda escritural pode ser criada pela autoridade monetária, no caso a ICU, sempre que necessário. A liquidez internacional cresceria automaticamente com as necessidades do comércio internacional, ao invés de depender de algo como a disponibilidade de ouro, que não tem qualquer relação com a atividade econômica. Em segundo lugar, quando um país apresenta déficit em seu balanço de pagamentos, o esforço de ajuste recairia sobre o país deficitária apenas se este estivesse forçando sua economia além dos limites do pleno emprego.” CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Bretton Woods aos 60 anos. In: **Novos Estudos (CEBRAP)**, nº 70, Rio de Janeiro, 2004, p.7.

¹⁷⁰ EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 136.

Os trabalhadores aceitaram a manutenção da propriedade privada em troca de uma expansão do estado de bem-estar social. Eles concordaram em moderar suas exigências salariais em troca de um compromisso governamental para com o pleno emprego.”¹⁷¹

No entanto, uma grande contradição se instituiu na economia mundial (*Paradoxo de Triffin*), uma vez que “o mundo todo precisava de dólares para poder acomodar a expansão do comércio internacional, mas dólares se tornavam disponíveis para outros países quando os Estados Unidos tinham déficits em suas operações externas e pagavam pela diferença enviando dólares ao exterior, aumentando a liquidez internacional; esse aumento de liquidez, contudo, ao ser gerado por déficits nos pagamentos dos Estados Unidos, contribuía para enfraquecer a confiança do próprio dólar. Quanto mais liquidez fosse criada, maior a desconfiança no valor da moeda americana.”¹⁷²

5.2.2. Imperialismo e desregulamentação

O fim do padrão dólar-ouro, a desregulamentação dos fluxos financeiros, o não processamento de revoluções tecnológicas (na acepção schumpeteriana) e a atuação dos grandes bancos centrais no sentido de evitar o aprofundamento das crises¹⁷³ são importantes características da fase recessiva da economia mundial iniciada no último quartel do século XX.

Conforme F. Chesnais, “o capital portador de juro não foi levado ao lugar que hoje ocupa por um movimento próprio. Antes que ele desempenhasse um papel econômico e social de primeiro plano, foi

¹⁷¹ EICHENGREEN, Barry. *A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 151.

¹⁷² CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Bretton Woods aos 60 anos. In: *Novos Estudos (CEBRAP)*, nº 70, Rio de Janeiro, 2004, p. 11.

¹⁷³ “Entre 1945 e 1971, quando as finanças globais não estavam liberalizadas, os países em desenvolvimento não sofreram crise bancária, mas houve 16 crises cambiais e uma crise gêmea (crise cambial e bancária simultâneas). Entre 1973 e 1997, contudo, houve 17 crises bancárias, 57 crises cambiais e 21 crises gêmeas no mundo em desenvolvimento. Isso sem contar algumas das maiores crises financeiras que ocorreram após 1998 (Brasil, Rússia e Argentina foram os casos mais evidentes)” CHANG, Ha-Joon. *Maus Samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 84.

necessário que os Estados mais poderosos decidissem liberar o movimento dos capitais e desregular e desbloquear seus sistemas financeiros. Foi igualmente preciso que recorressem à políticas que favorecessem e facilitassem a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias. Nos termos dessas transformações, instituições especializadas tornaram-se, pela intervenção dos mercados bursáteis, as proprietárias dos grupos: proprietários-acionistas de um tipo particular que têm estratégias inteiramente submetidas à maximização de uma nova grandeza, ‘o valor acionário’. Correntemente designado pelo nome de ‘investidores institucionais’, esses organismos fizeram da centralização dos lucros não reinvestidos das empresas e das rendas não consumidas das famílias, especialmente os planos de previdência privados e a poupança salarial, o trampolim de uma acumulação financeira estreitamente ligada à liberação dos movimentos dos capitais e à interconexão internacional dos mercados dos ativos financeiros – obrigações públicas e privadas, ações e produtos derivados.”¹⁷⁴

A imposição do neoliberalismo no mundo pelas potências imperialistas a partir dos anos 1970 decorreu da deterioração de seus indicadores econômicos na década anterior, marcada pelo fenômeno da estagnação (EUA e Inglaterra). O fomento de práticas como a privatização de empresas rentáveis, a redução de gastos públicos e a destruição do instituto da reserva de mercado, na periferia do sistema econômico mundial, acabou por atuar como mecanismo de recomposição econômica do centro dinâmico do capitalismo.¹⁷⁵

Os investimentos externos diretos realizados pelos países centrais nos países periféricos concentraram-se brutalmente na compra de empresas já existentes (80% do total entre 1985 e 1990) e em grande medida fomentaram a desregulamentação das economias desses países. Igualmente nesta etapa do desenvolvimento da economia mundial se fortalece a tendência a fusões e aquisições. Os níveis de centralização são nitidamente observados em alguns setores como o de semicondutores, em que 24 empresas controlam 75% do mercado

¹⁷⁴ CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 34.

¹⁷⁵ É mister destacar que a manutenção de uma rentabilidade mínima do capital industrial está também ligada à ascensão do toyotismo, assim como à flexibilização das relações de trabalho também no centro dinâmico do capitalismo mundial.

mundial, e de telecomunicações, com 10 empresas sendo responsáveis por 70% das vendas.¹⁷⁶

Paradoxalmente, os responsáveis pela imposição do neoliberalismo ampliaram suas barreiras comerciais (acordos de controle sobre exportações, medidas antidumping, medidas compensatórias, cotas, etc), como nos casos da Alemanha (ampliação da reserva de mercado, penetração estratégica na Alemanha Oriental, etc) e dos EUA (Lei de comércio e competitividade internacional de 1984, etc).

Convém destacar que o aumento da capacidade de injeção de diretrizes econômicas recessivas, sobretudo pelos EUA, foi decorrente da mudança de rumos de sua política econômica, responsável pela ampliação dos juros das dívidas públicas que dificultou o saneamento financeiro dos países periféricos. No contexto em tela, o FMI exerceu em grande medida a função de “agente de política externa”, atuando como instituição promotora do contracionismo e controladora de processos inflacionários, impondo severas condições aos principais tomadores de empréstimos.¹⁷⁷

¹⁷⁶ GONÇALVES, Reinaldo. **O abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.

¹⁷⁷ “Se o sistema de crédito é o propulsor principal da superprodução e da especulação excessiva no comércio, é só porque o processo de reprodução, elástico por natureza, se distende até o limite extremo, o que sucede em virtude de grande parte do capital social ser aplicada por não-proprietários dele, que empreendem de maneira bem diversa do proprietário que opera considerando receosos os limites de seu capital. Isto apenas ressalta que a valorização do capital fundada no caráter antinômico da produção capitalista só até certo ponto o desenvolvimento efetivo, livre, e na verdade constitui entrave à produção, limite imanente que o sistema de crédito rompe de maneira incessante. Assim, este acelera o desenvolvimento material das forças produtivas e a formação do mercado mundial, e levar até certo nível esses fatores, bases materiais da nova forma de produção, é a tarefa histórica do modo capitalista de produção. Ao mesmo tempo, o crédito acelera as erupções violentas dessa contradição, as crises, e, em consequência, os elementos dissolventes do antigo modo de produção.” MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** (cap. 27, livro III, v. V). São Paulo: Difel, 1983-1985.

Tabela 11: Endividamento externo e fuga de capital nos quatro maiores devedores da América Latina

		Variação da dívida Externa Bruta (A)	Investimento Estrangeiro Líquido (B)	Déficit em Conta Corrente (C)	Aumento Reservas Internacionais*(D)	Fuga de Capital (E = A+B-C-D)
Argentina	1976-77	2,6	n.d.	-1,9	3,4	1,1
	1978-82	31,0	2,5	10,7	-0,8	23,6
Brasil	1974-77	19,6	5,6	23,8	0,5	0,9
	1978-82	51,2	10,4	57,5	-3,3	7,4
México	1976-77	8,8	1,2	2,7	-0,3	7,6
	1978-82	64,0	8,3	31,0	-0,5	41,8
Venezuela	1974-78	13,2	-1,0	-0,2	9,6	2,8
	1979-83	19,8	0,7	-9,3	-0,1	29,9

Fonte: PORTELLA FILHO (1994).

5.3. AUTORITARISMO POLÍTICO E RETROCESSO ECONÔMICO

No último quartel do século XX, a Argentina foi transformada em um laboratório para as políticas econômicas neoliberais sintetizadas pelo Consenso de Washington. Poucas nações no mundo avançaram tanto em termos de liberalização, “integração” internacional e concessão unilateral de aspectos essenciais da autonomia econômica nacional.

Após ensaios autoritários iniciados nos anos 1950, que eliminaram iniciativas promissoras em campos como o militar e o energético (pesquisa nuclear), o mais recente regime militar argentino (1976-83) foi responsável por: 1) brusca redução e eliminação de importantes impostos sobre as importações, que passaram a competir mais vigorosamente com a produção nacional; 2) elevação excessiva das taxas de juros e 3) desmantelamento de incentivos que até então tornavam a indústria argentina competitiva no mercado latino-americano. Esse período caracterizou-se por: estagnação do produto interno bruto nacional, causada por uma diminuição de 12% no faturamento do setor industrial entre 1974 e 1983, cabendo destacar que sua participação na composição do PIB foi reduzida de 26,1% nos anos de 1960 para 19,9% em meados dos anos de 1980; drástico encolhimento do mercado interno, com redução da participação dos assalariados no total da renda nacional de 45% em 1974 para 26% em 1983; equiparação dos investimentos estrangeiros aos de capital

nacional e aumento da dívida externa de 8 para 45 bilhões de dólares, o que tornou o país um dos maiores devedores do mundo.¹⁷⁸

O primeiro-ministro de fato dos militares neoliberais argentinos, J. A. Martínez de Hoz, conduziu a vida econômica nacional com base na idéia de vantagens comparativas (D. Ricardo), na busca de favorecer o setor agro-exportador em detrimento do industrial, arrasando o projeto peronista de país.¹⁷⁹ Suas políticas de eliminação de barreiras alfandegárias e manutenção do câmbio sobrevalorizado por extenso período fizeram com que somente o latifúndio capitalista pampeano (também prejudicado pelo câmbio), com nível de produtividade extremamente alto, tivesse chances de enfrentar a feroz concorrência estrangeira. Aproximadamente 20% das fábricas de maior tamanho encerraram suas atividades e a produção de automóveis, mesmo com o regime de proteção tarifária anterior ao golpe, caiu de 1.341.920 entre

¹⁷⁸ Os dados em questão podem ser encontrados em: FERRER, Aldo. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004 e BORON, Atílio. Problemas estructurales y desafíos estratégicos de la izquierda: una mirada desde la Argentina. In: **Tras el búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

¹⁷⁹ “... la masiva entrada de capitales implicó un aumento en la demanda de moneda local, que incrementó así su poder de compra con respecto al dólar. En un marco de eliminación de aranceles, altas tasas de interés y racionamiento de subsidios con sesgo favorable al capital concentrado, un tipo de cambio bajo asentó un marco de dificultades extremas para todos los sectores productores de bienes que podían enfrentar competitivamente la oferta importada – más accesible para los consumidores ante la nueva paridad cambiaria – o no tenían la envergadura requerida para desplegar estrategias alternativas (como convertirse en importadores, o sacar provecho financiero de las altas tasas de interés, en vez de enfrentarlas como un costo de financiación oara inversiones productivas). Cabe señalar que eso impactó nucho acusadamente en el sector fabril, sobre todo el pequeño y mediano más especializado, que en la producción del agro pampeano, dada la amplia brecha que separava la productivad media de la industria argentina de la competencia extranjera al iniciarse la apertura: amplias capas de la misma entran así en una crisis en la que, los actores con más poder de mercado se favorecieron con la eliminación o absorción de las pequeñas o medianas empresas.” FORCINTO, Karina; ESTARELLES, Gaspar Tolón. **Reestructuración neoliberal y después**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2009, p. 26.

1971-1975 para 1.085.376 entre 1976-1980, atingindo ampla cadeia de fornecedores.¹⁸⁰

No período, as exportações argentinas cresceram apenas 1,4% ao passo que as importações cresceram 71,8% e o pagamento dos serviços da dívida mais de 400%.¹⁸¹

Segundo L.A. Romero, “o setor agropecuário, em 1976, estava em ótima situação. Era o ápice de sua expansão produtiva em um momento em que os mercados se abriam, especialmente o da União Soviética, afetada pelo embargo de grãos norte-americanos, ao mesmo tempo em que o governo argentino eliminava as barreiras às exportações. Mas a sobrevalorização do peso levou os produtores a uma perda de receita e a uma situação crítica, que teve seu ápice em 1980-81. O faturamento do setor agropecuário dos pampas, que, em fases anteriores, subsidiava a indústria, foi transferido nessa época para o setor financeiro e, por meio dele, à compra de dólares ou de artigos importados. Mais tarde, quando o desastre cambial tornou a colocá-lo em boas condições, a modificação das condições dos mercados internacionais prolongou sua crise.”¹⁸²

O movimento referendado estimulou forte processo de centralização produtiva do qual se beneficiaram grupos econômicos de maior envergadura e dinamismo como *Acindar, Bunge&Born, Alpargatas, Celulosa Argentina, Astra, Perez Compac, Bagley, Bidas, Ingenio Ledesma, Loma Negra, Tabacal, Terrabusi, Ferrum, Corcemar, Arcor, Aceros Bragado, Canale, Roggio, Laboratorios Bagó, Schcolnik, Astilleros Alianza, Techint, Macri, Soldati, Atanor*, etc.

Na visão de G. Ross, “... a linha sustentada pelas Forças Armadas favorece uma economia especulativa que, no seu auge, atraía capitais financeiros da ordem de 400 milhões de dólares semanais. No entanto, a instabilidade política e a precária situação do país estão afastando-os, agora, num ritmo muito mais acelerado do que o da sua chegada. Somente no dia 29 de abril (1981), saíram do país quase 350 milhões de dólares. As reservas do Banco Central já baixaram 60% em seis meses – e o governo já desvalorizou a moeda nacional em mais de 100% em relação ao dólar num período de 90 dias... A chamada crise do setor financeiro, com falência voluntária ou forçada de uma centena de

¹⁸⁰ ÁBALO, Carlos. O capitalismo na encruzilhada. In: **Cadernos do Terceiro Mundo**, nº 36, Rio de Janeiro, 1981.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 206.

cartéis industrial-financeiros, com valor registrado de mais de três bilhões de dólares, é um claro sinal do fim de uma etapa de piratas dedicados a saquear uma nação rica e plena de recursos.”¹⁸³

Associa-se à questão o raciocínio de M. Morazán, que ao avaliar o caráter repressivo do regime em questão, destaca que entre 1976 e 1981 “as cifras, ainda que frias, são eloqüentes: 30 mil desaparecidos (um para cada 900 habitantes), incontáveis assassinatos ‘em combate’ ou em ‘tentativa de fuga’, milhares de presos que não figuram em nenhuma prisão (segundo os militares só há 980 detidos), cerca de 750 mil cidadãos vivendo no exterior (de cada 36 argentinos, um abandona o país). Este é o saldo do processo repressivo iniciado na Argentina em meados de 1974 e instaurado com mais vigor a partir do golpe militar de 24 de março de 1976.”¹⁸⁴

A execução de um programa de governo que desestimulava a acumulação produtiva, gerando insatisfação de setores burgueses, associada ao autoritarismo que manteve estagnados os salários e fomentou severa perseguição de agremiações políticas com ampla capilaridade social (peronistas e radicais), provocou a queda do regime militar, desencadeando as tentativas mal-sucedidas de recuperação nacionalista promovidas por R. Alfonsín.

Tabela 12: Quantidade de empresas controladas por grupos econômicos nacionais e estrangeiros

	1973	1983	1986-87	1990
Bunge&Born	60	63	87	92
Pérez Compac	10	54	86	92
Techint	30	46	53	58
Bridas	4	43	52	58
Macri	7	47	51	60
Garovaglio y Zorroaqui	12	41	48	4
Arcor	5	20	34	31
Soldati	15	35	34	51
Corcemar	23	30	31	26
Werthein	20	29	28	31
Celulosa Argentina	14	23	23	12

¹⁸³ ROSS, Gabriel. Entre a ditadura e a democracia. In: **Cadernos do Terceiro Mundo**, n° 36, Rio de Janeiro, 1981, p. 12.

¹⁸⁴ MORAZÁN, Martin. Repressão: uma doutrina própria. In: **Cadernos do Terceiro Mundo**, n° 36, Rio de Janeiro, 1981, p. 13.

Astra	18	21	22	23
Deutsch	8	13	22	25
Alpargatas	9	24	21	24
Canteras Cerro Negro	4	19	19	17
Madanes	8	15	18	18
Huancayo-Constantini	2	18	18	19
Loma Negra	16	16	16	19
Massuh	1	10	16	13
Ledesma	14	15	16	24
Nougués Hermanos	8	13	16	15
Intermendoza Taurales	0	6	15	0
Laboratórios Bagó	2	14	14	13
Bagley	6	14	14	8
San Martín del Tabacal	4	14	14	13
Bonafide	11	13	14	14
Agea-Clarín	1	12	13	16
BGH	6	14	13	17
Grafex	8	14	14	12
Indupa	1	9	11	16
Herman Zupan	3	9	11	13
Aceros Bragado	3	9	11	9
Astilleros Alianza	0	9	10	9
Canale	4	11	8	9
Noel	0	7	7	6
Atanor	4	8	0	0
Scholnik	3	8	0	0
TOTAL	344	766	878	908

Fonte: SCHORR (2004).

5.4. CURRENCY BOARD: A ELIMINAÇÃO DA AUTODETERMINAÇÃO ARGENTINA

Na década de 90, intensifica-se o desmonte da economia nacional argentina, sendo o plano de conversibilidade o grande marco deste processo. De acordo com Paulo Nogueira Batista Jr. “no campo monetário e cambial, a Argentina regrediu, entre 1991 e 2001, ao *currency board* (conselho da moeda) concebido no século XIX para as colônias africanas, asiáticas e caribenhas da Inglaterra e outras metrópoles européias. Não obstante o seu anacronismo, o modelo

monetário implantado pelo ministro Cavallo, no primeiro governo Menem, era elogiado, até há poucos anos, *urbi et orbi* – e apontado como exemplo a ser seguido por países como o Brasil, o México, a Rússia e diversos outros.¹⁸⁵

O plano de conversibilidade (1991) do então ministro D. Cavallo fixou a taxa de câmbio em relação ao dólar, eliminou restrições a transformação de pesos argentinos em moeda estrangeira e definiu um lastro para a moeda nacional (a emissão de passivos monetários só poderia ocorrer com correspondente existência de reservas em dólares). O problema central da dependência financeira e monetária então estabelecida residiu nas freqüentes disparidades entre as prioridades do emissor da moeda âncora (EUA) e do emissor da moeda ancorada (Argentina). Não existe sincronia entre os ciclos econômicos endógenos e os países estão sujeitos a choques exógenos que atingem as economias nacionais de forma diferenciada.¹⁸⁶

A partir de 1997-1998, a Argentina passou a sofrer sucessivos choques externos: a contração da oferta de capitais estrangeiros em decorrência das crises no leste da Ásia e na Rússia, o declínio dos termos de intercâmbio, a crise do Brasil que levou a desvalorização acentuada do real, etc. A rigidez do modelo cambial implantado mostrou uma desvantagem muito maior do que poderiam admitir seus advogados dentro e fora da Argentina.

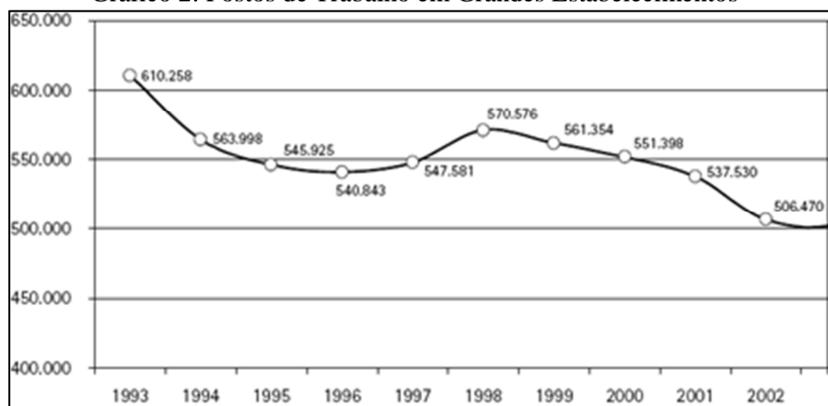
Uma economia na conjuntura em questão precisaria de uma desvalorização cambial substancial, capaz de reativar a economia

¹⁸⁵ BATISTA Jr, Paulo Nogueira. **Argentina: uma crise paradigmática**. In: Estudos Avançados, n° 44, São Paulo, 2002.

¹⁸⁶ P.N Batista Jr. refere-se a essa problemática ressaltando que: “Estando superaquecida, a economia central precisa, em princípio, de taxas de juro mais altas e de contenção da oferta de crédito. Já a economia dependente, em recessão, requer o contrário: juros mais baixos e ampliação do crédito. No entanto, como quem comanda é o banco central emissor da moeda âncora, os juros sobem e o crédito se retrai nos dois países. Isso pode resolver os problemas da economia central, mas agrava os da economia dependente, provocando contração adicional da demanda de consumo e de investimento e deprimindo ainda mais os níveis de produção e de emprego. A política monetária anticíclica do banco central emissor da moeda âncora se converte, na economia dependente, em uma política monetária prócíclica, de efeitos contraproducentes. As restrições à mobilidade internacional do trabalho tornam o problema mais sério, na medida em que impedem, ou dificultam muito, a migração de trabalhadores desempregados da economia dependente em recessão para a economia central aquecida.” Idem, p. 86

deprimida e reduzir sua dependência em relação aos capitais estrangeiros. Presa à camisa-de-força do plano de conversibilidade, a Argentina foi compelida a seguir o caminho oposto. O peso valorizou-se em termos reais, como reflexo da valorização do dólar. Na obrigação de executar as metas negociadas com o FMI, recuperando a credibilidade junto aos mercados financeiros e o acesso a crédito externo, sucessivos ministros da economia dos governos C. Menem e F. de la Rúa implementaram programas de austeridade fiscal envolvendo aumentos de tributos e cortes de gastos governamentais. Entretanto, a combinação de juros em alta e ajustes de ordem fiscal agravou a recessão e o desemprego sem restabelecer a “confiança dos mercados”, até porque impossibilitava o controle do déficit fiscal.

Gráfico 2: Postos de Trabalho em Grandes Estabelecimentos



Fonte: INDEC

Praticamente todos os setores da indústria nacional foram desmantelados através do estrangulamento financeiro (os juros cobrados pelos bancos nacionais chegavam a ser até quatro vezes maiores do que a média mundial) e da abertura de mercado lastreada pela paridade peso-dólar. Muitas empresas de capital argentino foram incorporadas por grandes multinacionais estrangeiras e outras foram levadas a fechar as portas. Os grupos empresariais que resistiram ao genocídio industrial passaram a operar com um maior percentual de capacidade ociosa, tendo sua produção reduzida, juntamente com o número de trabalhadores e as margens de lucro.

“Otra conclusion es la marcada involución productiva de ciertas actividades vinculadas a los bloques textil y metalmeccánico (con

excepción de la rama automotriz), es decir, de aquellos sectores que motorizaron, en distintos momentos, el crecimiento industrial durante la vigencia del modelo de sustitución de importaciones... A este respecto, basta destacar los casos de la fabricación de productos textiles y de prendas de vestir y pieles (cuyos respectivos aportes relativos a la producción total disminuyeron entre 1993 y 1998 un 24% y un 17%, respectivamente), o de la elaboración de maquinaria de oficina, la fabricación de instrumentos médicos y ópticos, la producción metalúrgica, y la elaboración de maquinaria y aparatos eléctricos (donde las caídas fueron del orden del 44%, 27%, 20% y 16%, respectivamente).¹⁸⁷

Em meio à fragilização econômica nacional, além do aprofundamento do processo de centralização empresarial, centenas de grupos foram incorporados total ou parcialmente por estrangeiros, sendo apenas alguns exemplos: *Aurora* (equip. elétricos – Grundig/Alemanha), *Frigorífico Rioplatense* (Citicorp Holdings/EUA), *Terrabusi* (alimentos – Nabisco/EUA), *Guipeba* (alimentos – Ceval/Brasil), *Atanor* (químicos – Albaugh/EUA), *Alto Paraná* (celulose – Industrias Forestales/Chile), *Molinos Minetti* (Cargill/EUA), etc.

Destaca-se também a redução da proteção industrial nos anos 1990, com o setor de bens de consumo duráveis atingindo a marca de utilização de insumos importados de 35%, chegando a 50% no caso dos eletrônicos. Na indústria automobilística, a cota de utilização obrigatória de insumos nacionais caiu de 90% para 50% no período, estimulando ainda mais as importações. Ademais, enquanto nos anos 1970 a indústria argentina manteve uma relação valor agregado/valor da produção de 42,3%, em meados de 1990 a mesma havia caído para 34,1%, ou seja, as indústrias mais complexas foram fortemente atingidas.¹⁸⁸

¹⁸⁷ SCHORR, Martín. **Industria y nación: poder económico, neoliberalismo y alternativas de reindustrialización en la Argentina contemporánea**. Buenos Aires: Edhasa, 2004, p. 107.

¹⁸⁸ Idem.

Tabela 13: Evolução Patrimonial

Origem do Capital	Valor do Patrimônio								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
	Bilhões de pesos								
Argentino	18.88	15.06	14.19	13.80	13.67	13.73	13.01	12.848	23.029
Estrangeiro	22.08	24.59	27.80	30.03	30.36	31.89	30.25	37.069	73.563

Fonte: INDEC

Tabela 14 : Indicadores Industriais (Índice De 1993=100)

	<i>Volumen fisico de la producción</i>	<i>Obreros ocupados</i>	<i>Productividad de la mano de obra</i>	<i>Hons- obrero trabajadas</i>	<i>Productividad horaria de la mano de obra</i>	<i>Salario promedio⁽¹⁾</i>	<i>Productividad/ Salario medio</i>
	I	II	III= I/II	IV	V= I/IV	VI	VII= III/VI
1993	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1994	104,6	97,1	107,7	98,6	106,1	101,9	105,6
1995	97,3	91,3	106,6	88,6	109,8	96,8	110,1
1996	103,5	88,1	117,5	88,0	117,6	97,3	120,7
1997	113,2	88,9	127,4	90,5	125,1	93,7	135,9
1998	115,5	87,3	132,3	87,3	132,3	92,6	142,9
1999	105,9	80,5	131,6	79,4	133,4	92,9	141,6
2000	104,6	74,9	139,7	73,3	142,7	94,3	148,1
2001	92,9	70,0	132,7	65,6	141,6	92,0	144,3
T.A.A. 1993/1998	2,9%	-2,7%	5,8%	-2,7%	5,8%	-1,5%	7,4%
T.A.A. 1998/2001	-7,0%	-7,1%	0,1%	-9,1%	2,3%	-0,2%	0,3%
T.A.A. 1993/2001	-0,9%	-4,4%	3,6%	-5,1%	4,4%	-1,0%	4,7%

Fonte: SCHORR (2004)

A autonomia nacional argentina foi também vilipendiada por processo de sucateamento e privatização de importantes estatais com capacidade de realização de investimentos, a exemplo de *Gas del Estado*, *YPF*, *Somisa* (siderurgia), *Polisur Petroquímica*, *Aerolíneas Argentinas*, *Correios*, etc.

De acordo com A. Mamigonian, “várias interrupções neoliberais no processo de industrialização e, sobretudo as últimas, no período Menem, provocaram desindustrialização por dois processos simultâneos: 1) dolarização da economia que facilitou importações e dificultou exportações, fragilizando a economia nacional; e 2) privatização selvagem, que entregou às multinacionais até empresas ligadas à segurança nacional, como a YPF (Repsol), a Aerolíneas Argentinas (Ibéria inicialmente), serviços postais, etc, no caso mais extremo de privatização e desnacionalização na América Latina.”¹⁸⁹

O produto interno bruto argentino, segundo dados do Banco Mundial, foi reduzido pelo neoliberalismo de US\$ 126,20 bilhões em 1988 para US\$ 102,04 bilhões em 2002. “La participación de diversos sectores productivos en la generación del PBI se alteró notablemente a

¹⁸⁹ MAMIGONIAN, Armen. Qual o Futuro da América Latina. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Maria Mónica (Org). **Questões Territoriais na América Latina**. São Paulo: CLACSO/EDUSP, 2005, p. 129.

causa del fuerte cambio estructural. La contribución de la industria en el PBI – a precios constantes de 1993 – cayó del 23,9% en 1975 al 16% en 2002. Los servicios aumentaron fuertemente su peso relativo, pasando del 60,4% al 68,4 del valor total generado. La construcción sufrió una notable caída, pasando a representar 3,7% del PBI en 2002, mientras en 1975 su participación era del 7,7%. Por último, la agricultura, ganadería, pesca y silvicultura, entre las principales actividades primarias, aumentaron su importancia relativa pasando de 6,7% del PBI en 1975 al 8,7% en 2002.”¹⁹⁰

Como resultado dessas transformações, entre 1975 e 2002, o salário médio real caiu 52% e o índice de desigualdade social aumentou 124%. A população em situação de pobreza avançou de 2 milhões (de um total de 22 milhões em 1975) para 21 milhões (de um total de 38 milhões em 2002). Mais da metade da população argentina passou a não ter condições sequer para adquirir os itens mais elementares demandados pela existência humana.¹⁹¹

A situação econômica em franco descontrole, juntamente às medidas emergenciais adotadas pelo governo (corralito, etc.), agravavam ainda mais o já conflituoso cenário político nacional. Os trabalhadores argentinos, já descontentes com as crescentes taxas de desemprego e continuas reduções salariais, promoveram revoltas por todo país, num dos maiores levantes populares da história recente da América Latina, amenizadas somente com a eleição de N.Kirchner em 2003 e com a reestruturação econômica após o abandono da cartilha neoliberal seguida religiosamente por C. Menem.

¹⁹⁰ FORCINTO, Karina; ESTARELLES, Gaspar Tolón. **Reestructuración neoliberal y después**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2009, p. 76.

¹⁹¹ Dados retirados do INDEC.

Tabela 15: Valor bruto da produção e valor agregado bruto por atividade da indústria

Valor bruto de la producción y valor agregado bruto por rama de actividad de la industria manufacturera a dos dígitos . Años 1997-2001

Rama de actividad	Año 1997		Año 1998		Año 1999		Año 2000		Año 2001	
	Valor bruto de la producción	Valor agregado bruto	Valor bruto de la producción	Valor agregado bruto	Valor bruto de la producción	Valor agregado bruto	Valor bruto de la producción	Valor agregado bruto	Valor bruto de la producción	Valor agregado bruto
	Miles de pesos		Miles de pesos		Miles de pesos		Miles de pesos		Miles de pesos	
Nivel general	103.971.170	31.203.656	102.881.100	30.938.056	90.228.809	27.737.826	89.433.967	26.224.276	81.301.253	26.595.957
Elaboración de productos alimenticios y bebidas	32.832.717	7.586.581	32.955.001	7.866.388	30.956.634	7.780.581	28.801.306	7.107.375	27.242.173	7.332.208
Elaboración de productos de tabaco	950.589	339.828	922.016	370.948	939.719	397.135	853.635	358.889	924.397	439.250
Fabricación de productos textiles	4.269.520	1.370.964	3.690.102	1.241.803	3.075.893	1.120.590	2.962.504	1.063.078	2.451.506	889.249
Fabricación de prendas de vestir; terminación y tejido de pieles	1.856.745	730.132	1.975.856	746.984	1.656.396	651.355	1.449.969	518.727	1.370.974	508.466
Curtido y terminación de cueros; fabricación de maletas, bolsos de mano, artículos de talabartería y guarnicionería, y calzado	2.490.274	666.457	2.099.126	540.835	1.972.858	538.520	1.973.408	490.035	1.837.564	481.531
Producción de madera y fabricación de productos de madera y corcho, excepto muebles; fabricación de artículos de paja y materiales trenzables	734.848	291.275	786.596	324.740	683.837	274.086	631.612	257.735	543.564	220.032
Fabricación de papel y de productos de papel	3.413.800	977.836	3.376.530	1.149.843	3.014.386	957.299	3.221.659	1.026.714	2.967.725	1.087.700
Actividades de edición e impresión y de reproducción de grabaciones	3.721.122	1.730.239	3.919.483	1.826.715	3.318.875	1.473.035	3.160.717	1.408.808	2.687.792	1.269.946
Fabricación de coque, productos de la refinación del petróleo y combustible nuclear	6.226.048	1.137.751	5.851.751	880.709	6.158.297	1.375.780	8.260.532	1.058.901	8.007.667	2.107.548
Fabricación de sustancias y productos químicos	13.086.082	4.898.553	13.319.055	4.820.253	12.408.650	4.553.414	12.373.384	4.299.806	11.835.380	4.656.989
Fabricación de productos de caucho y plástico	3.789.649	1.432.901	3.738.267	1.514.425	3.255.057	1.243.727	3.209.617	1.213.337	2.934.494	1.053.967
Fabricación de otros productos minerales no metálicos	2.902.848	1.360.508	2.889.678	1.298.369	2.690.241	1.154.121	2.333.735	1.022.490	2.014.347	933.346
Fabricación de metales comunes	5.809.355	1.755.855	5.244.288	1.597.241	3.787.464	1.129.492	4.059.978	1.423.835	3.745.709	1.461.459
Fabricación de productos elaborados de metal, excepto maquinaria y equipo	3.628.562	1.438.281	3.522.038	1.453.257	2.948.466	1.298.428	2.863.038	1.195.550	2.365.497	1.036.758
Fabricación de maquinaria y equipo n.c.p.	4.116.111	1.549.201	4.149.423	1.568.104	3.154.897	1.113.140	2.917.979	1.130.379	2.571.921	957.406
Fabricación de maquinaria de oficina, contabilidad e informática	59.460	10.993	42.431	8.934	44.974	17.704	42.681	20.004	37.580	15.190
Fabricación de maquinaria y aparatos eléctricos n.c.p.	1.791.870	612.084	1.827.591	651.163	1.548.312	592.483	1.293.201	461.960	1.164.706	395.935
Fabricación de equipo y aparatos de radio, televisión y comunicaciones	1.239.147	394.154	1.245.074	329.969	1.034.446	282.032	1.171.938	301.210	839.563	183.969
Fabricación de instrumentos médicos, ópticos y de precisión y fabricación de relojes	412.796	180.607	432.208	201.263	412.798	171.270	351.586	161.298	300.168	130.356
Fabricación de vehículos automotores, remolques y semirremolques	9.047.465	2.048.613	9.395.379	1.892.768	5.761.496	1.055.002	6.283.500	1.215.989	4.670.169	1.034.032
Fabricación de otros tipos de equipo de transporte	490.248	223.480	440.555	196.009	384.586	164.582	305.654	129.344	264.245	119.233
Fabricación de muebles; industrias manufactureras n.c.p.	1.121.833	435.362	1.168.652	457.336	1.020.538	394.051	912.334	358.812	724.114	301.390

Fuente: INDEC. Encuesta Industrial Anual

Tabela 16: Remuneração e trabalho assalariado por atividade na indústria

Remuneración al trabajo y personal asalarado por rama de actividad de la industria manufacturera a dos dígitos . Años 1997-2001

Rama de actividad	Año 1997		Año 1998		Año 1999		Año 2000	
	Remuneración al trabajo		Remuneración al trabajo		Remuneración al trabajo		Remuneración al	
	Sueldos y salarios brutos	Personal asalarado						
	Miles de pesos		Miles de pesos		Miles de pesos		Miles de pesos	
Nivel general	11.700.425	858.377	12.430.457	869.393	11.808.994	824.428	11.301.500	
Elaboración de productos alimenticios y bebidas	2.841.742	233.919	3.034.375	238.612	3.031.187	234.095	2.883.292	
Elaboración de productos de tabaco	136.394	6.258	122.326	5.371	123.647	5.554	127.002	
Fabricación de productos textiles	505.655	53.174	511.045	54.974	499.909	51.448	468.302	
Fabricación de prendas de vestir, terminación y tejido de pieles	242.919	36.067	289.371	39.439	228.696	34.293	212.644	
Curto y terminación de cueros; fabricación de maletas, bolsos de mano, artículos de talabartería y guantería, y calzado	319.750	35.430	319.136	35.943	294.009	33.361	298.774	
Producción de madera y fabricación de productos de madera y corcho, excepto muebles, fabricación de artículos de paja y materiales trenzables	117.133	17.878	131.270	17.443	119.529	17.232	117.561	
Fabricación de papel y de productos de papel	407.410	29.898	415.770	28.318	393.633	27.159	389.566	
Actividades de edición e impresión y de reproducción de grabaciones	659.194	34.715	725.327	36.618	671.034	37.501	679.271	
Fabricación de coque, productos de la refinación del petróleo y combustible nuclear	317.237	7.524	318.550	7.286	333.479	7.027	330.018	
Fabricación de sustancias y productos químicos	1.842.370	74.604	1.925.938	75.048	1.820.395	71.549	1.820.187	
Fabricación de productos de caucho y plástico	543.850	43.613	579.702	44.290	551.380	41.836	527.064	
Fabricación de otros productos minerales no metálicos	491.347	37.757	504.198	36.243	485.534	35.188	433.719	
Fabricación de metales comunes	600.533	34.048	620.995	32.913	575.166	30.947	559.477	
Fabricación de productos elaborados de metal, excepto maquinaria y equipo	530.153	50.268	584.896	49.107	549.563	45.757	530.092	
Fabricación de maquinaria y equipo n.c.s.	564.180	48.483	620.912	47.674	564.893	44.603	500.273	

5.5. 1990: A DÉCADA PERDIDA PARA O BRASIL

5.6. APONTAMENTOS SOBRE A PRIVATARIA TUCANA¹⁹²

Em países europeus que passaram por governos neoliberais, como a Itália e a França, e inclusive a Inglaterra de Thatcher (país pioneiro da política neoliberal), os processos de privatização tinham um caráter de “pulverização” das ações de empresas estatais, ou seja, distribuí-las ao maior número possível de cidadãos, tornando-os acionistas de tais empresas através de inúmeros incentivos, como bônus e prêmios para quem mantivesse as ações por determinado período de tempo.

No Brasil, pelo contrário, o governo Fernando Henrique Cardoso, entregou as estatais a pequenos grupos privados, na maioria estrangeiros, a preços baixíssimos. Tal processo é claro, efetivou-se com apoio massivo da mídia brasileira, demasiadamente interessada nas privatizações. Uma intensa campanha de desmoralização das empresas nacionais foi travada, ao mesmo tempo em que se pregava a velha estória do esgotamento de recursos do Estado. A propaganda negativa auxiliou no apaziguamento da opinião pública, excetuando-se alguns setores sindicais e oposicionistas.

Outro fator agravante foi que o Estado brasileiro já tinha uma dívida com a população, de cerca de 50 a 60 bilhões de reais, referentes ao Fundo de Garantia e ao PIS/PASEP, que havia sido utilizado no financiamento de projetos diversos. Ou seja, se todos os trabalhadores brasileiros resolvessem sacar esse dinheiro, não encontrariam nada em suas contas. Um meio de quitar essa dívida seria a entrega de ações estatais à população, a exemplo de outros países. Tal idéia chegou a ser cogitada no governo de Itamar Franco, mas foi completamente descartada por Fernando Henrique Cardoso, ficando o povo sem as estatais e sem o dinheiro que já lhe cabia.

O governo insistiu que a União e os estados arrecadaram 68,7 bilhões de reais com venda das estatais, além de outros 16,5 representados pela transferência das dívidas das empresas aos compradores, num total de 85,2 bilhões. Tal argumento é falacioso, já que, com financiamentos a juros favoráveis e novos investimentos, as estatais também seriam lucrativas e pagariam suas dívidas. Com a

¹⁹² Os números mencionados no capítulo em curso foram extraídos da obra de Aloísio Biondi.

privatização, o governo perdeu sua fonte de rendas e engoliu dívidas e juros que seria forçado a pagar com o dinheiro do Tesouro. Além disso, através do BNDES, o governo concedeu subsídios estrondosos aos compradores, na forma de juros irrisórios nos empréstimos concedidos.

A política de privatizações não cumpriu outro papel anunciado: o de criar “novos motores na economia”, contratando maciçamente a indústria nacional, com investimentos gigantescos em telecomunicações, energia e transportes. O que se viu, pelo contrário foi a importação ostensiva de equipamentos, peças e tecnologia estrangeira, transferindo seus lucros, juros e dividendos, diretamente para seus países de origem. O setor mais ilustrativo de tal processo foi a telefonia, onde alguns equipamentos chegavam a utilizar 95% de peças importadas, sendo somente montados no Brasil.

Quando planejava as privatizações, o governo chegou a estabelecer limites na utilização de peças e componentes importados, mas ao longo do processo foi descartada qualquer obrigatoriedade na utilização de produtos nacionais. Prometeu-se então, financiamento aos fabricantes brasileiros, para que pudessem competir com as fábricas estrangeiras. Mas houve novo recuo, e o financiamento foi concedido às próprias empresas compradoras das teles que teriam a liberdade de escolher os fornecedores. Ou seja, nenhuma empresa nacional obteve preferência, ocasionando um rombo na balança comercial do setor de cerca de 2,5 bilhões de dólares. Soma-se ainda o déficit do setor de equipamentos classificados como eletrônicos, mas que na verdade serviam às telecomunicações.

A saída de dólares para as matrizes e fornecedoras estrangeiras atingiu a vultosa cifra de 7,8 bilhões de dólares no ano de 1998, Além disso temos o pagamento de assistência técnica e compra de tecnologia, atingindo a marca de 1,7 bilhões de dólares no mesmo ano.

O pior de tudo, é que os grupos estrangeiros não se utilizaram capitais próprios na compra das estatais, mas valeram-se de empréstimos concedidos por bancos internacionais, como o National Bank, o que contribuiu consideravelmente no aumento de nossa dívida externa. Sem falar, nos financiamentos concedidos pelo próprio BNDES, aos projetos dos compradores!

A política de privatizações foi um dos piores fatores da recessão por distintos meios. A compra de componentes no exterior, significou cortes também na utilização de matérias-primas, como plástico, borracha e metais, devastando diversos setores, com falência de fábricas e desemprego em massa. A concentração dos empréstimos do BNDES aos

compradores, implicou numa falta de crédito cada vez maior para outros setores e empresas, submetidos, além disso a taxas de juros exorbitantes.

6. A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA ARGENTINA

6.1. O NOVO PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Após décadas de destruição da economia nacional conduzida por governos neoliberais autoritários e “democráticos”, antevista por I. Rangel¹⁹³, a Argentina vem executando vigoroso projeto de desenvolvimento que reconstruiu seu parque fabril e trouxe boas perspectivas para o setor exportador.

As sucessivas vitórias eleitorais dos Kirchner explicitam seu brilhante desempenho na condução da vida econômica nacional, superando o inconseqüente plano de conversibilidade de Menem/Cavallo por intermédio de brusca desvalorização cambial, da criação de barreiras alfandegárias para proteger os segmentos industriais mais sensíveis, do provimento de liquidez às instituições argentinas e da ampliação continuada dos programas de assistência destinados às famílias de baixa renda.¹⁹⁴ Após o enorme desastre de 2001, quando a economia argentina chegou a encolher 14,7% e o desemprego atingiu 21,5% da população, a trajetória do país sofreu uma grande inflexão, com o PIB chegando a crescer 71,8% entre 2003 e 2012, a uma média de 7,1% ao ano, índice semelhante ao de Cingapura e Vietnã e muito superior ao do Brasil.

A partir da utilização da capacidade ociosa instalada durante os anos 90 (não podemos esquecer que houve grande destruição de forças produtivas), viabilizada por proteção aduaneira e cambial, o setor industrial recuperou seu dinamismo e novamente passou a ocupar um lugar de destaque na composição do PIB nacional, com algumas evidências como os setores eletro-metal-mecânico, que entre 2002 e 2007 ampliou em 130% sua produção¹⁹⁵, e calçadista, que retomou o posto de 10º maior do mundo em 2011.

“Así, mientras en el crítico año 2002 la capacidad ociosa del parque industrial de la Argentina alcanzaba a casi el 40%, porcentual que superaba el 50% en los sectores productores de bienes de consumo

¹⁹³ RANGEL, Ignacio. A liberalização argentina. **Folha de S. Paulo**. 13 de jul. 1989.

¹⁹⁴ BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Argentina Vitoriosa. **Folha de S. Paulo**. 1º jan. 2004.

¹⁹⁵ KOSACOFF, Bernardo (Org). **Crisis, recuperación y nuevos dilemas. La economía argentina 2002 – 2007**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

durable y de capital, en 2007 el grado de utilización de la capacidad instalada se aproximó a las tres cuartas partes y, por ejemplo, en el caso de los bienes intermediarios resultó aún superior... De allí que la posible continuidad de tal expansión esté cada vez más sujeta a – y/o condicionada por – la dinámica que asuma la formación de capital en el sector y la orientación de la misma.”¹⁹⁶

Entre 2002 e 2007, o percentual de participação da indústria no PIB aumentou de 19% para 25%. A situação favorável a realização de investimentos produtivos atraiu muitos capitais de grupos estrangeiros como *Tigre*, *JBS-Friboi*, *Camargo Correa* e *Bosch* e tem fomentado exportações para o Brasil, como no caso de parte das autopeças utilizadas pela *Marcopolo*.

Os novos empregos criados entre 2003 e 2011 superam a marca de quatro milhões e juntamente com a estatização da previdência e programas de assistência social, aqueceram sobremaneira o mercado interno, favorecendo a indústria nacional, contrariamente ao Brasil que consolidou mercado consumidor para importações mantendo o câmbio sobrevalorizado.

Tabela 17: Taxa de crescimento do pib e taxa de desemprego

	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB	-3	0,8	-14,7	8,7	8,3	9,2	8,5	8,7	6,8	0,9	7,5	8,9	4,6
taxa de desemprego	14	15	25	21,5	17,3	14,8	11,6	8,7	8,5	7,9	8,7	7,9	7,2

Fonte: INDEC

Conforme A. Mamigonian, a Argentina a partir de então passa por “três processos paralelos de recuperação econômica: 1) em decorrência da forte desvalorização do peso argentino frente ao dólar, as importações foram penalizadas, pois ficaram muito mais caras, enquanto as exportações foram favorecidas, o que levou ao aumento da produção pelos dois lados: produtos industriais antes importados (pisos cerâmicos, por exemplo), passaram a ser produzidos internamente, enquanto produtos agrícolas exportados (soja, por exemplo) ficaram mais baratos e tiveram a produção aumentada; 2) o governo argentino, depois de suspender o pagamento dos juros da dívida pública, teve recursos para pagar salários-desempregos de 100 US\$ para mais de dois milhões de

¹⁹⁶ AZPIAZU, Daniel; SCHORR, Martín; BASUALDO, Victoria. **La industria y el sindicalismo de base en la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Atuel, 2010, p. 32.

país de família, com a contrapartida da prestação de serviços, em gigantesca operação keynesiana, o que estimulou o consumo e conseqüentemente a produção; 3) com a desvalorização do peso argentino, uma parcela da classe média que havia guardado em casa suas economias em dólares, foi favorecida com o barateamento dos custos da construção civil frente aos seus recursos financeiros valorizados e assim aplicou maciçamente em novos imóveis. Por isso, diante do crescimento de 8,4% em 2003, o aumento da produção industrial foi de 16,3% e o da construção civil saltou para 37,6%. O fato é que, em termos reais, o PIB argentino cresceu de 28% nos últimos três anos, puxado, sobretudo pelos 50% de crescimento industrial. Diante da retomada da economia, o desemprego que havia atingido 18,2% em 2001, começou a cair e já era de 12% em 2004.”¹⁹⁷

Merecem ser mencionadas ainda importantes medidas que têm ofertado condições para manutenção do desenvolvimento como: 1) tributação das exportações agro-pastoris – largamente beneficiadas por política econômica avançada – para sustentação da desvalorização do peso argentino e ampliação de reservas cambiais (que superaram respeitáveis US\$ 50 bilhões em 2010); 2) planificação do comércio exterior (organização do arcabouço jurídico para que cada dólar importado por empresas instaladas na Argentina seja reexportado); 3) utilização do potencial ocioso interno em obras de infra-estrutura de grande envergadura (geradores *Pescarmona* no complexo hidroelétrico binacional de Yaciretá, obras de saneamento, etc.); 4) estabelecimento de preços mínimos para sustentação do agronegócio; 5) promoção política de expansão salarial; 6) derrubada das taxas de juros; 7) estatização de empresas estratégicas como YPF e 8) ampliação do percentual de investimentos com relação ao PIB.

Segundo o economista argentino A. Ferrer, “estamos en una situación muy distinta a la que prevaleció en la Argentina durante mucho tiempo. La situación económica está bajo control y gobernada, parada en sus recursos propios. Se ha recuperado un nivel de autonomía muy valioso que se había perdido desde mediados de la década de 1970, cuando se inauguró el período de endeudamiento y de sometimiento a la hegemonía neoliberal. Durante más de veinticinco años el país estuvo sometido a la tragedia de la deuda, la voluntad de los mercados y a

¹⁹⁷ MAMIGONIAN, Armen. Qual o Futuro da América Latina. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Maria Mónica (org.). **Questões Territoriais na América Latina**. São Paulo: CLACSO/EDUSP, 2005.

políticas regresivas que provocaron la venta de la mayor parte del patrimonio nacional y la insolvencia. De aquel país, que perdió el comando de su realidad y que terminó en una crisis fenomenal, a este país de hoy hay un saludable abismo. No porque el país no tenga problemas. Están los problemas históricos y algunos problemas recientes, que surgieron con el neoliberalismo, como los altos niveles de pobreza o la fragmentación del mercado de trabajo. Pero la realidad hoy es otra.”¹⁹⁸

Tabela 18: Investimento Interno Bruto(em percentagem do PIB)

Año	Total	Construcción	Equipo Durable	Eq. Durable Nacional	Eq. Durable Importado
1993	19,1	11,7	7,3	4,7	2,6
1994	20,5	12,2	8,3	4,7	3,5
1995	18,3	11,3	7,0	4,1	2,9
1996	18,9	11,4	7,5	4,1	3,4
1997	20,6	12,0	8,5	4,1	4,4
1998	21,1	12,2	8,9	4,0	4,8
1999	19,1	11,3	7,8	3,7	4,1
2000	17,9	10,8	7,1	3,3	3,8
2001	15,8	10,2	5,6	2,7	2,9
2002	11,3	7,8	3,5	2,5	1,0
2003	14,3	9,6	4,7	2,8	1,8
2004	17,7	11,1	6,5	3,2	3,3
2005	19,8	12,3	7,6	3,4	4,1
2006	21,6	13,4	8,2	3,5	4,7
2007	22,6	13,3	9,3	3,7	5,6
2008	23,1	13,0	10,1	3,6	6,5
2009	20,6	12,4	8,1	3,4	4,8
2010	22,8	12,3	10,5	3,7	6,8
2011	24,5	12,3	12,2	4,1	8,1

Fonte: INDEC

Como recuerda M. Redrado “no cabe duda de que el tipo de cambio alto favorece el despliegue exportador. Esto no sólo constituye una evidencia empíricamente observable, sino que negarlo implicaría desconocer una ley microeconómica básica, según la demanda de cualquier bien depende negativamente de su precio: a menor precio, mayor demanda. Por lo tanto, la demanda internacional de productos argentinos aumenta, tomando a los demás factores constantes, cuando éstos resultan más baratos en moneda dura, como el dólar o el euro.”¹⁹⁹

¹⁹⁸ FERRER, Aldo. Entrevista. **La nación (Bs. Aires - Argentina)**. Jun. 2012.

¹⁹⁹ REDRADO, Martín. **Exportar para crecer**. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2003, p. 22.

O setor primário contribuiu em grande medida para reconstituição da economia nacional através do aumento das exportações, facilitado tanto pela melhoria dos preços internacionais das *commodities* – em grande medida fruto de sua conversão em ativo financeiro de fundos de investimento e do crescimento da demanda internacional pela incorporação de amplos setores da população chinesa – quanto pela queda nos custos de produção propiciada pelas novas condições técnicas disponíveis. Em razão da tributação das exportações, que desencadeou protestos das camadas ruralistas²⁰⁰, foi possível a sustentação de políticas populares de subsídios do transporte coletivo urbano, a manutenção do sistema ferroviário nacional e sobretudo necessárias políticas de fomento industrial.

É mister destacar que a política de reserva de mercado dos governos Kirchner permitiu inclusive a complexificação da pauta exportadora argentina. O índice de expansão das exportações industriais foi ampliado significativamente mais que dos demais setores. Para Forcinto e Estarelles, “las exportaciones de la cadena agroindustrial, en gran medida compuestas por productos primarios, multiplicaron su ritmo de expansión y lideraron en una primera instancia la inserción exportadora como consecuencia de la elevadísima rentabilidad generada por el nuevo escenario de precios locales y las condiciones existentes en el mercado mundial. Sin embargo, las exportaciones de manufacturas de origen industrial (MOI) pasaron a ganar protagonismo de la mano de grandes incrementos en los sectores químico y petroquímico, que a su vez serán superados por los avances de la industria automotriz. De 2003 a 2007, el incremento en términos físicos de las exportaciones argentinas fue del 69% para las MOI, del 46% para los productos primarios y del 41% para las manufacturas de origen agropecuario.”²⁰¹

²⁰⁰ ORTIZ, Sebastián. **La pátria terrateniente**. Buenos Aires: Ed. Continente, 2010.

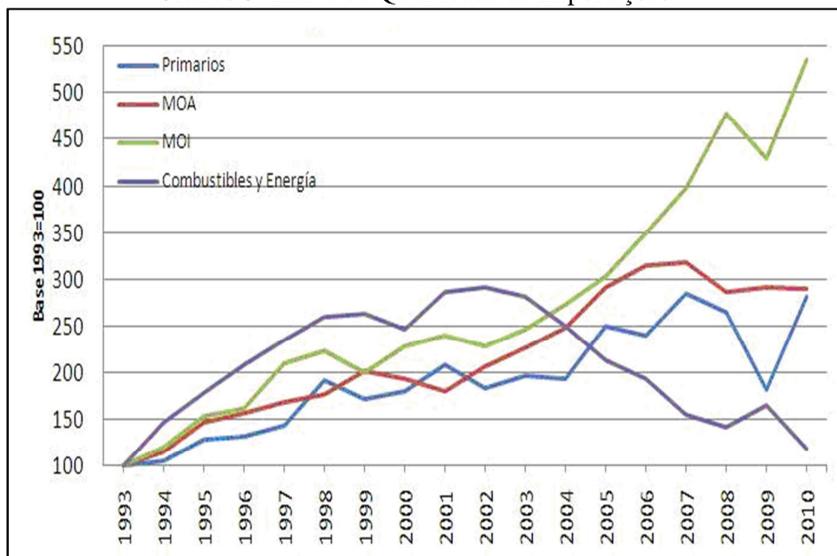
²⁰¹ FORCINTO, Karina; ESTARELLES, Gaspar Tolón. **Reestructuración neoliberal y después**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2009, p. 93.

Tabela 19: Balança Comercial Argentina

Años	Exportación	Importación	Saldo
Miles de dólares corrientes			
1993	13.117.758	16.783.513	-3.665.755
1994	15.839.213	21.590.255	-5.751.042
1995	20.963.108	20.121.682	841.426
1996	23.810.717	23.761.809	48.908
1997	26.430.855	30.450.184	-4.019.329
1998	26.433.698	31.377.360	-4.943.662
1999	23.308.635	25.508.157	-2.199.522
2000	26.341.029	25.280.485	1.060.544
2001	26.542.726	20.319.579	6.223.147
2002	25.650.599	8.989.546	16.661.054
2003	29.938.753	13.850.774	16.087.979
2004	34.575.734	22.445.281	12.130.455
2005	40.386.762	28.686.890	11.699.872
2006	46.546.203	34.153.683	12.392.520
2007	55.980.309	44.707.463	11.072.093
2008	70.018.839	57.462.452	12.556.387
2009	55.672.097	38.786.269	16.885.827
2010	68.187.207	56.792.578	11.394.629
2011	83.950.205	73.936.537	10.013.668

Fonte: INDEC

Gráfico 3: Índice de Quantidade de Exportações

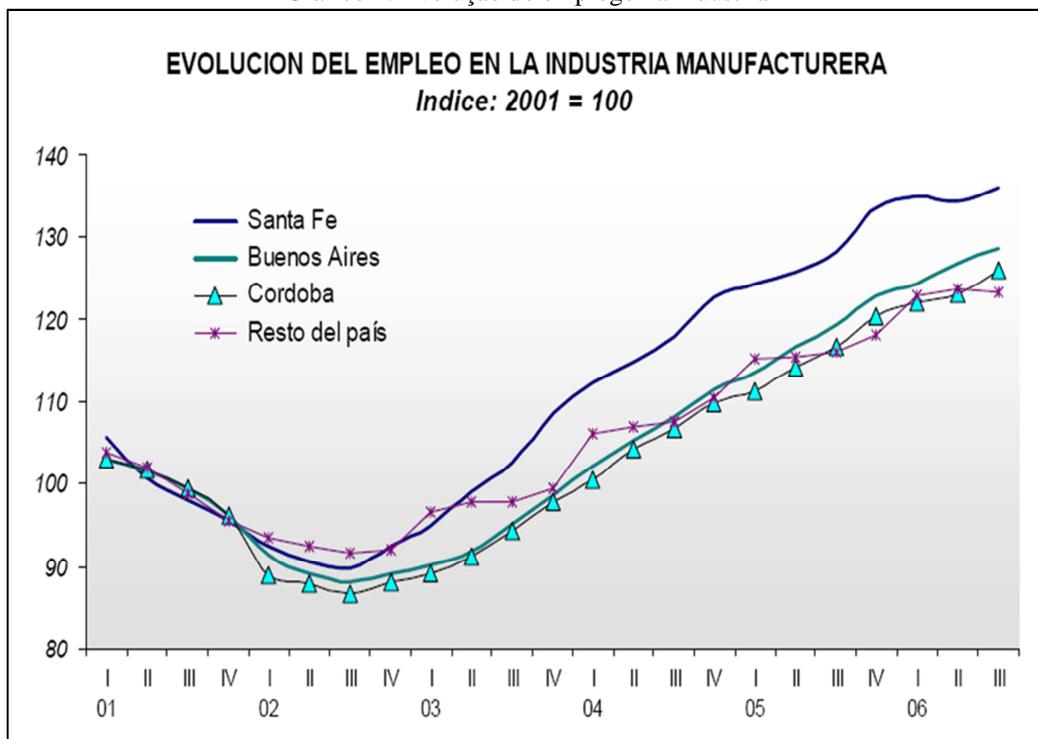


Fonte: INDEC

Em síntese, “o governo Kirchner passou a defender mais firmemente os interesses nacionais e populares: 1) a política de câmbio mantém o dólar em patamar suficiente para desestimular importações e estimular exportações, o que o Brasil não tem feito; 2) obrigatoriedade de permanência dos ingressos estrangeiros na bolsa de Buenos Aires em prazos mais prolongados, aproveitando a experiência chilena; 3) cobrança de impostos sobre exportações agrícolas, que chega a 23,5% para a soja, semelhante ao antigo confisco cambial no café no Brasil, com o objetivo de criar superávit fiscal; 4) congelamento das tarifas de serviços públicos privatizados (Suez, Telefonica, AES, etc.), que tem levado várias multinacionais à contestação judicial junto ao Banco Mundial; 5) recriação de empresas estatais como a ENERSA no setor energéticos, e acordo recente com a PDVSA, visando operar em conjunto 130 postos de combustíveis; e 6) restabelecimento da dignidade política, com a crescente condenação da ditadura militar (1976-1983), fortemente anti-popular e pró-imperialista, como também está ocorrendo no Chile.”²⁰²

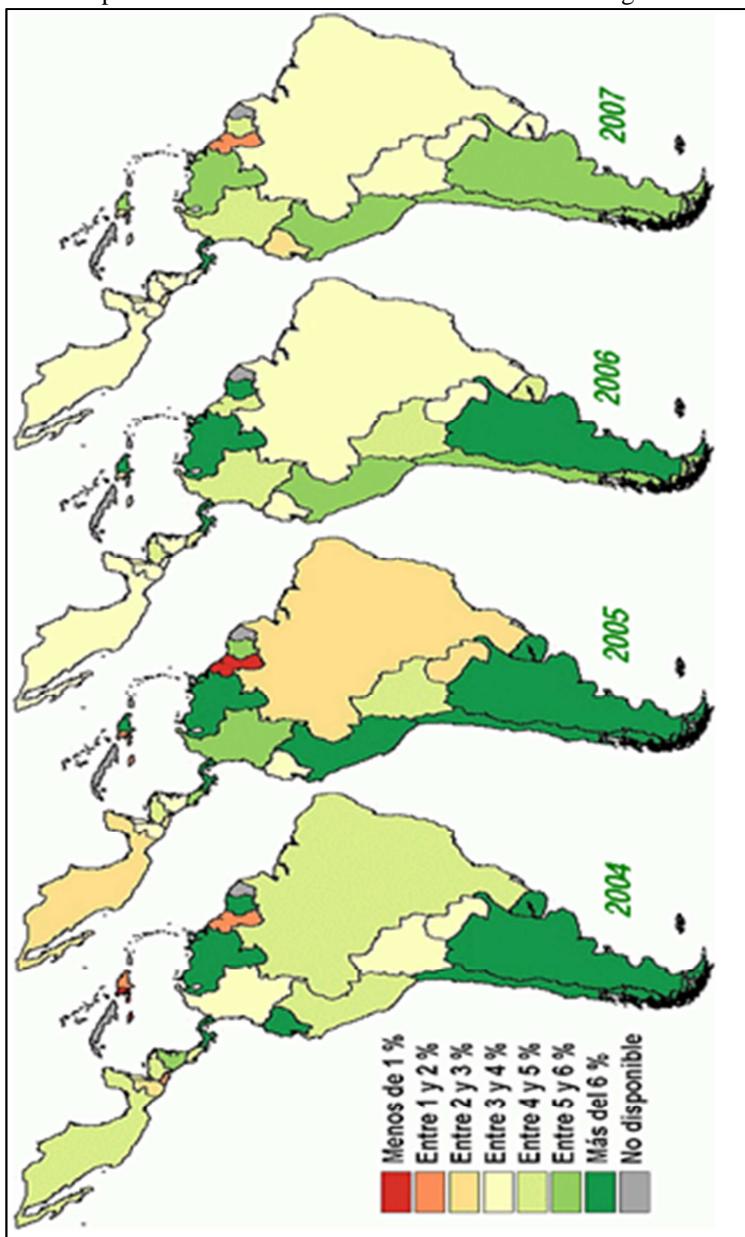
²⁰² MAMIGONIAN, Armen. Qual o Futuro da América Latina. In: Amália Inês Geraiges de Lemos; Maria Laura Silveira; Maria Mónica Arroyo (Org.). **Questões Territoriais na América Latina**. São Paulo: CLACSO/EDUSP, 2005. p. 131.

Gráfico 4: Evolução do emprego na indústria



Fonte: INDEC

Mapa 7: América Latina: crecimiento econômico regional



Fonte: CEPAL

6.1.1. O dinamismo econômico regional

No bojo da fase recessiva do 4º ciclo longo, o neoliberalismo provocou o desaparecimento de grandes grupos empresariais argentinos como *Torcuato di Tella (SIAM)*, que chegou a produzir 28.000 automóveis e 500.000 refrigeradores nos anos 1960, e *Gatic*, maior fabricante de calçados Adidas fora da Alemanha, que empregava mais de 15.000 trabalhadores em suas plantas fabris antes de sua transformação em estabelecimento de importação nos anos 1990.

Desde o período de conversibilidade também foram incorporadas por conglomerados estrangeiros muitas empresas nacionais como *Fábrica Argentina de Aviones S.A (Lockheed Martin)*, *Pecon Energia (Petrobrás) Loma Negra e Alpargatas Textil (Camargo Corrêa)*, *Quilmes (AMBEV)*, *Acindar (Gerdau)*, *Frigorífico Colônia Coroya (JBS-Friboi)*, *Milkaut (Bongrain)*, *Phoenix (Glaxo Smith Kline)*, *Trigaglia e Finexcor (Cargill)*, etc.

Todavia, importa recordar que o dinamismo empresarial argentino não foi totalmente solapado nem mesmo por uma das maiores destruições de forças produtivas provocadas pelo imperialismo no século XX, com destaque para as províncias de Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé e Mendoza, que representando 20% do território e 60% da população, respondem por 85% do PIB nacional, confirmando o elevado dinamismo da pequena produção mercantil em comparação com o latifúndio.²⁰³

Exemplifica a questão o setor de maquinário agrícola, diretamente ligado ao agronegócio exportador²⁰⁴, cujos fabricantes se

²⁰³ Ministério del Interior (2012).

²⁰⁴ “Os cultivos comerciais só constituem um fator inegavelmente positivo quando o país passou por um processo de industrialização capaz de absorver uma parte da produção. Porém, nem sempre são as próprias cidades da região que obtêm um benefício... A importância dos cultivos comerciais, quanto a urbanização, depende também do número e da importância das manipulações necessárias para dar-lhes saídas. Estas cidades se beneficiaram da presença de portos: no Brasil, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Santos; na Argentina, Buenos Aires e Bahia Blanca; no Equador, Guayaquil; além disso beneficiaram-se de um elevado nível de preços e de uma adequada distribuição de rendas, fator de que podem aproveitar-se também cidades do interior; por exemplo Rosário, na Argentina, as cidades do café ao sul do Brasil, e na Colômbia.” SANTOS, Milton. Ensaio sobre a urbanização latino-americana. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982, p. 23

distribuem principalmente nas províncias de Santa Fé (Armstrong, Las Parejas, Las Rosas, Arequito), Córdoba (Marcos Juárez, San Justo, Río Segundo), Buenos Aires (Pampa Húmeda) e somente em escala muito menor em Entre Ríos, Misiones, Tucumán, Río Negro, La Pampa, Salta, San Juan e San Luis. No caso da cadeia de autopeças, que juntamente com o setor automotriz representa 5,5% do PIB industrial argentino, Buenos Aires abriga 44% do total de empresas e Córdoba e Santa Fé 41%, com apenas 15% nas demais províncias.

Além de aplicar política econômica que beneficia o conjunto nacional, o governo Kirchner buscou minimizar essa enorme desigualdade territorial com iniciativas como a prorrogação de legislação de fomento produtivo regional de 1989 até 2023. Segundo Garcia e Rofman, “actualmente, subsisten los regímenes que otorgan beneficios a los proyectos localizados en determinadas provincias como herencia del tradicional sistema nacional de promoción industrial. Estos son los que benefician a la Provincia de Tierra del Fuego y el denominado régimen de “las cuatro provincias” que benefician a La Rioja, San Luís, San Juan y Catamarca.”²⁰⁵

A província de Buenos Aires foi responsável em 2012 por 60,4% do PIB argentino, sendo que somente a capital federal gerou 25,7% do total nacional, configurando o que M. Santos denominou de macrocefalia²⁰⁶. Além de ser um dos maiores centros financeiros latino-americanos (aglutinando mais de 70% das transações argentinas) e sediar representativa parcela do setor comercial e dos serviços de mais elevada complexidade (grandes hospitais, universidades, prestadores de serviço para a indústria, etc)²⁰⁷, a província é uma das principais regiões agro-exportadoras de todo o mundo (soja, trigo, derivados bovinos, etc).

²⁰⁵ GARCIA, Ariel; ROFMAN, Alejandro. Planificación regional: recuperación y desafíos para la agenda pública argentina. In: **Ensayo Económico** (Univ. Nacional de Colombia), nº 40, Bogotá, 2012, p. 6.

²⁰⁶ Na visão de M. Santos “a massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles propicia o desencadeamento de processos descompassados: redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, déficit no número de empregos, ocupação desordenada de determinadas regiões da cidade e estigmatização de estratos sociais, que comprometem substancialmente a segurança pública urbana.” SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004, p.306.

²⁰⁷ **Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios** (2012).

Buenos Aires, entre outras coisas, produziu do total nacional 64,4% do trigo, 32,7% da carne bovina, 32,4% da soja, 35,8% do milho, 62,2% dos pescados, 21,7% dos laticínios, bem como refinou 60,6% do petróleo. Também se destacou fabricando 55,7% dos automóveis e foi origem de cerca de 33% das exportações argentinas.²⁰⁸

O setor industrial bonaerense, que em 2010 gerou 41,6% dos empregos industriais argentinos, é sobremaneira diversificado, abarcando desde montadoras (*Ford, Toyota e Peugeot-Citroën*), grandes siderúrgicas (*Techint* – San Nicolás, etc), produção química e de maquinário agrícola até segmentos menos complexos como de alimentos, cerâmicas, vestuário, calçados, papel e celulose, etc.

Alguns dos mais significativos grupos empresariais originais de Buenos Aires são *TATSA* (fabricação de carrocerias de ônibus e caminhões), *Corporación América* (construção civil, concessões aeroportuárias e rodoviárias, produção graneleira, etc), *Macri* (alimentos, serviços financeiros, telecomunicações, autopeças, construção civil, etc), *Alpargatas Argentinas* (calçados, decorações para o lar, etc) e *El Tejar* (grãos).

Cuyo manteve sua tradição vitivinícola alicerçada em condições geográficas favoráveis (solos áridos, escassez de chuvas, grande variação de temperatura entre o dia e a noite, etc) e nas iniciativas bem-sucedidas dos imigrantes ali instalados, produzindo vinhos de alta qualidade e baixo custo, obtido com apoio de intervenções microeconômicas como a compra coletiva de insumos pelas bodegas (garrafas, rolhas, etc). Somente a produção de Mendoza, sem considerar San Juan e La Rioja, representa 70% do total nacional e atualmente é a 5ª maior do mundo, com 1200 bodegas produzindo aproximadamente 1 bilhão de litros por ano, 11 vezes mais que toda a produção brasileira (cerca de 92 milhões de litros em 2011).²⁰⁹

Também deve ser referendado o setor eletro-metal-mecânico regional, que mesmo surgindo atrelado à vitivinicultura, alçou vôos maiores e atingiu grande complexidade com empresas locais como *Dobrosky Autoelevadores* (empilhadeiras, tratores, elevadores de carga, etc), *Pescarmona* (geradores hidráulicos e eólicos, maquinário portuário, etc), *Presidente* (construção civil e industrial), *Bottino Hnos S.A* (equipamento de controle energético, etc), etc.

Completam o quadro econômico de Cuyo as refinarias que exportam combustíveis aproveitando favorável localização nas

²⁰⁸ **Ministério del Interior** (2012).

²⁰⁹ **Ministério del Interior** (2012).

proximidades de portos chilenos, bem como as produções de azeitonas (destaque para La Rioja), frutas (peras, etc) e hortaliças. O conjunto da produção regional foi favorecido pelo novo regime cambial que fomentou exportações e protegeu o mercado interno, fazendo com que o PIB de Mendoza, estacando entre 1993 e 2002, fosse ampliado em quase 100% até 2009.²¹⁰

O parque fabril de Córdoba é um dos maiores e mais importantes da América Latina, concentrando parte importante da indústria automotriz instalada na Argentina. A região abriga grandes unidades fabris das empresas *Renault*, *Fiat-Iveco* e *Volkswagen*, plantas siderúrgicas (*Ternium/Siderar* – San Luis, etc) e cadeia de fornecedores de autopeças, além de muitas empresas ligadas à produção de calçados, cerâmicas, têxteis e alimentos, com destaque para *Arcor*, que na Argentina em 2010 arrecadou mais que *Danone*, *Nestlé* e *Kraft Foods* juntas, sendo o maior grupo cordobês em patrimônio e o 16º de todo o país em faturamento (incluindo empresas estrangeiras). O grupo possui 40 fábricas de alimentos (doces, etc) na América Latina, que atendem os mercados nacionais e exportam para todo o mundo, sendo um dos 50 fornecedores estratégicos da mega-rede estadunidense de supermercados *Walmart*.²¹¹

Poderosas empresas ligadas ao agronegócio possuem Córdoba como uma de suas principais plataformas de produção e processamento, sendo as principais *Aceitera General Deheza* (2ª maior empresa de capital cordobês em termos patrimoniais)²¹², *Compañia Argentina de Granos* (grupo cordobês com 40 unidades de processamento de grãos e 90 centros de distribuição em toda a Argentina), *Sancor* (cooperativa de laticínios 100% argentina com operações na China e no Brasil), *Bunge*, *Monsanto*, etc.

Destacam-se ainda grandes construtoras locais como *Roggio*, *Minetti* e *Grupo Electroingenieria*, que realizaram obras por toda a Argentina e têm conseguido avançar para outros países sul-americanos. *Grupo Eletroingenieria*, 11º maior empresa de Córdoba, com atuação em Bolívia, Paraguai e Venezuela, foi responsável por obras como a interconexão elétrica patagônica, parte da ampliação da hidroelétrica Yaciretá e outras usinas térmicas na Argentina. O grupo *Minetti*, 12º maior de Córdoba, possui nove unidades fabris instaladas nas províncias

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Ranking de las empresas de Córdoba. In: **Revista Punto a Punto**, Córdoba, 2010.

²¹² Idem.

de Córdoba, Santiago del Estero e Corrientes que abastecem 37% do mercado nacional de cimento, além de operações elétricas, moinhos e construções. *Roggio*, 25º colocado no ranking de empresas cordobesas, executou recentemente 25 mega-obras no cone-sul e tem atuação nas áreas de saneamento, transporte de carga e concessões rodoviárias.²¹³

A província de Santa Fé, com destaque para os aglomerados urbanos de Rosário e Santa Fé-Paraná (Entre Ríos), concentra 20% da indústria metal-mecânica e considerável parcela do agronegócio argentino (88,2% dos óleos vegetais, 20% da soja, 28% dos laticínios, 10% do trigo, 12% da carne bovina, etc). Abrigando montadora da *General Motors* (Alvear/Rosário), a província, assim como Córdoba, igualmente possui diversificado setor de bens de consumo, produtores de autopeças, siderurgias de grandes dimensões (*Belgo*, *Ternium* e *Gerdau* – Rosário, etc) e dinâmicos fabricantes de maquinário agrícola que têm conseguido inclusive inserção no mercado brasileiro.²¹⁴

Grupos locais como *Mattievich* (2º maior frigorífico instalado na Argentina com unidades produtivas em 11 províncias, atrás apenas de *JBS-Friboi*), *Ombú* (produção de embolsadoras, extratoras de grãos, etc, com presença no Brasil e no Uruguai) e *Du Maire* (produção de semeadoras, etc, com unidades fabris na Argentina e no Brasil e exportações para Venezuela) são fortes destaques nacionais. O grupo *Helvética*, originado em 1904 por modesto imigrante suíço, foi pioneiro na fabricação de carrocerias biarticuladas para caminhões no Cone Sul e atualmente produz mais de 10 tipos de carrocerias (térmicas, graneleiras, etc) para Argentina, Brasil, Chile e Paraguai.

Somente em Rafaela, terceira maior cidade da província com aproximadamente 100.000 habitantes, existem mais de 100 estabelecimentos metal-mecânicos (tanques térmicos, compressores, etc), dos quais 15% angariaram faturamento anual entre US\$ 1.500.000 e US\$ 5.000.000 e 20% entre US\$ 350.000 e US\$ 1.500.000 nos últimos anos, subcontratando empresas de menores dimensões para parte do processo produtivo.

A ampla região patagônica, abarcando as províncias de Chubut, Neuquén, Rio Negro, Santa Cruz e Terra do Fogo, possui cerca de 5% população e 5,7% da economia nacional, com mais de 30% das terras de uso agro-pecuário e 84% da extração de petróleo e gás. A Patagônia

²¹³ Idem.

²¹⁴ **Ministério del Interior** (2012).

Argentina possui forte protagonismo na produção de frutas de clima temperado (maças, peras, pêssegos, etc), pescados, lã, etc.²¹⁵

Na província de Neuquén, mais importante da região, concentram-se a maioria dos grandes pomares frutíferos, unidades de extração de petróleo e gás (47,6% do total nacional), hidroelétricas e diversificada indústria de bens de consumo (sucos, têxteis, cerâmicas, plásticos, madeireira etc). Chubut, Rio Negro e Santa Cruz se destacam na pecuária, fruticultura, exploração florestal e extração de petróleo e gás, além de possuir moderno setor pesqueiro e forte exploração mineral (ferro, zinco, prata, etc).²¹⁶

A Zona Franca do Ushuaia (Tierra del Fuego), no extremo-sul continental, foi fundada em 1958 e ampliada por lei de promoção industrial de 1972, representando um vitorioso esforço governamental de industrialização de uma área longínqua e periférica. A zona franca, favorecida pela recente tributação da importação de eletrônicos, produz auto-peças, televisores, celulares, equipamentos de microondas, aparelhos de som, têxteis, etc e acolhe grandes empresas como *Samsung, Lenovo, Nokia e Philips*.²¹⁷

Salta e Tucumán são geradoras de metade do PIB total das sete províncias do Norte argentino (Catamarca, Chaco, Formosa, Jujuy, Salta, Santiago del Estero e Tucumán), abrigando unidades siderúrgica oriundas de antigos planos de descentralização econômica, setor de bens de consumo simples e mesmo mediano pólo metal-mecânico potencializado com instalação de montadora *Scania* em Tucumán (1976). O conjunto regional possui representativa força na produção de petróleo, cana-de-açúcar, tabaco, vinhos, frutas cítricas, minérios, etc

A região, tradicionalmente latifundiária, teve seu desenvolvimento capitalista em boa medida ancorado em capitais estrangeiros ou de outras localidades argentinas como Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé, sendo uma das fronteiras agrícolas desbravadas a partir do último quartel do século XX.

Misiones e Corrientes são importantes núcleos de extração florestal (pinus e eucaliptos), abrigando grandes fabricantes de papel e celulose como *Papel Misionero, Alto Paraná S.A e Puerto Piray*.

²¹⁵ Ministério de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios (2012).

²¹⁶ Ministério del Interior (2012).

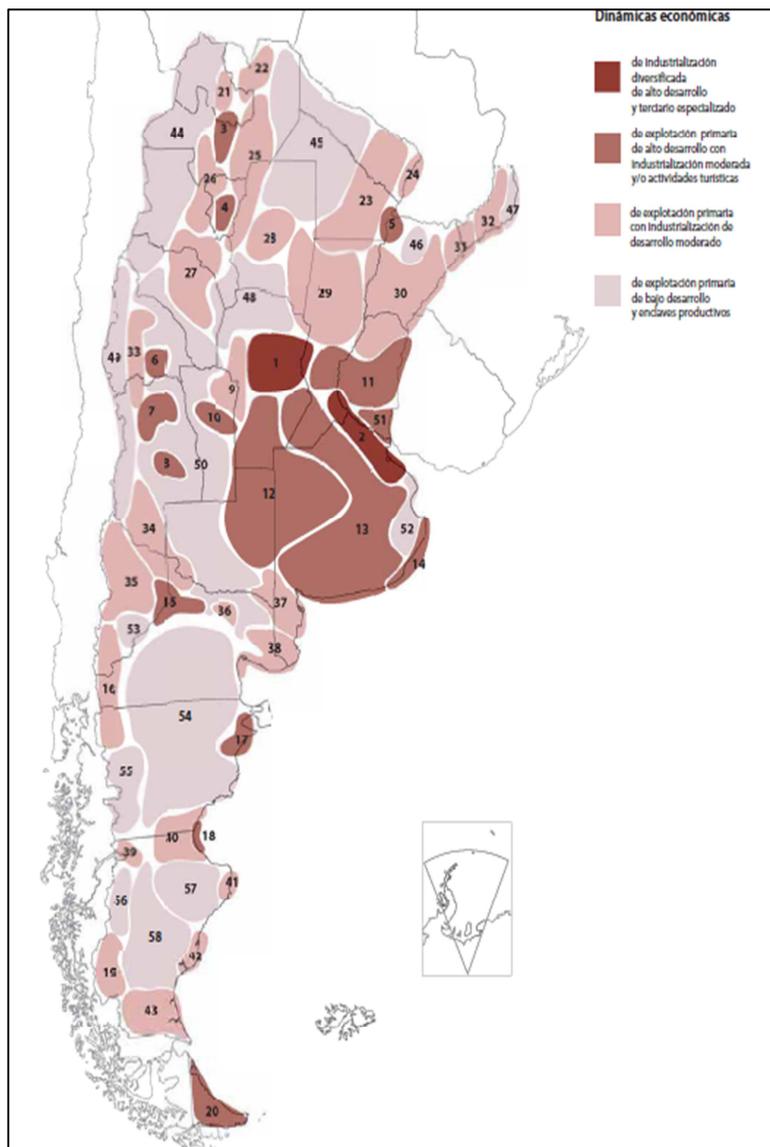
²¹⁷ Com a tributação dos eletrônicos importados e a instalação de novas empresas como *Sony e Hewlett-Packard* em Tierra del Fuego, a fatia da região no mercado doméstico de celulares e telas de cristal líquido para computadores disparou de 2% e 0%, respectivamente, em 2008, para 81% e 88% em 2011.

Ademais, as duas províncias possuem destaque na produção de gado, erva-mate, frutas cítricas, tabaco, soja e arroz, com várias indústrias de bens de consumo simples ligadas aos cultivos regionais (bebidas, alimentos, etc).

Por fim, como bem destaca A. Garcia, “se hace necesario *reconstituir el sistema bancario*, para que este financie la consolidación de las franjas productivas insertadas marginalmente en los circuitos productivos. La banca privada tendrá la obligación de acompañar este proceso en la medida que la política crediticia se extienda al conjunto de las actividades productivas en cada región... Así, en la política bancaria tendrán que figurar el subsidio a las tasas de interés, el otorgamiento de redescuentos oficiales, la fijación de cupos obligatorios de recursos monetarios destinados a actividades declaradas prioritarias o de alto contenido social y la determinación de regiones favorecidas para líneas de financiamiento específicas.”²¹⁸

²¹⁸ GARCIA, Ariel ¿Un nuevo ciclo para la planificación regional? El caso de seis economías regionales argentinas. In: IX Coloquio Internacional de Geocritica, Porto Alegre, 2007.

Mapa 8: Dinâmicas Econômicas Regionais



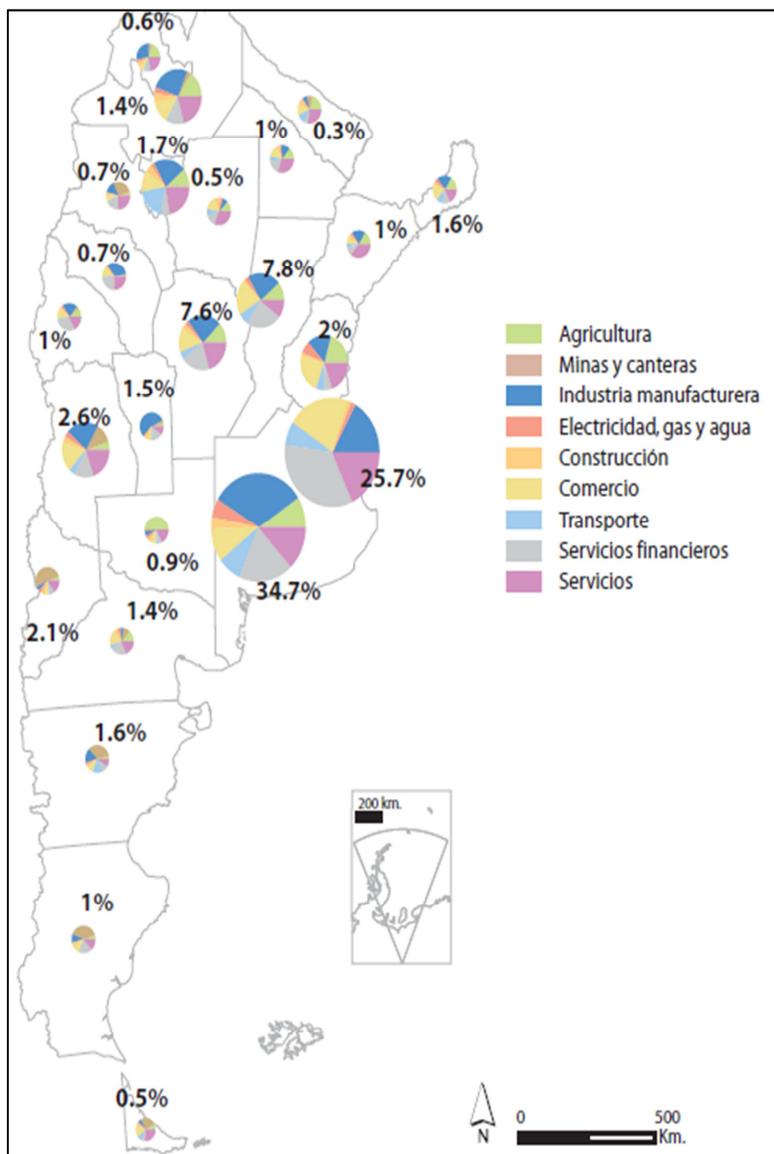
Fonte: Ministério de Planificação Federal, Inversão Pública y Servicios (2012)

Tabela 20: Dinâmicas Econômicas Regionais

Nº / CLASE	ZONAS	CARACTERIZACIÓN	Nº / CLASE	ZONAS	CARACTERIZACIÓN
1	Centro de Córdoba	Área de alto grado de industrialización diversificada y de concentración de servicios	28	Centro de Santiago del Estero	Área agro-productiva (hortícolas, algodón)
2	Corriente Industrial Nódos La Plata-Rosario	Área de alto grado de industrialización diversificada, de concentración de servicios y comercio minorista	29	Llanura Chaqueña Nímedes sur	Área agro-productiva (oleaginosas, granadera, arroz). Producción de carbón.
3	Nódos Salta y Jujuy	Área de industrialización (textil, tabaca, papeleras, químicas) del NOA	30	Neopampeana central	Área agro-productiva (triticos, arroz, granadera mixta). Moderado desarrollo agroindustrial
4	Nodo Tucumán	Centro de agro-industrialización (textil y derivados, químicos) del NOA. Industria automotriz.	31	Suroeste Misiones y nordeste Corrientes	Área agro-productiva (yerba mate, madera, granadera). Moderado desarrollo agroindustrial
5	Nodo Corrientes y Resistencia	Principal centro de agro-industrialización (tabaca, textil, textilinas) del NEA	32	Centro-Oeste Misiones	Área agro-productiva. Moderado desarrollo agroindustrial (maderera, papeleras, yerba mate, té, tabaca)
6	Oasis del Gran San Juan	Oasis de riego frutí-hortícola con agro-industrialización (alimentos y alcohol)	33	Valles San Juan y Mendoza	Franja agro-productiva de bajo desarrollo (frutí-hortícola)
7	Oasis Mendoza Norte	Oasis de riego frutí-hortícola (vid y otros) con alto grado de agro-industrialización (alimentos, alcohólica, envasados)	34	Pampeana y valle superior Río Colorado	Área de explotación minera e hidrocarburos - Moderado desarrollo cultivos bajo riego
8	Oasis Mendoza Centro (San Rafael-God. Alvariz)	Oasis de riego frutí-hortícola con agro-industrialización (alimentos)	35	Centro-Norte Neuquén	Área granadera (vinos-capiros extensivos)
9	Franja turística Córdoba y San Luis	Área turística de relevancia nacional	36	Valle Medio Río Negro	Oasis de riego de moderado desarrollo (frutí-hortícola)
10	Corriente Industrial Nódos Mendoza San Luis	Franja con industria manufacturera (promoción industrial)	37	Valle inferior Río Colorado	Llanura agro-productiva (cereales, bovinos) de moderado desarrollo
11	Centro de Entre Ríos y de Santa Fe	Franja de desarrollo agro-productivo (bovinos, químicos, oleaginosos, cereales) y concentración industrial	38	Valle inferior Río Negro	Oasis de riego frutí-hortícola de bajo desarrollo y turismo costero
12	Llanura pampeana oeste	Área agro-productiva (bovinos, cereales, oleaginosos) de moderado desarrollo. Incipiente grado de industrialización	39	Valle Los Antiguos	Área agro-productiva (fruta fina)
13	Llanura pampeana este	Principal área agro-productiva (bovinos, cereales y oleaginosos) de alto desarrollo. Centros industriales	40	Área petrolera Candelero Fladriera	Alto desarrollo explotación hidrocarburos
14	Faja turística bonaerense	Faja costera turística de relevancia nacional	41	Nodo Puerto Deseado	Centro de explotación pesquera
15	Oasis del Alto Valle de Río Negro y Neuquén	Oasis de riego frutí-hortícola. Alto nivel de industrialización (envasados, concentrados, vitivinicultura)	42	Nodo San Julián-Santa Cruz	Área de explotación pesquera y servicios mineros
16	Franja cordillerana norte patagónica	Área mixta. Turismo internacional y producción de fruta fina	43	Sur de Santa Cruz	Área granadera (vinos extensivos) y explotación hidrocarburos
17	Valle inferior del río Chubut	Área mixta con industria manufacturera (aluminia, textil, pesca y turismo internacional)	44	Cordillera Norte (Pura)	Área productiva pecuaria (ganadería extensiva: caprina y camélfidos), Salines.
18	Nodo Candelero-Fladriera	Centro de servicios, distribución y administración de la Cuenca hidrocarbúrea Golfo San Jorge	45	Chaco Seco	Área agro-productiva (alvo-pastor) de bajo desarrollo. Incluye petroleras. Intensa economía de subsistencia
19	Franja cordillerana sur patagónica	Área turística de relevancia internacional	46	Extremo del Berá-Corrientes	Área agro-productiva de muy bajo rendimiento. Reservas naturales.
20	Tierra del Fuego	Área mixta industria manufacturera (promoción industrial), turismo internacional y explotación hidrocarburos	47	Nordeste de Misiones	Área agro-productiva (forestal) de bajo desarrollo. Reservas naturales.
21	Cordillera de Humahuaca	Área turística. Producción artesanal (tejidos, cosechables)	48	Sur Santiago del Estero-Norte Córdoba	Área productiva pecuaria (granadera extensiva) de bajo desarrollo
22	Tortugá-Orán	Área agro-productiva (textil, pasta, soja). Moderado grado de agro-industrialización y explotación hidrocarburos	49	Alta cordillera cispina	Franja con actividades turísticas y mineras
23	Llanura chaqueña Nímedes norte	Área agro-productiva. Moderado desarrollo agroindustrial (textiles, maderera, algodón)	50	Franja Ancha centro-oeste	Área productiva pecuaria (granadera extensiva) de muy bajo rendimiento
24	Nodo Curvidé -Formosa	Franja con moderado desarrollo agroindustrial (textiles, maderera)	51	Delta entrerriano	Área agro-productiva (frutí-hortícola) de bajo rendimiento. Pesca.
25	Umbrales al Chaco	Franja agro-productiva (cereales, oleaginosos)	52	Baño Samborombán-Buenos Aires	Área agro-productiva (cereales, granadera) de bajo rendimiento
26	Valles y serranías Sur de Salta y norte de Catamarca	Franja agro-productiva (alimentos, especias, hortícolas). Moderado desarrollo agroindustrial. Minería.	53	Luz Calandera (Centro-Sur Neuquén)	Área productiva pecuaria (caprino, ovino) de muy bajo desarrollo
27	Sur de Catamarca	Franja agro-productiva. Moderado desarrollo agroindustrial (alcohólica, ceramtercera, vitivinícola)	54	Centro Sur Río Negro y Centro Chubut	Área agro-productiva (vinos extensivos) de moderado desarrollo
			55	Franja cordillerana de Chubut	Área agro-productiva (granadera ovina y bovina) de moderado desarrollo
			56	Franja cordillerana central Santa Cruz	Área productiva pecuaria (granadera bovina y ovina) y actividades turísticas
			57	Misión del Deseado-Santa Cruz	Área productiva pecuaria (vinos extensivos) de bajo a muy bajo rendimiento. Minería
			58	Centro de Santa Cruz	Área productiva pecuaria (vinos extensivos) de bajo a muy bajo rendimiento

Fonte: Ministério de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios (2012)

Mapa 9: Composición setorial e percentagem de participação provincial no pib nacional



Fonte: Ministério de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios (2012)

6.1.2. Investimentos em infra-estrutura

Em decorrência da redução dos investimentos provocada por governos neoliberais, que servilmente direcionaram volumosos recursos para o pagamento de juros de suas dívidas internas e externas, as infra-estruturas tornaram-se um dos grandes nós-de-estragulamento das economias latino-americanas, prejudicando a competitividade da indústria e do setor primário-exportador.

Para superar o problema herdado, o novo projeto desenvolvimentista em curso na Argentina viabilizou o aumento dos fluxos internos e a ampliação das exportações favorecida pelo contexto internacional, alongando o perfil da dívida externa e utilizando capacidade instalada na indústria nacional (*Pescarmona, Roggio, Eskenazi*, etc) para a realização de obras fundamentais em todas as regiões, em boa medida por intermédio do sistema de parcerias público-privadas (I. Rangel).

Em termos de geração energética, a matriz térmica proporcionava cerca de 51% do total nacional, sendo seguida pela hidráulica com 42%, nuclear com 6% e energias alternativas com 1%. Cerca de 80% do produzido pelas centrais termelétricas funcionava a base de gás natural. A região metropolitana de Buenos Aires respondia por 40% do total da demanda energética do país. O transporte de gás se realizava via rede de gasodutos insuficiente para conectar as áreas de produção com os centros de consumo e, em consequência disso, a região metropolitana de Buenos Aires e as adjacências dos gasodutos contavam com boa disponibilidade do insumo, enquanto que as demais regiões sofriam com déficits energéticos constantes.

Yaciretá, usina binacional no Rio Paraná que responde por 44% da hidroeletricidade argentina, cuja construção foi iniciada em 1973 por J. D. Perón, passou por obras ligadas à ampliação da capacidade de retenção de água e à ativação e modernização de seus geradores. O resultado dos investimentos foi a elevação da produção de 12.149 GWh para 16.738 GWh no período de 2004 a 2009, sendo que a capacidade instalada atingiu a marca de 19.600GWh/ano, significando 15% do total energético nacional. As inundações provocadas pela usina demandaram vários investimentos rodoviários localizados nas províncias de Misiones e Corrientes, melhorando a infra-estrutura de um importante corredor de transporte de cargas para o Brasil (duplicações, pontes, construção de nova rodovia margeando o Rio Paraná, etc).

A modernização da Central Nuclear Embalse (Córdoba) objetivando aumentar em 6% sua capacidade, a conclusão das obras de segurança da Usina Nuclear Atucha II (Buenos Aires), a criação de estrutura de aproveitamento energético do Rio Caracoles (San Juan), a ampliação da capacidade das centrais termoelétricas Manuel Belgrano (Buenos Aires) e Timbués (Santa Fé) e a construção do gasoduto “transmagallánico”, conectando as províncias de Tierra del Fuego e Santa Cruz, são algumas das principais obras encaminhadas pelos governos Kirchner.

Ainda no campo energético, está em licitação a ampliação do complexo hidroelétrico Condor Cliff – La Barrancosa, na província de Santa Cruz, o qual terá capacidade de cerca de 5.100 GWh/ano (3º maior da Argentina). Está sendo cogitado para execução e gerenciamento da usina consórcio formado pelas empresas *Camargo Correa* (Brasil), *Corporación América*, *Pescarmona (IMPESA)* e *Panedile Argentina S.A.*

Na Bacia do Rio Salado (Buenos Aires), as obras de controle de inundações, criação de canais de abastecimento para propriedades rurais, recuperação de margens, etc, projeta ampliar em até 5% a produção agrícola provincial e beneficiar direta ou indiretamente contingente de mais de 500.000 habitantes.

No ano de 2004 a Argentina possuía uma rede de estradas que alcançava 500.000 km. Aproximadamente 70.000 km estavam pavimentados, apesar do tempo médio de uso sem grandes reformas ser de 25 a 30 anos. Elevado percentual dessas infra-estruturas estava em condições de intransitabilidade ou com problemas de capacidade de carga, prejudicando acessos urbanos e portuários. Se estima que mais de 80% dos carregamentos de mercadorias atravessavam o país pelas autoestradas, 8% pelas ferrovias e os 12% restantes se distribuíam entre os modais aquaviário e aéreo.²¹⁹

A conexão física de áreas isoladas e a maior articulação regional são dois dos principais propósitos dos investimentos rodoviários efetivados pelos Kirchner. De 2002 a 2009 a rede nacional pavimentada cresceu 10% e os investimentos cresceram de 500 milhões de pesos para 8,3 bilhões de pesos.²²⁰

²¹⁹ MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN, INVERSIÓN PÚBLICA Y SERVICIOS. **PLAN ESTRATEGICO TERRITORIAL BICENTENARIO (1816-2010-2016)**. Buenos Aires, 2010.

²²⁰ Idem.

Os investimentos rodoviários de maior envergadura em curso na Argentina estão na Autopista Rosário-Córdoba (pavimentação, duplicação, criação de acessos, iluminação, etc), corredor pelo qual atravessa 70% do PIB argentino, na Autopista Luján-Mercedes (transporte de grãos para o porto de Buenos Aires) e na grandiosa Ruta Nacional nº 40 (mais de 5.000 km), que corta o país de norte a sul margeando a cordilheira dos Andes (100 obras localizadas em execução).

A rede ferroviária nacional contava em 2004 com 28.841 km em contraste com os 43.938 km que havia alcançado em 1957, produto do fechamento de inúmeros ramais na década de 1990. Sua operação permanece fortemente condicionada à fragmentação do sistema provocada por distintas concessões, às deficitárias infra-estruturas, ao deterioramento dos trens e à ocupação desordenada do espaço ferroviário.

As maiores ferrovias atingidas por programas de investimento foram Ferrocarril Belgrano Cargas (conexão Chaco-Rosário) e Caballito-Moreno (Buenos Aires), embora seja necessário destacar que vários ramais somente mantiveram-se em funcionamento, mesmo que precarizado, em decorrência de volumosos subsídios governamentais (ramal Posadas/Garupa-Buenos Aires, por exemplo).

O transporte fluvio-marítimo, também em 2004, movimentava mais de 15% das cargas destinadas ao mercado externo. Um total de 118 portos forma o sistema nacional de transporte aquaviário, dos quais 25 eram marítimos, 70 fluviais e outros 23 lacustres situados nas províncias de Neuquén, Rio Negro e Chubut. Do ponto de vista da utilização do serviço portuário era possível a identificação de três regiões diferenciadas: 1) a região patagônica, de fácil acesso ao litoral e com profundidades aptas à existência de amplas instalações portuárias; 2) a região norte, sem acesso a saídas marítimas; 3) a região central, onde estava localizada 90% da indústria argentina, com múltiplas saídas diretas aos portos fluviais e marítimos. No que tange à conectividade fluvio-marítima o destaque fica com a hidrovia de gestão público-privada Paraná-Paraguai, principal via navegável do país que ocupa o quarto lugar mundial em termos de movimentação.²²¹

O transporte aéreo argentino conta com um total de 57 aeroportos, dos quais 33 operam voos nacionais e regionais e 24 operam voos internacionais. O sistema opera com graves problemas como a precariedade das instalações e a deficiência dos serviços. Grandes

²²¹ Idem.

aeroportos muitas vezes conectavam apenas cidades de grande porte sem integrar por completo o território nacional, situação que pretende ser revertida via concessões à iniciativa privada.

Em matéria de provisão dos serviços básicos, se estima haver alcançado a marca de 80% de lares atendidos com água potável e 51% com rede de tratamento de esgoto. Dentro do processo de renegociação das concessões dos anos 1990 foi rescindido o contrato com a empresa Aguas Argentinas e criada a Estatal AySA, responsável pelo setor de água e saneamento de Buenos Aires e outras 17 cidades conurbadas, atingindo praticamente 100% de atendimento. Está em fase de implementação o projeto de recuperação ambiental da bacia Matanza-Riachuelo (Buenos Aires), que contará com o saneamento gradual do rio e beneficiará mais de três milhões de habitantes da região.

No que tange a realização de melhorias nas infra-estruturas das grandes e médias cidades argentinas, destacam-se a ampliação da rede de saneamento (Buenos Aires, Córdoba, Mar del Plata, Posadas, etc), a reforma de diversas escolas e hospitais, diversas revitalizações arquitetônicas, etc. O aglomerado urbano da capital federal, considerado pela ONU em 2011 o 12º maior do mundo, foi beneficiado com ampla reforma de seu sistema metroviário, com praticamente todos os antigos vagões sendo substituídos por novos e a construção de duas novas linhas por consórcio capitaneado pelo grupo cordobês *Roggio*. Além disso, a política habitacional implementada na última década permitiu que mais 8% da população argentina ascendesse a condição de detentora de moradia digna, com mais de 700 mil habitações populares sendo construídas ou financiadas pelo governo.²²²

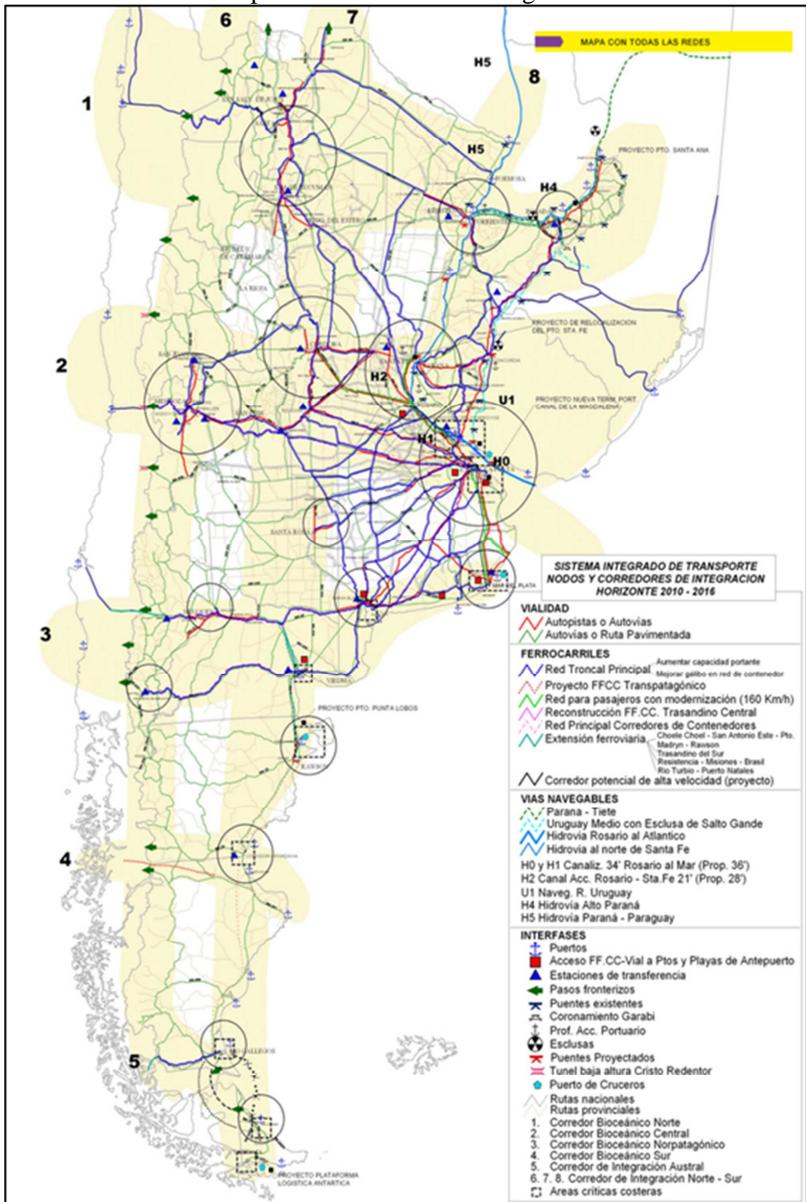
²²² Idem.

Tabela 21: Investimentos em Infra-Estrutura
(em milhões de pesos argentinos)

ANO	TOTAL	NOVAS OBRAS	CONSERVAÇÃO
2006	3.470,9	3.224,6	246,3
2007	4.288,4	3.928,8	359,6
2008	6.009,0	5.514,2	494,8
2009	6.966,1	6.311,2	654,9
2010	9.228,8	8.249,1	979,7

Fonte: INDEC

Mapa 10: Infra-estructuras Argentinas



Fonte: Unión Industrial Argentina (2013)

6.2. O DESENVOLVIMENTISMO ARGENTINO ESTÁ ESGOTADO?

A indústria argentina cresceu 234% entre 2003 e 2013, sendo que o setor de bens duráveis alcançou a impressionante marca de 296% de expansão. Em 2011 se atingiu um recorde de investimento de 24,5% do PIB, 50% dos quais (12,2% do PIB) correspondendo a equipamentos duráveis. Ainda no período entre 2003 e 2013, os lucros da indústria argentina foram ampliados em 790% e o salário médio dos trabalhadores fabris em 1258%.²²³

A política econômica apresentada no subcapítulo 5.1, da qual resulta o positivo quadro industrial supracitado, está sendo objeto de novas críticas de economistas ortodoxos e setores da grande imprensa latino-americana. Seus questionamentos ao desenvolvimentismo argentino em boa medida são derivados de algumas estatísticas dos últimos anos, que inclusive incitaram críticos menos pacientes (D. Cavallo, etc.) a falarem em “esgotamento do modelo”.

Dentre as estatísticas negativas mencionadas para atacar o governo argentino está a de que entre 2003 e 2010 a taxa de crescimento do emprego fabril foi de cerca de 4% ao ano, caindo para 3,1% em 2011, 1,1% em 2012 e 0,5% em 2013, sendo que a expansão do setor industrial haveria despencado de 12,6% em 2010 para 7,2% em 2011, - 2,5% em 2012 e 1,4% em 2013.²²⁴ Também se configura como objeto de questionamentos a utilização de reservas cambiais para saldar dívidas, com as mesmas caindo de US\$ 52,6 bilhões em janeiro de 2011 para US\$ 29,06 bilhões em janeiro de 2014.²²⁵

Como retro afirmado, a expansão econômica e a manutenção de estado de bem-estar social na Argentina estão intimamente ligadas ao setor primário exportador, que por sua vez responde às oscilações internacionais de demanda e de preços. No ano de 2013, segundo o INDEC, mais de 60% das exportações argentinas foram compostas de commodities e manufaturas de origem agropecuária.

As exportações argentinas foram triplicadas no lapso temporal de 2003 a 2010 (GRÁFICO 6) tanto pelo favorável cenário externo quanto pela política de desvalorização cambial que tornava o país mais

²²³ UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA. Evolución reciente de la industria: salarios, empleos y política industrial. Buenos Aires, março de 2014.

²²⁴ Idem.

²²⁵ PALÁCIOS, Ariel. Após crise cambial, reajuste de preços ameaça Argentina. O Estado de S. Paulo, 27 jan. 2014.

competitivo, o que permitiu a criação de elevadas reservas cambiais. No período mencionado, a alta das commodities fez com que economistas como A. Barros de Castro apontassem para a ideia de “inversão dos termos de intercâmbio”, que estaria auxiliando os países periféricos.

No período entre 2011 e 2013, no entanto, as exportações da nação platina ficaram estabilizadas no mesmo patamar (GRÁFICO 6), o que exigiu do governo Kirchner a utilização das reservas cambiais para intervenções no mercado de capitais, pagamentos de dívidas, sustentação de política de subsídios e realização de investimentos. Graças a estas iniciativas foi possível ao país sustentar o modelo substitutivo de importações e garantir a manutenção de razoável taxa de crescimento do PIB (mais de 3% em 2013) mesmo em contexto mundial menos favorável.

“O preço pago pelo governo para que o poderoso setor agroexportador se comprometesse a liquidar uns dois bilhões de dólares em fevereiro (2014) foi a desvalorização que aumentou consideravelmente as receitas do setor. O governo aumentou essa medida com um aumento das taxas de juros para atrair a poupança em pesos e com uma nova normativa para que os bancos não possam ter ativos em moeda estrangeira superior a 30%, o que obrigou as entidades a começar a se desprender do “verde”, um dos tantos apelidos que a dolarizada cultura argentina deu para a moeda norte-americana.”²²⁶

A estabilização do crescimento do setor industrial nos últimos anos, atingido por dificuldades no balanço de pagamentos, está sendo trabalhada pelo Estado argentino, que enrijeceu ainda mais suas barreiras alfandegárias e projeta ampliar os esforços de substituição de importações para o setor de bens de capital, que está muito aquém ao de economias como a brasileira e a chinesa. Quanto ao ritmo de expansão do emprego industrial, interessa destacar que a Argentina atingiu um nível de desemprego muito baixo, considerado hodiernamente como pleno emprego, e naturalmente ocorre adaptação das oscilações.

Para minimizar os efeitos da inflação desencadeada pela dificuldade de importação de alguns produtos, o que estimula a indústria nacional, política de subsídios vem sendo implementada desde o transporte coletivo das principais cidades até gêneros alimentícios integrantes da dieta nacional (trigo, carne, etc.), o que deve sustentar os preços até novo equilíbrio de oferta.

²²⁶ JUSTO, Marcelo. Os desafios de Cristina Kirchner: controlar dólar e inflação. Carta Maior, 12 fev. 2014.

Segundo o economista J. A. Cardoso, “no final de janeiro (2014) a desvalorização do peso foi drástica, com queda da cotação da moeda em 11% em um só dia. O governo já vinha endurecendo no controle do câmbio... Posteriormente, apertou ainda mais com a proibição de uso dos cartões de débito, taxando em 35% as operações com cartão de crédito no exterior. A “crise cambial” na Argentina impacta as relações comerciais com os vizinhos, sobretudo com o Brasil, pela magnitude do comércio entre os dois países... E a desvalorização de imediato torna a produção local mais competitiva internacionalmente, em função da redução dos preços em dólar. Por outro lado as importações ficam mais caras, o que pode causar uma substituição de importados por produtos argentinos.”²²⁷

Assim sendo, enquanto o Brasil permaneceu refém de política econômica neoliberal herdada dos anos 1990 e teve módicas taxas de crescimento econômico, a Argentina vem reagiu aos choques externos recentes mantendo o modelo econômico que garantiu o dinamismo nacional, com estimativa de crescimento do PIB de 5% em 2014, o dobro da brasileira.

A política nacional, altamente polarizada como em toda a América Latina, pelo perfil desenvolvimentista de governo dos Kirchner, acabou por ser sintetizada em conflito de setores da burguesia nacional e do movimento sindical peronista contra os interesses financeiros internalizados no país e a poderosa elite “terrateniente”, que apesar de beneficiada com a planificação do comércio exterior questiona fortemente as sobretaxações e a política de controle dos preços internos.

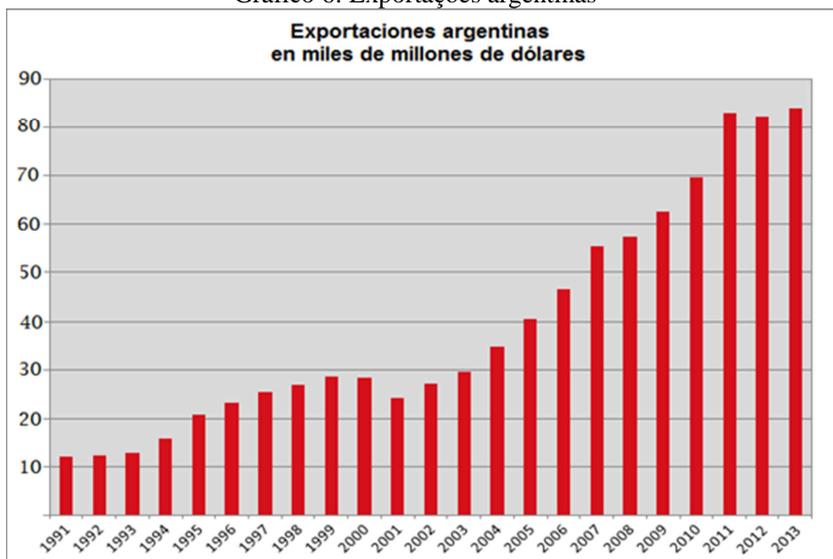
²²⁷ CARDOSO, José Álvaro de Lima. Reflexos da crise cambial na Argentina. *Jornal Notícias do Dia - Rede RIC-Record-Florianópolis*, 12 fev. 2014.

Gráfico 5: Nivel de atividade da indústria



Fonte: Unión Industrial Argentina (2014)

Gráfico 6: Exportações argentinas



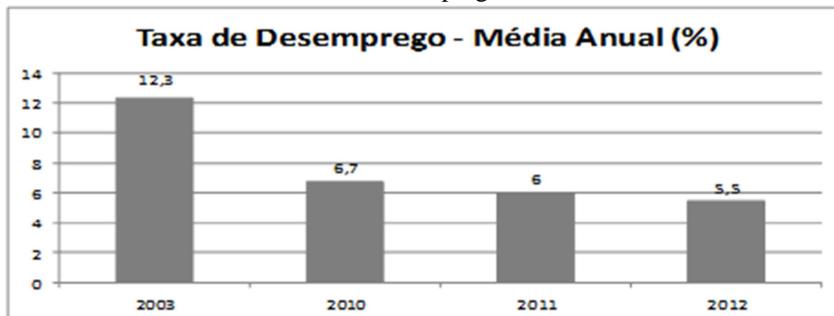
Fonte: Ministerio de Economía de la Nación

7. A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

7.1. O CONTRADITÓRIO GOVERNO PETISTA

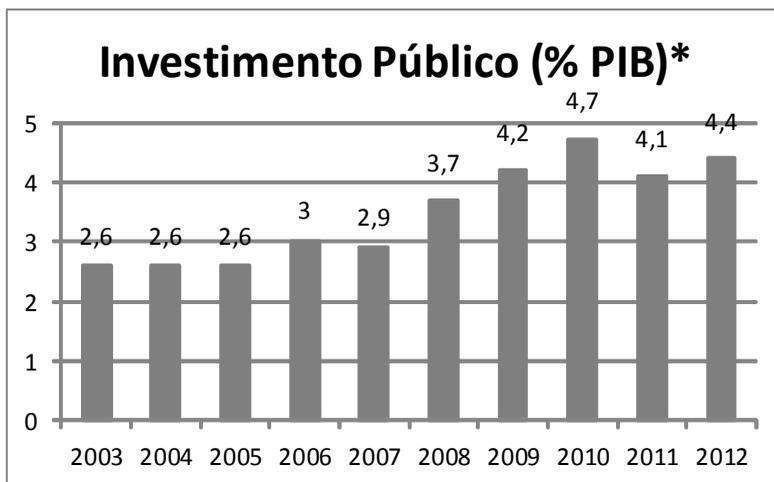
Não obstante a excessiva pirotecnia dos principais veículos de comunicação do país, é com certa razão que empresários, sindicalistas, intelectuais e a população em geral estão receosos com o atual cenário macroeconômico. Desvendar as variáveis envolvidas no processo é fundamental para escaparmos de visões fantasiosas de setores da esquerda (negação da paralisia econômica) e da direita (crença de que queda de Dilma será solução mágica para todos os problemas). Os governos de Lula e Dilma foram responsáveis por transformações na estrutura econômico-social brasileira como: 1) alavancagem do potencial financeiro estatal (BNDES, BB, CEF, etc.); 2) constituição de programas de investimentos em infra-estrutura visando ampliação de competitividade empresarial (PAC 1, PAC 2, etc.); 3) elevação do poder de compra dos trabalhadores e mitigação da extrema pobreza de vasto contingente populacional via programas sociais (Bolsa Família, Luz no Campo, etc.); 4) bloqueio de privatizações de setores rentáveis e com capacidade de realização de investimentos (VALE, etc.) e 5) utilização de bens e serviços nacionais na expansão da Petrobrás (navios, dutos, etc.) e em grandes obras no Brasil e no mundo (Angola, Argentina, Moçambique, Panamá, Venezuela etc.). As conquistas mencionadas foram viabilizadas pelo agigantamento dos preços das commodities no mercado internacional em decorrência de processo de financeirização e do crescimento da demanda chinesa, levando o economista A. Barros de Castro a utilizar a expressão “inversão dos termos de intercâmbio”.

Tabela 22: Taxa de desemprego – Média anual



Fonte: SICSU (2013).

Gráfico 7: Investimento Público



Fonte: SICSU (2013).

Por outro lado, a facilitação da valorização do real por uso excessivo de instrumentos de hedge cambial (swaps, etc.) e a ausência de políticas setoriais de maior profundidade provocaram sérios danos à indústria nacional. A elevação do poder de compra dos trabalhadores em diversas situações garantiu mercados para Argentina, China, Vietnã e outros países. Também a política de juros, embora menos danosa que nos anos 1990, criou óbices ao progresso econômico, visto que muitos capitais se dirigiram para a maior rentabilidade e o serviço da dívida pública seguiu abocanhando nada menos que 45% de nosso orçamento,

levantando debate a propósito da auditoria cidadã da mesma.²²⁸ Isso para não mencionar o elevado spread bancário que corrói possibilidades de consumo dos brasileiros.

Frente à conjuntura esboçada, mesmo a expansão da renda média do conjunto da população representou significativo mercado para as nações industrialmente mais protegidas. Foi violenta a entrada de produtos estrangeiros em nosso país, como nos casos do mercado de eletrônicos – abastecido com 15% de importações em 2005 e por mais de 21% em 2011 – e da indústria de máquinas e equipamentos, que fechou o ano de 2010 com déficit de US\$ 30 bilhões (US\$ 15 bilhões a mais que em 2009).

Tabela 23: Brail – Importação de produtos industrializados

Ano	Importação de produtos industrializados (US\$ bilhões)
2002	40,4
2004	51,1
2007	98,8
2010	157,9
2012	193,9

Fonte: SICSU (2013).

²²⁸ FATORELLI, Maria Lúcia. A dívida pública é um mega-esquema de corrupção institucionalizado. In: Carta Capital, 2015.

Gráfico 8: Taxa de juros Selic



Fonte: SICSU (2013).

A recente deterioração do preço das commodities no mercado mundial foi responsável por brutal desajuste no balanço de pagamentos de países como Argentina, Brasil e Rússia. Visando manter um patamar mínimo de atividade econômica, o governo brasileiro abriu mão de arrecadação para desonerações do setor produtivo (redução de IPI da linha branca, automóveis, etc.) e sustentou preços de derivados da Petrobrás impedindo repasses de custos para consumidores e indústrias, o que provocou danos nos cofres da empresa, que teve parte de seus projetos debilitados pela queda dos preços do petróleo.

Conforme Paulani, tal agravamento da situação nacional “foi enfrentado com uma errônea política de aposta no investimento privado (via desoneração da folha de pagamentos das empresas) e por uma combinação de relaxamento da política monetária (redução da taxa de juros para conseguir desvalorizar o câmbio) com aperto fiscal. A ausência de resposta do investimento privado a esses estímulos, o corte efetuado nos investimentos públicos para criar espaços para as desonerações, o esgotamento dos impulsos derivados do consumo e a continuidade da crise externa começaram a produzir resultados muito ruins do ponto de vista do crescimento, culminando com taxa de 0,1% em 2014...”²²⁹

As chamadas “pedaladas fiscais”, expediente utilizado por FHC, Lula e vários governadores, acabaram servindo para evitar aprofundamento da recessão que se instalava. Com a atividade econômica em baixa e as contas públicas debilitadas por recessividade

²²⁹ PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo. Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

característica do Plano Real e por desonerações tributárias, a inflação começou a superar as metas estipuladas e as agências de classificação de risco, mesmo que de índole duvidosa, passaram a ameaçar o rebaixamento do Brasil, o que acarretaria menor atratividade para fluxos de capital. Coube ao governo realizar esforço fiscal para equilibrar as contas públicas e garantir a sustentação das conquistas sociais da última década. No entanto, o “ajuste fiscal”, objetivando retomada da atividade econômica, torna-se insustentável pelas novas elevações das taxas de juros, que apesar de acalmarem os abutres do sistema financeiro, exigiram reposicionamento das metas fiscais e empréstimos como os ofertados pela República Popular da China. A valorização do dólar (clean floating) apoiada pela redução dos derivativos do governo passou a estimular exportações, embora tenha surgido a necessidade de verificar soluções para o endividamento de empresas brasileiras em dólar, assim como para minorar danos de importações de insumos do setor produtivo. Embora o novo patamar cambial atue em favor do reequilíbrio das contas públicas, a ausência de políticas industriais da complexidade de países como Alemanha e China, bem como as investigações de grandes empresas pela Operação Lava-Jato, segue funcionando como retardadora do crescimento. Responsáveis por mais de 20% de nossa formação bruta de capital, as empresas investigadas pela Polícia Federal estão paralisando obras e conseqüentemente possíveis multiplicadores econômicos, gerando muitas demissões por todo o país. Sem a presença dessas empresas com mais de meio século de história em áreas como engenharia pesada e petróleo, poderosos grupos estrangeiros se aproximam de nossas concessões para gerar dividendos para seus países de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma de formação sócio-espacial²³⁰, associado à interpretação leninista da questão nacional²³¹, permitiu a compreensão da constante reorganização das estruturas internas argentinas e de suas relações com mundo. O caminho analítico seguido afastou os resultados de pesquisa de “máximas militantes” sem fundamentação científica como a “construção imediata do socialismo”, a de que a “burguesia seria originária do latifúndio”, a “ausência de poupança interna”, dentre outras.

Ignacio Rangel também foi de fundamental importância para a pesquisa, uma vez que as ideias de ciclos de Kondratieff, dualidades, dialética dos recursos ociosos e inflação, além de sua visão do desenvolvimento econômico brasileiro, garantiram novo olhar sobre a nação platina e o estabelecimento de parâmetros de comparação.

A Argentina e o Brasil, integrantes da periferia do sistema capitalista mundial, substituíram importações com maior intensidade nas fases recessivas dos ciclos de Kondratieff e ampliaram sua inserção na divisão internacional do trabalho nas fases expansivas através do aumento das exportações primárias.

Na fase recessiva de 1815-1848 ocorreu o crescimento das produções de gêneros de subsistência no interior das unidades econômicas existentes. A substituição natural de importações provocada pela redução do comércio internacional se deu basicamente para garantir a manutenção da mão-de-obra, não chegando a capilarizar o capitalismo comercial no conjunto do território nacional.

Buscando derrubar o monopólio comercial espanhol sobre suas colônias e controlar a expansão napoleônica, a Inglaterra, centro dinâmico mundial de então²³², tratou de ofertar auxílio aos grupos

²³⁰ SANTOS, Milton. A formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

²³¹ LÊNIN, V.I. Do direito de autodeterminação nacional. In: PINSKY, Jaime. **Questão Nacional e Marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

²³² “O porto de Buenos Aires que exportava 20.000 peles por ano no século XVII, 150.000 na metade do século XVIII e mais de 1 milhão no fim do mesmo, assiste a saída de 2 milhões e meio em 1850, no momento em que começa a exportar também a lã e a carne seca, esta representando 10% das exportações...A terra era fértil, a pastagem vigorosa e só a distância e a dificuldade dos transportes limitavam a extensão da pecuária. A revolução industrial na Europa e o consumo da carne seca pelos escravos nas plantações

comerciais brasileiros e aos criollos argentinos para executarem as independências. Entretanto, o sonho da pátria grande dos libertadores foi suplantado pelo latifúndio feudal, que rapidamente se posicionou como instituição social basilar e potência política dominante.

Consolidado o latifúndio exportador de gêneros temperados de primeira necessidade²³³, a Argentina foi menos atingida que o Brasil pela recessão do último quartel do século XIX (1873-1896). Todavia, como no Brasil, o estímulo externo foi suficiente para que forças internas (artesãos, arrendatários, trabalhadores, etc.) realizassem esforço de substituição artesanal-mercantil de importações, em parte bem-sucedidas *a posteriori*.

A análise do dinamismo interno das sociedades argentina e brasileira (*via norte-americana*) nos permitiu verificar o equívoco interpretativo de figuras como Graciela Hopstein, muito elogiada por Emir Sader, para a qual “pode-se afirmar que nunca houve uma diferenciação de interesses, nem grandes conflitos, porque de fato, a burguesia industrial surgiu da terratenente e ambos grupos estavam ligados ao capital estrangeiro.”²³⁴

A crise dos anos 1930 (3º Kondratieff), embora não tenha sido melhor utilizada por governo nacionalista como no caso brasileiro (Getúlio Vargas), foi grande impulsionadora das substituições industriais de importações que estavam em curso. O parque fabril iniciado pelo setor de bens de consumo simples (bebidas, têxteis, alimentos, etc.), pela dimensão do mercado interno argentino, acabou tendo maior robustez que o brasileiro por longo período.

O movimento operário, além de proporcionalmente maior, não havia sido cooptado pelo governo central como no Brasil, e portanto tinha perfil mais agressivo, representando certa resistência ao processo de industrialização.²³⁵ Outro componente que ajudou a lapidar a combatividade sindical argentina foi a ausência de repressão dos

tropicais aumentaram muito a demanda na primeira metade do século XIX. Um contramestre e dez operários eram suficientes para fazer funcionar uma estância de 10.000 cabeças de animais, cobrindo 15.000 a 20.000 hectares.” MAURO, Frédéric. **História Econômica Mundial (1790-1970)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 146.

²³³ WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

²³⁴ HOPSTEIN, Graciela. **A rebelião argentina: assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas**. Rio de Janeiro: e-Papers, 2007, p.51.

²³⁵ MAMIGONIAN, Armen. **Teorias sobre a industrialização brasileira**. In: Cadernos Geográficos (nº 2). Florianópolis: DGC/UFSC, 2000.

primeiros movimentos pela não participação da burguesia nascente no bloco de governo capitaneado pelo latifúndio exportador.

Ao invés de passar a gravitar em torno dos Estados Unidos a partir da recessão do 3º Kondratieff (1921-1945) como o Brasil, os dirigentes políticos do latifúndio exportador assinaram o pacto Roca-Runciman com a Inglaterra, garantindo quantias mínimas de exportações primárias no lugar de arquetetar mais substantivo apoio estatal ao desenvolvimento industrial.²³⁶

A interpretação dependentista, sintetizada por A. Borón, destaca que “en la Argentina una formación ... existió entre 1870 y 1930: se trataba de una clase de grandes propietarios agrarios aburguesados intimamente asociados a una “burguesía compradora” fuertemente anglófila y estrechamente ligada a la economía británica. Pero cuando este proyecto se agotó con el derrumbe capitalista de 1929, la “burguesía nacional” que tenía que dar un passo al frente para establecer su hegemonia brillo por su ausencia. Y si bien el peronismo trató de insuflarle los bríos necesarios para cumplir con su supuesta “misión histórica”, esa clase – en realidade, um agrupamiento heteróclito de empresarios sin ninguna visión de conjunto ni proyecto nacional – se reveló como extraordinariamente débil y para nada dispuesta a luchar contra el imperialismo y sus poderosos aliados locales.”²³⁷

Nossa visão, ao contrário da dependentista, é a de que com o advento do varguismo e do peronismo são criadas novas estatais e fortalecidas as já existentes. Os grandes investimentos em infra-estruturas e as intervenções governamentais no sentido de fortalecer as indústrias argentina e brasileira (*via prussiana*), tal qual o *Deutscher Zollverein* (1834-1871), representaram vigoroso esforço de planificação nacional.

A produção cimenteira de empresas nacionais como a *Loma Negra* e *Votorantim* cresce exponencialmente, ao lado do setor de bens de consumo simples (*Arcor*, *Terrabusi*, *Quilmes*, *Gatic*, *WEG*, *Embraco*, etc.) favorecido pela elevação do poder de compra dos trabalhadores. O grupo *Pescarmona* (Mendoza), concentrado na produção de equipamentos específicos para a vitivinicultura, aproveitando conjuntura de crescimento do país, desloca recursos para a fabricação de estruturas

²³⁶ SMITH, Peter H. **Carne y Política en la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1968.

²³⁷ BORÓN, Atilio. **Socialismo del siglo XXI: ¿Hay vida después del neoliberalismo?** Buenos Aires: Ed. Luxemburg, 2008, p. 32.

metálicas, canais de irrigação e outros equipamentos eletrônicos, sendo bom representante da complexificação industrial do período peronista.

Torcuato Di Tella, inicialmente fabricante de equipamentos de panificação, avança na produção de insumos para a YPF nos anos 1920-30 (dutos, bombas de combustíveis, etc.), e a partir de Juan Domingo Perón tem ampliada sua fabricação de bens duráveis (geladeiras, etc.) e viabilizada a montagem de veículos argentinos (1959).

A entrada de grupos multinacionais em determinados segmentos industriais (veículos, fármacos, etc.), ao invés de validar a tese de subordinação nacional ao imperialismo, tonificou cadeia de fornecedores nacionais e tal como no Brasil de J. Kubitschek, a Argentina constituiu o sistema econômico tripartite (estatais, empresas nacionais e multinacionais) das décadas de 1950, 1960 e 1970.

Os governos subordinados à Washington (1970-1973, 1976-1983 e 1989-2001), no contexto da fase recessiva do 4º Kondratieff, rapidamente destruíram os institutos responsáveis pela modernização nacional. A reserva de mercado, que garantiu a constituição de um dinâmico Departamento II (bens de consumo) e iniciou a organização de um Departamento I (bens de produção), foi substituída pela chamada âncora cambial e por gestão financeira em favor da acumulação especulativa (liberdade de fluxos de capital, altas taxas de juros, etc.).

A âncora cambial argentina, dificultando exportações e favorecendo importações predatórias, foi ainda pior que a aplicada por Fernando Henrique Cardoso no Brasil, visto que a lei de conversibilidade de 1991 (Plano Cavallo) fixou o valor do peso em dólar eliminando qualquer possibilidade de intervenção do Banco Central em conjunturas particulares. Na crise de 1998-1999, enquanto até mesmo os neoliberais brasileiros viam a depreciação do real gerar aquecimento econômico mínimo, a lei de conversibilidade proibia qualquer intervenção do governo no câmbio, assim como nas colônias africanas de outrora (*currency board*)²³⁸.

As privatizações, realizadas sobretudo por Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso, seguiram o mesmo padrão dos demais países latino-americanos, qual seja, de entrega de empresas rentáveis para corporações estrangeiras obterem lucros extraordinários proporcionalmente a seus investimentos. A concessão de serviços públicos (nós de estrangulamento) à iniciativa privada (capacidade ociosa), caminho para a retomada do crescimento econômico proposto

²³⁸ BATISTA Jr, Paulo Nogueira. **Argentina: uma crise paradigmática.** In: Estudos Avançados, nº 44, 2002.

por Ignacio Rangel²³⁹, deixou de ocorrer em setores-chave (infra-estruturas), estagnando o país por décadas.

Do ponto de vista da organização do espaço nacional, é mister destacar que o neoliberalismo ampliou o abismo existente entre as províncias economicamente prósperas e as mais pobres²⁴⁰, muito embora seja histórico o dinamismo (*via norte-americana*) que centralizou mais de 70% da capacidade produtiva nacional em Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé e em menor escala Mendoza e Neuquén.

O governo dos Kirchner (2003-2015) foi o responsável por encerrar um ciclo histórico de quase três décadas de neoliberalismo. Embora tenha ocorrido uma das maiores destruições de forças produtivas da história recente, o potencial primário-exportador e a capacidade instalada na indústria nacional permitiram vigorosa aceleração do crescimento.

A depreciação cambial recente simultaneamente ampliou a competitividade do agronegócio e dificultou importações predatórias, reativando setores que estavam praticamente destruídos (têxteis, calçados, cerâmico, etc.). As reservas cambiais do país foram aumentadas e novamente política de tributação das exportações primárias garantiu o estabelecimento de políticas sociais.

Os gargalos infra-estruturais, pelas necessidades de economias que quase que dobraram de tamanho em pouco mais de dez anos, tiveram que ser enfrentados no quadro de um Estado que acabara de reordenar o perfil de sua dívida externa e ainda estava debilitado financeiramente. Como bem destaca I. Rangel, “a presente crise levou, como suas predecessoras, à típica polarização da economia entre uma área de ociosidade e outra de estrangulamentos ou de antiociosidade. Consequentemente, a poupança social tende a formar-se num dos polos,

²³⁹ RANGEL, Ignacio. *Recursos ociosos e política econômica*. São Paulo: Hucitec, 1980.

²⁴⁰ “Al analizar el PBG/cápita de 1996 para las 24 jurisdicciones (23 provincias más la Capital Federal) se destaca: (i) el amplio rango de disparidad entre los valores máximos y mínimos: de \$1 mil 978 en Santiago del Estero llega a \$21 970 en la Ciudad de Buenos Aires; y (ii) la conformación de dos conjuntos de provincias diferenciadas según sus montos de ingresos por habitante: uno formado por las del norte, noreste y noroeste con menos de \$5 mil por habitante, y el otro por las pampeanas y patagónicas que superan los \$7 000 por habitante llegando al de Capital Federal a un máximo superior a los \$20 000 por habitante.” MANZABEL, Mabel. *Neoliberalismo y territorio en la Argentina de fin de siglo*. In: **Economía, Sociedad y Territorio**, vol. II, núm. 7, enero-junio, 2000, El Colegio Mexiquense, A.C. México, p. 435.

e os investimentos a se fazerem no outro. Entretanto, como a poupança somente se torna efetiva no ato de investir-se e o poupador não é, necessariamente, o mesmo investidor, a operação pode entrar em pane por falta de uma adequada intermediação financeira que transfira a poupança do poupador para o investidor imediato. O ponto de estrangulamento de toda a economia pode surgir, assim, sob a forma de insuficiência da capacidade de endividamento da unidade produtiva responsável pelo projeto de investimento.”²⁴¹

Coube ao novo governo criar condições para que a capacidade ociosa instalada em empresas do setor de construção pesada, como *Carmargo Correia, Odebrecht, Roggio, Corporación América e Petersen*, fosse utilizada nos pontos de estrangulamento da economia nacional (rodovias, energia, aeroportos, etc.), favorecendo inclusive as agroexportações.

Além das privatizações, o quartel de século neoliberal, como demonstrado no presente trabalho, foi marcado por muitos casos de incorporação de empresas nacionais por multinacionais. O processo de desnacionalização, embora não tenha sido revertido, é ladeado por estatizações de grande porte (petróleo, energia, etc.) e pelo robustecimento de grupos empresariais internos.

No campo social, programas semelhantes aos executados desde o governo Lula no Brasil (Bolsa Família, etc.) estão reduzindo a pobreza extrema, e segundo dados do Banco Mundial, entre 2003 e 2009, a classe média argentina aumentou de 9,3 milhões para 18,6 milhões de indivíduos, abarcando o equivalente a 45% da população total.

A eficiência progressista dos Kirchner causou dificuldades interpretativas até mesmo para o dependentista Atilio Boron, qualificado crítico do imperialismo e seus aliados, para o qual “el gobierno de Néstor Kirchner declaro sus buenas intenciones, actuó consecuentemente em algunos frentes (como los derechos humanos, la depuración de la Corte Suprema y una cautelosa reorientación de la política internacional de la Argentina), pero en el área económica su apego a los cánones de la ortodoxia es un pesado lastre que ha terminado por frustrar las expectativas creadas por su encendida retórica antineoliberal.”²⁴²

²⁴¹ RANGEL, Ignacio. Intermediação financeira e crise. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 6(1):57-64, 1985.

²⁴² BORÓN, Atilio. Socialismo del siglo XXI: ¿Hay vida después del neoliberalismo? Buenos Aires: Ed. Luxemburg, 2008, p. 92.

O campo democrático-popular, do qual fazem parte os intelectuais críticos, deve analisar as características das distintas formações sócio-espaciais para construir plataformas políticas minimamente coerentes. O decadente imperialismo estadunidense, interessado em mercados desregulamentados e na acumulação financeira, deve ser enfrentado por alianças políticas nacionalistas (burguesias nacionais / trabalhadores) que garantam o desenvolvimento das forças produtivas nacionais, pois sem isso o socialismo será um horizonte cada vez mais longínquo.

Acredito que o presente trabalho tenha descortinado necessários elementos para a compreensão deste raciocínio e espero que possa ajudar os brasileiros a se aproximarem da desconhecida realidade latino-americana.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos**. In: Revista Espaço Acadêmico, nº 89, out. 2008.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. O círculo de giz da globalização. In: **Novos Estudos (CEBRAP)**, nº 49, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BONFIM, Manuel. *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Iseb e da Cepal à teoria da dependência. In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

BORON, Atílio Alberto. **Socialismo del siglo XXI - ¿ Hay vida después del neoliberalismo?** Ciudad de Buenos Aires: Ed. Luxemburg, 2008.

BRUIT, Hector. **Acumulação capitalista na América Latina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1970.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de. Bretton Woods aos 60 anos. In: **Novos Estudos (CEBRAP)**, nº 70, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CHANG, Há-Joon. **Maus Samaritanos: o mito do livre-comércio e a história secreta do capitalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHAUNU, Pierre. **Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Historia da América Latina*. São. Paulo: *Bertrand Brasil*, 1983.

_____. **Conquista e exploração dos novos mundos: século XVI**. São Paulo: Edusp, 1984.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. In: **Estudos Avanços**, nº 41, jan./abr. 2001.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: Hucitec, 1992.

DOQUOIS, Guy. La formación económico-social como combinación de modos de producción. In: **Cuadernos de Pasado y Presente**. Cidade do México: Ed. Siglo XXI, 1976.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital: uma história do sistema monetário internacional**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Düring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A derrota britânica no Afeganistão** (*The New American Cyclopaedia*). In: Folha de S. Paulo Online, publicado em 15 de outubro de 2001.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANK, Andre Gunder. *Capitalismo y subdesarrollo em America Latina*. Buenos Aires, Signos, 1970.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica Latino-Americana**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1986.

GALBRAITH, J. K. ***Sobre pessoas, políticos, poder militar e artes***. São Paulo: Ed. Pioneira, 1989.

GONÇALVES, Reinaldo. **O abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HUNTINGTON, Samuel P. **Ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

KEYNES, John M. Inflação e deflação. In: **Os pensadores**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KONDRATIEFF, N. **Las Ondas Largas de la Economia**. Madri: Revista de Occidente, 1946.

LÊNIN, V.I. **O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1954.

_____. Quem são os “amigos do povo” e como lutam os social-democratas? In: **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1955.

_____. Acerca do orgulho nacional dos grão-russos. In: **Obras Escolhidas**. Lisboa. Ed Avante, 1977.

_____. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1978.

_____. **Imperialismo: fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global, 1985.

_____. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Hucitec, 1986.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da história? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje.** Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos.** São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

MAMIGONIAN, Armen. Introdução ao pensamento de Ignacio Rangel. In: **Revista GEOSUL**, nº 3, 1º sem. 1987.

_____. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, Maria Adélia (org), **O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Notas sobre as raízes e originalidade do pensamento de Ignácio Rangel. In: **O pensamento de Ignácio Rangel.** Florianópolis: PPGG/UFSC, 1997.

_____. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina. In: **Seminário “O mundo que o português criou”**, Revista Eletrônica, Fundaj, 1997.

_____. **Teorias sobre a industrialização brasileira.** In: Cadernos Geográficos (nº 2). Florianópolis: DGC/UFSC, 2000.

_____. Qual o Futuro da América Latina. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; SILVEIRA, Maria Laura; ARROYO, Maria Mónica (Org). **Questões Territoriais na América Latina.** São Paulo: CLACSO/EDUSP, 2005.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Peruanicemos al Peru.** In: Obras completas. Lima: Ed. Amauta, 1975.

_____. **Ponto de vista anti-imperialista.** In: www.marxists.org (2012).

MARINI, Rui Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. In: BARSOTTI, Paulo;

PERICÁS, Luiz Bernardo (orgs). **América Latina – Histórias, Idéias e Revolução**. Ed. Xamã, São Paulo, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1983-1985.

_____. **Grundrisse**. Ciudad de México: Ed. Siglo XXI, 1987.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2008.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. Ignacio Rangel. In: **Estudos Avançados**, nº41, 2001.

PINSKY, Jaime. **Questão Nacional e Marxismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

PORTELLA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. In: **Lua Nova**, nº 32, 1994.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: CEPAL/COFECOM, 2000.

PUIGGRÓS, Rodolfo. Los modos de producción en iberoamérica. In: **Debate Rodolfo Puiggrós – André Gunder Frank**. Ciudad de México: El Día, 1965.

RANGEL, Ignácio. **A inflação brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

_____. *Recursos ociosos e política econômica*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. A história da dualidade brasileira. In: **Revista de Economia Política**, nº 4, 1981.

_____. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Revista Geosul**, nº 15, 1993.

_____. **Dualidade básica da economia brasileira**. São Paulo: Bienal, 1999.

SALEM, Jean. **Lênin e a Revolução**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

SANTOS, Milton. A formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SODRÉ, Nelson Verneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SPILIMBERGO, Jorge Enea. **A questão nacional em Marx**. Florianópolis: Insular, 2002.

STALIN, Joseph. **O Marxismo e o Problema Nacional**. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

SUNKEL, Osvaldo. **Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano**. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL / FORUM, 1975.

TROTSKY, Leon. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: **História da Revolução Russa**. São Paulo: Ed. Sundermann, 2007.

VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus; PEREIRA, Raquel Maria Fontes. Formações Sociais Nacionais. In: KOCHER, Bernardo (org). **Globalização: atores, idéias e instituições**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2011

VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. **Formação social brasileira e Geografia: reflexões sobre um debate interrompido** (Dissertação de mestrado). Florianópolis: UFSC, 1992.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WILLIAMSON, John. **Washington Consensus**. Center for Internacional Development at Harvard University, 2012.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ÁBALO, Carlos. O capitalismo na encruzilhada. In: **Cadernos do Terceiro Mundo**, nº 36, 1981.

ALBERDI, Juan Bautista. **Organización política y económica de la Confederación Argentina**. Londres: Ed. Besanzon, 1856.

AZPIAZU, Daniel; BASUALDO, Eduardo; KULFAS, Matias. **La industria siderúrgica em Argentina y Brasil durante las últimas décadas**. Buenos Aires: Ed. Federación de Trabajadores de la Industria y Afines (FETIA) – CTA, 2007.

AZPIAZU, Daniel; SCHORR, Martín; BASUALDO, Victoria. **La industria y el sindicalismo de base en la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Atuel, 2010.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. **Argentina: uma crise paradigmática**. In: Estudos Avançados, nº 44, 2002.

BASUALDO, Victoria. Los delegados y las comisiones internas en la historia argentina: 1943-2007. In: AZPIAZU, Daniel; SCHORR, Martín; BASUALDO, Victoria. **La industria y el sindicalismo de base en la Argentina**. Buenos Aires: Atuel, 2010.

BELINI, Claudio. **La industria peronista**. Buenos Aires: Edhasa, 2009.

BOITEUX, Lucas A. A fome em Buenos Aires e o celeiro catarinense. In: **Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense** (volume II), Florianópolis: Imprensa Oficial, 1950.

BORON, Atílio. Problemas estructurales y desafíos estratégicos de la izquierda: una mirada desde la Argentina. In: **Tras el búho de Minerva: mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Argentina Vitoriosa. **Folha de S. Paulo**. 1º jan. 2004.

BURATOVICH, Tadeo. **De industriales y maquinistas**. In: Trabajos, publicaciones y notas de asesoramiento de la Asociación de Museos de la Provincia de Santa Fe.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reflexos da crise cambial na Argentina**. Jornal Notícias do Dia - Rede RIC-Record-Florianópolis, 12 fev. 2014.

CONDE, Roberto Cortés. **Progreso y declinación de la economía argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

CORNBLIT, Oscar. Os imigrantes europeus na indústria e política argentina. In: VELIZ, Claudio (org). **América Latina: estruturas em crise**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural S.A, 1970.

DEFFONTAINES, Pierre. História do Gado nos Países do Prata - Particularmente no Uruguai, **Boletim Geográfico**, maio/jun.1953.

DONGHI, Túlio Halperin. La expansión ganadera en la campaña de Buenos Aires. In: **Desarrollo Económico**, v. 3, 1963.

DORFMAN, Adolfo. **Cincuenta años de industrialización en Argentina (1930-1980)**. Buenos Aires: Ed. Solar, 1983.

ENGELS, Friedrich. A Internacional e Buenos Aires. In: MARX, Karl; FRIEDRICH, Engels. **Contribuição para uma história da América Latina**. São Paulo: Ed. Populares, 1982.

FERRER, Aldo. **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2004.

_____. Entrevista. **La nación (Bs. Aires - Argentina)**. Jun. 2012.

FIORI, José Luís. O protótipo argentino. In: **Carta Maior Online**, São Paulo, 2013.

FORCINTO, Karina; ESTARELLES, Gaspar Tolón. **Reestructuración neoliberal y después**. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2009.

GARCIA, Ariel **¿Un nuevo ciclo para la planificación regional? El caso de seis economías regionales argentinas**. In: IX Colóquio Internacional de Geocritica, Porto Alegre, 2007.

GARCIA, Ariel; ROFMAN, Alejandro. Planificación regional: recuperación y desafíos para la agenda pública argentina. In: **Ensayo Económico** (Univ. Nacional de Colombia), nº 40, 2012.

GEJO, Omar Horacio; LIBERALI, Ana Maria. **La Argentina como Geografía: Ciclos Econômicos y Población**. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata, 2001.

GILBERTI, Horacio C.E. **Historia Económica de la ganadería argentina**. Buenos Aires: Ed. Solar, 1961.

JUSTO, Marcelo. **Os desafios de Cristina Kirchner: controlar dólar e inflação**. Carta Maior, 12 fev. 2014.

KATZ, Jorge; KOSACOFF, Bernardo. **El proceso de industrialización en la Argentina: evolución, retroceso y prospectiva**. Buenos Aires: CEPAL, 1989.

KOSACOFF, Bernardo (Org). **Crisis, recuperación y nuevos dilemas. La economía argentina 2002 – 2007**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007.

LACOSTE, Pablo. La vitivinicultura en Mendoza: implicancias sociales y culturales (1561-2003). In: ARTURO, Roig (org); LACOSTE, Pablo (org); SATLARI, María Cristina. **Mendoza: cultura y economía**. Mendoza: Ed. Andina del Sur, 2004.

LUNA, Félix (org); SÁBATO, Hilda; ROMERO, Luis Alberto; outros. **Las economías regionales (1890 – 1900)**. Buenos Aires: Ed. Nuestro Siglo, 1992.

LUNA, Félix (org); PREBISCH, Raul; ARÉVALO, Oscar; outros. Made in Argentina (1930 – 1943). In: **Historia de la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Nuestro Siglo, 1992.

LUNA, Félix (org); GERCHUNOFF, Pablo; PORTANIERO, Juan Carlos; outros. El Estado empresário (1943 – 1949). In: **Historia de la Argentina**. Buenos Aires: Nuestro Siglo, 1992.

LUNA, Félix (org); CORTÉS, Roberto; MARTÍNEZ, Rodolfo; outros. Las nuevas corrientes ideológicas (1930-1943). In: **Historia de la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Nuestro Siglo, 1992.

LUNA, Félix. **Breve historia de los argentinos**. Buenos Aires: Ed. Planeta, 1997.

_____. **La independencia argentina y americana (1808 – 1824)**. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2003.

MEDINA, José Maria Fernando. O movimento sindical no Brasil e na Argentina: análise comparativa de seus antecedentes e desenvolvimento. **Fund. J. P. Belo Horizonte**, set/out. 1981.

MORAZÁN, Martín. Repressão: uma doutrina própria. In: **Cadernos do Terceiro Mundo**, nº 36, Rio de Janeiro, 1981.

ORTIZ, Sebastián. **La pátria terrateniente**. Buenos Aires: Ed. Continente, 2010.

PALÁCIOS, Ariel. **Após crise cambial, reajuste de preços ameaça Argentina**. O Estado de S. Paulo, 27 jan. 2014.

PIGNA, Felipe. **Las grandes huelgas**. In: www.elhistoriador.com.ar (2014).

POMER, Leon. Argentina: raízes coloniais do Estado. In: BRUIT, Héctor H. (org). **Estado e burguesia nacional na América Latina**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.

PUIGGRÓS, Rodolfo. **Pueblo y oligarquía: historia crítica de los partidos políticos argentinos I**. Buenos Aires: Ed. Galerna, 2006.

RANGEL, Ignacio. A liberalização argentina. **Folha de S. Paulo**. 13 de jul. 1989.

REDRADO, Martín. **Exportar para crecer**. Buenos Aires: Ed. Planeta, 2003.

REGUERA, Andrea. Estancias pampeanas del siglo XIX. Estrategia empresaria para su funcionamiento: chacras agrícolas y puestos ganaderos. **Quinto Sol**, nº 3, La Pampa, 1999.

ROMÁN, Vivian. La Argentina y la industria. In: BARROETAVERÑA, Mariano (org). **Ideas, política, economía y sociedad en la Argentina (1880-1955)**. Buenos Aires: Ed. Biblos, 2009.

ROMERO, Luis Alberto. **História Contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ROSS, Gabriel. Entre a ditadura e a democracia. In: **Cadernos do Terceiro Mundo**, nº 36, 1981.

SANTILLÁN, Diego Abad de. Periódico La Protesta de 3/9/1899. In: **La Federación Obrera Regional Argentina: Ideología y Trayectoria**. Buenos Aires: Ed.Antorcha, 1980.

SCATENA, Stella Maris. **San Martín**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2008.

SCHIERLOH, Eric. La literatura gauchesca. In: HERNANDEZ, Jose. **Martín Fierro**. La Plata: Terramar, 2007.

SCHORR, Martín. **Industria y nación: poder económico, neoliberalismo y alternativas de reindustrialización en la Argentina contemporánea**. Buenos Aires: Edhasa, 2004.

SCOBIE, James R. **Argentina: a city and a nation**. New York: Oxford University Press, 1964.

SMITH, Peter H. **Carne y Política en la Argentina**. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1968.

SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina: história de uma idéia**. São Paulo: Edusp, 2008.

VILLANUEVA, Javier. El origen de la industrialización argentina. In: **Desarrollo Económico**, nº 47, 1972.

ZAMORANO, Mariano. **Las regiones geográficas de la República Argentina**. Murcia: Ed. Universitaria, 1964.